

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DANIELA ARNS

TEMPOS DO COTIDIANO DE UMA COOPERATIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Porto Alegre

2017

DANIELA ARNS

TEMPOS DO COTIDIANO DE UMA COOPERATIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de grau de Mestre pela Escola de Humanidades do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães

Porto Alegre

2017

Ficha Catalográfica

A767t Arns, Daniela

Tempos do cotidiano de uma cooperativa de economia solidária /
Daniela Arns . – 2017.

197 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Gleny Terezinha Duro Guimarães.

1. economia solidária. 2. cooperativa. 3. tempo. 4. cotidiano. I.
Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Título.

DANIELA ARNS

TEMPOS DO COTIDIANO DE UMA COOPERATIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pela Escola de Humanidades do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Beatriz Gershenson

Profa. Dra. Ruth Lenara G. Ignacio

Porto Alegre

2017

*Dedico este trabalho a todas e a todos
que acreditam no poder da força coletiva.*

AGRADECIMENTOS

“Nada é tão nosso quanto os nossos voos que nos transformam”.
(Autor desconhecido)

Este voo – o mestrado – não foi um processo individual. Foi uma conquista de um sonho cultivado por muitos anos que só pode ser concretizado através do apoio de muitas pessoas. E estas pessoas serão brevemente lembradas, porque cada uma delas teve um papel fundamental para a sustentação deste voo. A ordem dos agradecimentos não estará, de nenhum modo, vinculada ao grau de importância, pois todas as pessoas foram significativas. A ordem vai respeitar uma linha do tempo que conta a história deste voo.

Agradeço à minha família, em especial, meus pais e minhas irmãs, pelo apoio incondicional e constante, desde quando decidi que o mestrado seria uma meta na minha vida, até o processo de formação que se tornou mais difícil do que o esperado. Suas energias me deram condições para que eu resgatasse minha força e seguisse em frente.

Agradeço à minha orientadora, Gleny, por ter me acolhido no seu grupo de pesquisa, antes mesmo de eu ingressar formalmente no mestrado, possibilitando ricas experiências. Pela torcida e pelo incentivo durante a seleção do mestrado, e por todo apoio, inclusive, nos momentos de medo e insegurança, que vivi durante a realização do mestrado. Por me guiar nesse processo tão árduo e ao mesmo tempo tão prazeroso.

Agradeço ao Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS por ter me aceitado, pela oportunidade concedida e por todo o investimento.

Agradeço a todas as pessoas que conheci por meio do GEPsT (Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Território), dentre eles, doutorandos, mestrandos e bolsistas de iniciação científica. Assim como, todos os colegas de mestrado e de doutorado dos outros núcleos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação e de outros Programas. Foram muitas trocas e muitas aprendizagens. Com alguns, a relação se expandiu para além dos muros da universidade, se transformando numa verdadeira amizade.

Agradeço a todos os professores pelo empenho em proporcionar uma formação com qualidade, questionar nossas verdades e provocar novas reflexões.

Agradeço às funcionárias da Secretaria do Programa de Pós-Graduação, por todos os esclarecimentos, orientações e auxílios nesses trâmites mais burocráticos que estão atrelados ao processo de formação. E acima de tudo, pela paciência e pela disponibilidade.

Agradeço às funcionárias de limpeza do prédio da Faculdade de Serviço Social por manter o ambiente limpo e organizado.

Agradeço aos meus amigos da vida pelo incentivo, apoio, palavras de encorajamento, abraços demorados, risadas gostosas, momentos de descontração. Todos foram fontes de energia que contribuíram para a manutenção e fortalecimento da minha saúde mental e emocional.

Agradeço aos meus tios, Tia Wally e Tio Paulino, que compartilharam sua experiência e seu conhecimento comigo, contribuindo imensamente para a construção do meu projeto de pesquisa, e posteriormente, no acabamento da dissertação.

Agradeço à cooperativa pesquisada por me conceder a oportunidade de conhecer sua história de bravura e persistência, e permitir compartilhá-la com outras pessoas.

Agradeço ao meu amigo, Santore, que fotografou tão lindamente a cooperativa, em sua sede e numa das feiras de comercialização. E através de sua lente, captou a essência pulsante daquele cotidiano.

Agradeço à banca de qualificação por reconhecer o investimento dado à produção do trabalho e por se preocupar em indicar formas de torná-lo ainda melhor. Suas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento desta dissertação.

“Não tenho caminho novo. O que tenho de novo é o jeito de caminhar”. (SERRÃO e BALEEIRO, 1999, p.43).

RESUMO

A globalização capitalista aprofunda a desigualdade socioeconômica, o desemprego, a pobreza, a destruição da natureza, etc. A Economia Solidária, por sua vez, surge com uma proposta de inclusão dos sujeitos, trazendo em seu âmago pressupostos associativistas e cooperativistas, além de valorizar a participação, a solidariedade e a cooperação. No Rio Grande do Sul, existe um incentivo para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários, e onde predominam experiências vinculadas ao cooperativismo. No cotidiano de cada empreendimento, o tempo assume um caráter crucial. Por isso, esta pesquisa buscou compreender como se articulam os diferentes tempos do cotidiano em uma cooperativa de Economia Solidária: da satisfação das necessidades básicas, imediatas de sobrevivência; da viabilidade econômica da cooperativa; e da incorporação dos princípios da Economia Solidária. A fundamentação teórica transitou sobre a compreensão do Tempo, a Teoria do Cotidiano de Agnes Heller, o Trabalho, o Cooperativismo e a Economia Solidária. Foi uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, com a utilização do método dialético crítico. Foi analisada uma cooperativa com os seguintes critérios: estar funcionando há mais de cinco (5) anos, em consonância com os princípios da Economia Solidária, da área de produção de alimentos, e ser formada por sujeitos cuja renda principal fosse proveniente da cooperativa. Como instrumentos foram utilizados: a entrevista semiestruturada e a observação participante. Foram entrevistados quatro (4) integrantes da cooperativa com período de permanência distintos. O reconhecimento dos dados foi realizado por meio da Análise de Conteúdo de Moraes (1999). Esta investigação evidenciou que o tempo para satisfação das necessidades básicas do sujeito e o tempo de viabilidade da cooperativa foram longos. Houve tempos distintos para incorporação dos princípios da economia solidária, assim como, seu exercício é complexo e não necessariamente ocorre de forma plena. Ficou evidente que as pessoas que compõem a cooperativa conseguem suspender o cotidiano por meio do trabalho criativo, mas não permanecem nessa esfera o tempo todo.

Palavras-chave: economia solidária; cooperativa; tempo; cotidiano.

ABSTRACT

Capitalist globalization deepens socioeconomic inequality, unemployment, poverty, the destruction of nature, etc. The Solidarity Economy, on the other hand, appears with a proposal of inclusion of the subjects, bringing in its core associative and cooperative presuppositions, besides valuing the participation, the solidarity and the cooperation. In Rio Grande do Sul, there is an incentive for the development of economic enterprises in solidarity, and where experiences related to cooperativism predominate. In the daily life of each enterprise, time assumes a crucial character. Therefore, this research sought to understand how the different times of daily life are articulated in a cooperative of Solidarity Economy: the satisfaction of the basic necessities, immediate survival; The economic viability of the cooperative; And the incorporation of the principles of the Solidary Economy. Theoretical foundation has passed on the understanding of Time, Agnes Heller's Theory of Daily Life, Work, Cooperativism and Solidary Economy. It was a qualitative research, through a case study, using the critical dialectic method. A cooperative was analyzed with the following criteria: to be functioning for more than five (5) years, in accordance with the principles of Solidarity Economy, of the area of food production, and to be formed by individuals whose main income was from the cooperative. As instruments were used: the semistructured interview and the participant observation. Four (4) members of the cooperative were interviewed with different length of stay. Data recognition was performed through Moraes Content Analysis (1999). This investigation evidenced that the time to satisfy the basic needs of the subject and the time of viability of the cooperative were long. There were different times for incorporation of the principles of solidarity economy, as well as, its exercise is complex and does not necessarily occur in full form. It became evident that the people who make up the cooperative are able to suspend the daily life through creative work, but they do not remain in that sphere all the time.

Keywords: solidarity economy; Cooperative; time; daily.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1

Princípios do Cooperativismo ao longo dos anos.....62-63

Quadro 2

Comparativo entre cooperativa autogestionária e empresa capitalista.....81

Quadro 3

Categorias de análise.....112

LISTA DE SIGLAS

ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito
ACI – Aliança Cooperativa Internacional
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIES – Delegação Interministerial da Economia Social e da Inovação Social
ECOPOPSOL – Coordenação de Economia Popular e Solidária
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM – Fórum Social Mundial
GT – Grupo de Trabalho
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IRES – Inter-Redes de Economia Solidária
ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PACS – Projetos Alternativos Comunitários
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
RITCP – Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEDAI – Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária

SMIC – Secretaria Municipal de Indústrias e Comércio

SP – São Paulo

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAFES – União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. TEORIA DO COTIDIANO E O TEMPO	24
2.1 Teoria do cotidiano	24
2.1.1 O Cotidiano.....	24
2.1.2 O Não-Cotidiano	32
2.2 Tempo.....	35
2.2.1 Compreensão do tempo.....	35
2.2.2 Elementos de mensuração do tempo.....	38
2.2.3 Tempo na contemporaneidade	41
3. TRABALHO.....	45
3.1 Contextualização do trabalho	45
3.2 Metamorfoses no mundo do trabalho.....	49
3.3 Reflexões sobre o trabalho	52
4. COOPERATIVISMO	54
4.1 Histórico do Cooperativismo	54
4.2 Experiências internacionais de cooperativismo	66
4.3 Cooperativismo no Brasil.....	70
4.4 Universo das cooperativas	74
5. ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	83
5.1 Economia Solidária internacional	83
5.2 Princípios da Economia Solidária.....	86
5.3 Empreendimentos Econômicos Solidários	93
5.4 Economia Solidária no Brasil	96
5.5 Economia Solidária enquanto Política Pública no Brasil	103
6. O TEMPO COMO FIO CONDUTOR DA ANÁLISE	112
6.1 Trabalho	113
6.2 Cooperativa.....	124
6.3 Economia Solidária.....	145
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	173

REFERÊNCIAS	178
Apêndice A – Carta de Aprovação do Comitê de Ética da PUCRS	188
Apêndice B – Carta de Aprovação da Plataforma Brasil	189
Apêndice C – Carta de aceite da pesquisa	192
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	193
Apêndice E - Roteiro das questões da entrevista semiestruturada.....	194
Apêndice F – Entrevista semi-estruturada para os cooperados	195

1. INTRODUÇÃO

O mundo em que vivemos trava um ritmo acelerado, de globalização, impulsionado por grandes avanços tecnológicos. A forma hegemônica assumida por este processo - a globalização capitalista - aprofunda a desigualdade socioeconômica, o desemprego, a pobreza, a fome, a destruição da natureza, etc. Gadotti (2008) revela que a lógica presente neste sistema, sobrepõe os interesses do mercado aos interesses humanos.

Outras formas de economia alternativa surgem com uma proposta de inclusão dos sujeitos, trazendo em seu âmago pressupostos associativistas e cooperativistas, e ainda demandas solicitadas pela classe trabalhadora referentes à questão social. Percebe-se um movimento social planetário em busca de novas formas de convivência entre as pessoas e destes com a natureza, denominada por Gadotti (2008) de globalização da cidadania. Esta última aposta no desenvolvimento sustentável, numa cultura de paz e de justiça, baseando suas ações na solidariedade regida por valores éticos. É na globalização da cidadania que se encaixa a Economia Solidária.

A Economia Solidária, por sua vez, tem expandido a experiência humana, ao manter vigente outros princípios de organização do trabalho e de produção de bens. Incentiva um agir coletivo, que fortalece novos protagonistas nos embates da cidadania. E além disso, faz a integração das relações econômicas com as relações sociais. (LAVILLE e GAIGER, 2009).

Em 2009, já existiam no mundo “cerca de 800 milhões de trabalhadores inseridos em experiências cooperativistas e associativistas”. No Estado do Rio Grande do Sul existiu um incentivo¹ para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários, e onde predominaram experiências vinculadas ao cooperativismo. (GOERCK, 2009, p.142).

O interesse por este tema está associado às experiências que a pesquisadora teve na sua formação acadêmica em Psicologia, no estágio curricular em Psicologia Comunitária, onde acompanhou um projeto de extensão universitária para formação de uma cooperativa de produção de alimentos numa vila de uma cidade do RS, onde as mulheres não tinham possibilidade de inserção no mercado a não ser como

¹ Incentivo do governo estadual do RS, no período de 1999 a 2002, por meio do Programa de Economia Solidária.

faxineiras ou empregadas domésticas, e mostravam um desejo de ter uma formação e um trabalho no setor alimentar.

A maior dificuldade observada nesta experiência era a grande rotatividade de mulheres na formação deste grupo, bem como, o próprio exercício da autogestão. Em relação ao primeiro aspecto, o grupo inicialmente estava em processo de formação, construção do estatuto e regras do grupo. Não havia ainda um retorno de renda, apenas o recebimento de uma cesta básica. Logo, quando aparecia um trabalho formal, as mulheres tendiam a abandonar o grupo, porque havia uma necessidade de retorno imediato de renda. Em relação ao segundo aspecto, era necessário um constante exercício da autogestão que implicava na participação delas nos processos de decisão. Quando os temas eram mais complicados, a tendência era sempre esperar do grupo da universidade a iniciativa de tomar a decisão. Então, era um constante processo de superação desta lógica. Foi incentivado, por exemplo, que a eleição dos alimentos que estariam compondo a cesta básica, partisse das próprias mulheres.

Depois de formada, a pesquisadora acompanhou dois grupos em processo de formação de um empreendimento solidário. A rotatividade também era muito presente em razão do mesmo motivo: necessidade de renda imediata. E o processo inicial do grupo, seu fortalecimento, construção das regras de funcionamento, formação para produção do alimento eleito e busca por espaços de comercialização, demandavam muito tempo e trabalho.

Nessas três experiências vivenciadas pela pesquisadora, os empreendimentos acabaram se dissolvendo, pois não conseguiram se sustentar e se fortalecer. Por esta razão, houve a busca por pesquisar uma cooperativa de Economia Solidária que teve êxito, para conhecer sua trajetória e também para conhecer este outro modo de fazer gestão, baseado na solidariedade e cooperação, que desafia o modo capitalista de fazer a economia. Além disso, houve o interesse em se debruçar sobre a questão do tempo, pois nestas experiências relatadas há pouco, o tempo de satisfação das necessidades do sujeito era diferente do tempo de desenvolvimento cooperativa.

Por isso, o tema da dissertação vai girar em torno do cotidiano de uma cooperativa de Economia Solidária, trazendo como eixo central a dimensão do tempo. No cotidiano da vida do ser humano, o tempo é uma realidade que está sempre presente e o acompanha desde o nascimento até a morte. Mas o tempo não

é uma simples sucessão de fração de segundos que se mede pelos ponteiros de um relógio. Ele se mede a partir do cotidiano da vida que pulsa em cada ser existente, em cada empreendimento realizado, em cada obra que surge das relações do ser humano entre si ou deste com a sociedade, com a natureza.

Então, o problema desta dissertação questionou: como se articulam os diferentes tempos do cotidiano de uma cooperativa de Economia Solidária? Trouxe como objetivos específicos e suas respectivas questões norteadoras:

- Objetivo específico 1: Compreender de que forma os sujeitos conseguem permanecer na cooperativa de Economia Solidária quando possuem necessidade de renda imediata que garanta a sua sobrevivência.

- Questão norteadora: Como a necessidade de renda imediata influencia na permanência dos sujeitos no empreendimento?

- Objetivo específico 2: Avaliar como a cooperativa de Economia Solidária consegue se tornar viável economicamente para seus cooperados.

- Questões norteadoras: O que é necessário para que uma cooperativa de Economia Solidária se torne viável economicamente para seus cooperados? Quais os fatores – internos e externos – que dificultam a viabilidade econômica de uma cooperativa de Economia Solidária?

- Objetivo específico 3: Compreender como se incorporam os princípios da Economia Solidária num contexto de sociedade capitalista.

- Questões norteadoras: Existem cooperativas que desde o início da sua formação trabalham nos princípios da Economia Solidária e conseguem se consolidar desta maneira? Quando é necessário que cooperativas tenham auxílio de outras entidades (públicas ou privadas) para que consigam praticar os princípios da Economia Solidária? De que forma a rotatividade repercute no funcionamento da cooperativa de Economia Solidária?

Cabe detalhar por que motivo o tempo se tornou tão crucial nesta dissertação. Para começar, existiu um interesse de se concentrar em sujeitos cuja renda principal é proveniente da cooperativa de Economia Solidária. Neste caso, as pessoas possuem uma necessidade de retorno financeiro imediato para atender suas necessidades mais básicas. O tempo, neste caso, é curto, e até mesmo urgente. Pois, o tempo de retorno da renda garante a sobrevivência destas pessoas.

Existe ainda outro aspecto a ser analisado: o tempo da cooperativa. O tempo que esta precisa para se tornar viável economicamente para seus cooperados.

Sobre este tempo, não havia muita clareza, pois é preciso compreender que elementos se fazem necessários para o pleno funcionamento de uma cooperativa de Economia Solidária.

O último aspecto a ser analisado sobre o tempo envolve os princípios da Economia Solidária. Estes também requerem tempo para serem incorporados pelas pessoas, pois estão inseridos dentro de uma cultura capitalista, com valores de competitividade, individualismo, poder hierarquizado, busca pelo lucro, etc. A lógica da Economia Solidária é completamente diferente, opera sobre a solidariedade, a horizontalidade de poder, a democracia. Enfim, a mudança de uma lógica capitalista profundamente arraigada na cultura das pessoas para uma lógica da Economia Solidária demanda um tempo relativamente longo, e em concomitância com um constante informar-se, exercitar-se, avaliar-se, educar-se.

Analisar a questão do tempo não foi, portanto, nesta dissertação, um problema de mera medição cronológica. Buscou-se entender sua relação com o cotidiano das pessoas, com a sua qualidade de vida enquanto envolvidas nos processos de desenvolvimento da cooperativa.

Debruçar-se sobre o cotidiano de pessoas envolvidas na Economia Solidária permite compreender suas interações, necessidades, desafios, dificuldades, bem como, os conflitos existentes entre os princípios da Economia Solidária e a lógica capitalista hegemônica. Busca-se compreender a ação de protagonistas anônimos inseridos no movimento histórico socioeconômico mais amplo e como se dá a interação entre o individual e o social. “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: a verdadeira ‘essência’ da substância social”. (HELLER, 2008, p.34).

A intenção inicial da pesquisa era fazer um estudo comparativo entre duas cooperativas, que estivessem em consonância com os princípios de Economia Solidária (cooperação, solidariedade, autogestão e sustentação econômica), e que tivessem períodos de existência distintos: uma com um período mais longo (acima de cinco anos) e outra com um período máximo de dois anos. Além disso, que fossem cooperativas que trabalhassem no ramo da produção de alimentos.

Foram realizadas visitas em três Feiras Agroecológicas em Porto Alegre no ano de 2015, com o objetivo de encontrar as cooperativas que se encaixavam nos critérios indicados pela pesquisa. Nestes locais, a grande maioria dos empreendimentos eram informais, provenientes da agricultura familiar, seguido por

associações, e um número relativamente pequeno de cooperativas. Em todas estas Feiras foi encontrada apenas uma cooperativa de Economia Solidária, com período de funcionamento superior a cinco anos, no ramo de alimentação, que foi selecionada para a pesquisa.

Além da visita a estas Feiras Agroecológicas, foram feitos contatos com três (3) cooperativas indicadas por movimentos sociais. A primeira cooperativa, cujo contato foi realizado em outubro de 2015, se tratava de uma cooperativa mista, composta pelo movimento de luta pela moradia, pela horta comunitária e pela produção e venda de alimentos. Ela não foi selecionada, porque sua representante explicou que o que dá movimento e visibilidade à cooperativa é a luta pela moradia e não a produção de alimentos.

A segunda cooperativa contatada em novembro de 2015, era composta por quatro grupos no ramo da alimentação que não necessariamente dialogavam entre si. Apesar de todos trabalharem no ramo da alimentação e de um dos grupos se identificar com a Economia Solidária, este empreendimento não foi escolhido justamente por mostrar uma clara fragmentação, pois se tratava de uma cooperativa composta por quatro (4) núcleos independentes.

A terceira cooperativa, contatada em dezembro de 2015, é uma cooperativa mista, de produção de alimentos e serviços. Ela tinha sido escolhida para ser a segunda cooperativa da pesquisa, em razão de se reconhecer como sendo de Economia Solidária, e pelo fato da produção de alimentos ser a forma principal de sustentabilidade da cooperativa. Contudo, esta cooperativa estava passando por mudanças internas, e não aceitou ser pesquisada naquele momento.

Por não ter encontrado outra cooperativa que se encaixasse nos critérios objetivados pela pesquisa, e para não prejudicar o andamento da mesma, houve a decisão de focar a pesquisa na cooperativa já selecionada e transformá-la num estudo de caso.

O estudo de caso traz como pressuposto a compreensão de uma instância singular a partir de uma realidade multidimensional e historicamente situada. O interesse se concentra naquilo que aquele objeto de estudo tem de único, mas tendo consciência que podem surgir semelhanças com outros casos ou situações. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

Essa forma de realizar a pesquisa enfatiza a interpretação do contexto, buscando retratar a realidade complexa de forma detalhada e profunda. Há uma

riqueza em dados descritivos. O conhecimento, deste modo, não é encarado como algo finito, mas como uma construção que se desenvolve constantemente. Por englobar essas características, o estudo de caso é necessariamente qualitativo. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

O objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo, buscando por meio de instrumentos e teorias uma forma de se aproximar dos seres humanos e suas vivências em sociedade, assim como, de procurar compreender a realidade social pela riqueza das trocas e das interlocuções entre a vida individual e coletiva. (MINAYO, 2010a).

Portanto, esta pesquisa é qualitativa, pois se ocupa de uma compreensão da realidade que não pode nem deve ser quantificada. Trabalha, pelo contrário, com um universo de significados, crenças, valores e atitudes. Assim, a realidade social é compreendida de forma global, dentro de um contexto social, histórico, econômico e cultural. (MINAYO, 2010a).

A pesquisa possui um ritmo próprio e particular, construído no decorrer de um processo cujo ciclo permanece em constante movimento, trazendo sempre que possível, novas indagações. Sua metodologia engloba em seu processo a teoria de abordagem ilustrada pelo método, os instrumentos de conhecimento por meio das técnicas e a criatividade do pesquisador alimentada pela sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade. (MINAYO, 2010a).

A presente pesquisa foi orientada pelo método dialético crítico fundamentado no materialismo histórico dialético. Este método analisa profundamente os fenômenos sociais a partir da apreensão do real levando em consideração seu dinamismo, sua diversidade e sua contradição. (LEVEBvre, 1995).

Ao longo das etapas da pesquisa é importante compreender todo processo como um fenômeno social e historicamente condicionado. Isso engloba: o objeto investigado, as pessoas envolvidas nas atividades, o(a) pesquisador(a) e seu sistema de representações teórico-ideológicas, suas técnicas de pesquisa e o conjunto de relações interpessoais e de comunicação simbólica. (MINAYO, 2010b).

Desta forma, o trabalho de campo busca uma porta de entrada para o novo, orientada pela formulação de perguntas que são cultivadas por teorias e conceitos. (MINAYO, 2010b). Existem muitas formas e técnicas de realizar este tipo de trabalho, mas para esta pesquisa foi utilizada a entrevista semi-estruturada

(Apêndice F), e a observação participante, bem como, ampla pesquisa bibliográfica e estudo em sites institucionais.

A observação tem como instrumento principal o diário de campo. (MINAYO, 2010b). Também existe a observação participante, que se apresenta como uma participação real do pesquisador no cotidiano do público pesquisado (GIL, 2009) com a finalidade de efetuar uma investigação científica. (MINAYO, 2010b).

A entrevista tem o objetivo de coletar dados que serão pertinentes ao processo de pesquisa. (MINAYO, 2010b; GIL, 2009). Este costuma ser um dos instrumentos mais utilizados. (MINAYO, 2010b). E se trata de um processo assimétrico, onde uma das partes faz a coleta dos dados e a outra se torna meio de informação. (GIL, 2009).

Nesta pesquisa, o universo é composto por quarenta e três (43) cooperativas na região metropolitana de Porto Alegre, RS, de acordo com a OCERGS.² A amostra desta pesquisa foi do tipo intencional, onde foi analisada uma cooperativa, considerando os seguintes critérios: estar funcionando há mais de cinco anos, em consonância com os princípios da Economia Solidária (cooperação, solidariedade, autogestão e sustentabilidade econômica), ser da área de produção de alimentos, e ser formada por sujeitos cuja renda principal seja proveniente da cooperativa.

A cooperativa pesquisada está registrada há quinze (15) anos, ou seja, desde 2001. Possui doze (12) associados que trabalham diretamente na produção, sendo que nove (9) deles auxiliaram na fundação da cooperativa. Foram entrevistados quatro (4) integrantes da cooperativa com período de permanência distintos. Os períodos que apareceram e os cooperados entrevistados correspondentes foram: desde a fundação da cooperativa – Cooperado 3 (C3), de oito a nove anos – Cooperado 1 (C1), de cinco para seis anos – Cooperado 2 (C2), e de apenas dois anos – Cooperado 4 (C4). A intenção foi buscar diferentes perspectivas e vivências de cada um destes cooperados ao longo do período de funcionamento da cooperativa. A indicação foi feita pelos próprios cooperados, por meio do seu processo democrático de decisão.

Foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme (Apêndice D), que foi assinado pelos participantes, e onde constava informações da pesquisa e formas de acesso à pesquisadora para esclarecimentos. Este estudo

² OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.
<http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/2014-01-17-17-25-12>

garantiu o sigilo de dados confidenciais e de nenhum modo provocou constrangimentos ou prejuízos aos sujeitos da pesquisa, mantendo-se no anonimato as informações obtidas. O estudo não implicou qualquer dano em relação à saúde das pessoas envolvidas. Também foi assinado por um dos representantes da cooperativa, uma carta de autorização (ou carta de aceite da pesquisa) que sinalizava sua concordância em serem pesquisados (Apêndice C).

Esta pesquisa foi submetida tanto ao Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS como à Plataforma Brasil, sendo aprovada por ambas, conforme Carta de Aprovação do Comitê de Ética (Apêndice A), e Carta de Aprovação da Plataforma Brasil (Apêndice B).

Ao final da pesquisa será realizada a devolução dos resultados com a cooperativa contemplada. Também será articulado espaço de socialização da pesquisa em eventos organizados pela Incubadora da PUCRS e da UFRGS que fazem o assessoramento de empreendimentos solidários. Além disso, haverá publicação dos resultados em artigos.

A busca por respostas no Serviço Social foi em razão de que esta é uma das áreas que estuda profundamente a Economia Solidária. E a inserção na Linha de Pesquisa “Serviço Social e Políticas Sociais” do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, possibilitou uma ampliação da compreensão da realidade social, uma vez que havia a discussão a respeito das transformações no mundo do trabalho, e também um olhar mais atento a respeito das desigualdades sociais na sociedade contemporânea.

Por fim, cabe detalhar o conteúdo presente em cada um dos capítulos como forma de dar continuidade ao caminho percorrido nesta dissertação. No capítulo 2 foi apresentado a Teoria do Cotidiano, tendo como embasamento teórico a filósofa húngara Agnes Heller e outros autores que dialogam com ela, mostrando que o cotidiano não envolve apenas a dimensão do rotineiro, do dia-a-dia, implica também na existência do não-cotidiano, que não consegue ser alcançado por todos com tanta facilidade. Também foi apresentado neste mesmo capítulo uma apreensão filosófica sobre o tempo, transitando, primeiramente, pelo conceito, para seguir pela história dos elementos utilizados pelos humanos para mensurar o tempo, e finalizar com a aceleração do tempo em razão do surgimento do capitalismo.

No capítulo 3, houve a intenção de transcorrer sobre alguns aspectos do trabalho, iniciando por uma contextualização sobre o modo de trabalho nas fábricas

durante a Primeira Revolução Industrial. Depois sobre as transformações no mundo do trabalho, onde ocorre uma substituição gradual do modo de gestão Taylorista-Fordista para o Toyotismo, e as consequências disso para o trabalhador. Por fim, houve um resgate de que o trabalho é um meio de existência e que deve haver uma luta permanente contra a utilização dele como forma de exploração.

No capítulo 4, houve um aprofundamento sobre o cooperativismo, resgatando que o movimento é milenar, perpassando o ideário dos socialistas utópicos, se estendendo para diversos países com princípios norteadores construídos por uma cooperativa de consumo em Rochdale. Chega ao Brasil por meio de imigrantes e se transforma numa prática muito comum no Rio Grande do Sul. Finaliza com um comparativo entre a lógica assumida pelas cooperativas autogestionárias e lógica empregada pelas empresas capitalistas.

No capítulo 5, mostrou-se um breve histórico sobre a Economia Solidária, os princípios que a fundamentam, dando especial atenção para o princípio da autogestão. Em seguida, um nivelamento sobre a compreensão de empreendimentos econômicos solidários e seus diversos desafios. Depois, foi revelado como a Economia Solidária se introduz no Brasil, as políticas públicas criadas para contribuir com o seu fortalecimento, bem como, a fragilidade deste movimento diante do cenário político de 2016.

No capítulo 6, foi realizada a interpretação dos significados dos dados num nível mais profundo que uma leitura comum, utilizando a Análise de Conteúdo de Moraes (1999), que compreende a cinco etapas: preparação, unitarização, categorização, descrição e interpretação. A primeira etapa de preparação envolveu a leitura dos materiais e a seleção de quais dados seriam relevantes para a pesquisa. A segunda etapa compreendeu a unitarização, onde se definiu unidades de análise, por meio de frases. A terceira etapa envolveu a categorização, onde foi realizada uma classificação dos conteúdos. As categorias resultantes da primeira classificação, foram denominadas de categorias iniciais, o segundo reagrupamento resultou nas categorias intermediárias e o terceiro reagrupamento nas categorias finais. A quarta etapa gerou a descrição, onde foi produzido um texto-síntese que contemplava o conjunto de significados das diversas unidades de análise classificadas. Por fim, a quinta etapa resultou na interpretação, buscando uma apuração dos significados expressos nas categorias para integrá-los com uma fundamentação teórica. (MORAES, 1999).

2. TEORIA DO COTIDIANO E O TEMPO

2.1 Teoria do cotidiano

2.1.1 O Cotidiano

O cotidiano compreende a representação social do dia-a-dia, de ações que fazem parte da rotina das pessoas, a tudo que ocorre empiricamente de forma repetida, é a vivência do dia-a-dia de uma maneira quase habitual. (GUIMARÃES, 2002). O cotidiano é a vida diária de todas as pessoas em qualquer época histórica e representa a vida cotidiana, uma vida de todos os dias e de todas as pessoas, captada diversamente por inúmeros nuances. A vida dos mesmos gestos, rituais e ritmos do dia-a-dia: acordar em determinado horário, gerenciar as atividades caseiras, ir para o trabalho e/ou para escola/universidade, ter momentos de lazer, fazer atividades físicas, etc. (CARVALHO, 2000). Fazem parte orgânica da vida cotidiana: “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. (HELLER, 2008, p.32). O cotidiano representa a esfera do senso comum, englobando todo sofrimento, tristeza, alegria, prazer e construção que apenas o ser humano é apto a viver. (GUIMARÃES, 2002a).

A vida cotidiana é a vida de todas as pessoas, que a vivem, sem nenhuma exceção, independente de seu lugar na divisão do trabalho intelectual e físico. É um conjunto de atividades que define a reprodução social dos seres particulares, que por sua vez, possibilitam o desenvolvimento da reprodução social. Assim, a vida cotidiana se torna a soma das atividades indispensáveis para a autoreprodução do particular, oriundo das relações criadas pelo mundo estabelecido. É a reprodução do ser particular, que sempre será a reprodução de um ser histórico, de um particular num mundo concreto. (HELLER, 1991).

Na vida cotidiana os seres humanos apreendem as relações sociais e as reproduzem como forma de sobrevivência. (CARVALHO, 2000). Mas de alguma forma, os seres humanos já estão inseridos na sua cotidianidade, e seu amadurecimento, em qualquer sociedade, requer que o indivíduo adquira todas as habilidades fundamentais para a vida cotidiana da sociedade em que se encontra. Somente é adulto quem consegue viver por si mesmo a sua cotidianidade.

(HELLER, 2008). Por isso, se diz que a vida cotidiana dos seres humanos está completamente absorvida de uma luta por si mesmo e, ao mesmo tempo, uma luta contra os outros. (HELLER, 1991).

Na vida cotidiana a habilidade precisa ser aplicada em diversas direções e praticamente com a mesma intensidade. (HELLER, 1991). As respostas a funcionamentos práticos possibilitam a ação no cotidiano. Todavia, isso não indica que a vida cotidiana se defina apenas pelo imediatismo. Pelo contrário, a mobilidade está cercada por um sistema de mediações que se ampliam conforme as características sociais, econômicas e culturais das sociedades. E, ao mesmo tempo, que essas características são incorporadas, passam a ter características imediatistas. (GUIMARÃES, 2002a).

A vida cotidiana é a vida do ser inteiro, onde o ser humano participa na vida cotidiana com todos elementos da sua individualidade e personalidade. Nela funcionam “todos os seus sentidos, todas suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias”. Contudo, esses elementos não conseguem se realizar de forma plena em toda a sua intensidade, ou seja, o ser cotidiano é ativo e receptivo, mas não possui nem tempo ou possibilidade para absorver completamente nenhuma desses elementos e tampouco aguçá-los em toda a sua intensidade. (HELLER, 2008, p.31).

No cotidiano há muita repetição, reprodução. Mas é a partir dele que se pode alcançar a superação das restrições, porque nele o ser está por inteiro para constantemente aprender e se reinventar nas suas relações cognitivas e afetivas. (FERNANDES, 2002). Em todas as formas de atividade da vida cotidiana é onde o ser humano se realiza por inteiro. (HELLER, 1991).

No cotidiano, além de estar presente a vida cotidiana e a vida do ser inteiro, também existe a particularidade. O ser humano como particular é resultado do desenvolvimento social. No trajeto da história para a maior parte das relações e classes sociais, o sujeito da vida cotidiana tem sido a particularidade, que se torna suficiente para atender as atividades cotidianas e se reproduzir. Todo ser singular é também igualmente um ser singular particular, pois cada pessoa possui determinadas qualidades, atitudes e dificuldades que a tornam única. (HELLER, 1991).

O particular procura se consolidar no interior do seu ambiente imediato. Ele cultiva aquelas faculdades e disposições que são essenciais para sua existência e

para sua afirmação em determinada comunidade. Não é possível haver apropriação da vida cotidiana sem o processo de cultivar as qualidades particulares. É um critério decididamente humano. Todavia, a reprodução do particular é um processo unitário, onde a reprodução do particular exige que haja eleição de interesses e necessidades da particularidade e valores da individualidade. (HELLER, 1991).

Existem características da vida cotidiana que representam um conjunto de atividades que permitem a reprodução do sujeito e que estão relacionadas às particularidades humanas. Essas características revelam a maneira como as pessoas pensam, agem e se relacionam com sua sociedade. (GUIMARÃES, 2002). Elas também representam momentos que caracterizam o comportamento e o pensamento cotidianos, e são absolutamente necessárias para que os indivíduos possam viver na cotidianidade. (HELLER, 2008). São elas: heterogeneidade, hierarquia, economicismo, espontaneidade, probabilidade, precedente, pragmatismo, entonação, imitação, repetição, analogia e juízos provisórios (preconceitos e ultrageneralização). (GUIMARÃES, 2002).

A vida cotidiana é, em grande medida, e nos sentidos e aspectos mais diversos, heterogênea. Os conteúdos e a significação dos tipos de atividades realizados pelos seres humanos são heterogêneos. (HELLER, 2008). O centro da vida cotidiana só pode ser o particular, no qual aquelas formas de atividade, certamente heterogêneas, se articulam em uma unidade. Sendo, a heterogeneidade, uma das principais características da vida cotidiana, refletida nas relações, no mundo de diversas atividades, de capacidades e habilidades. (HELLER, 1991). A heterogeneidade expressa o fato dos humanos serem todos diferentes, de haver uma alteridade a partir do singular. (GUIMARÃES, 2002).

A vida cotidiana além de ser heterogênea também é hierárquica, onde o conjunto de ações e relações heterogêneas, possui em seu núcleo uma certa hierarquia. Esta, por sua vez, pode se alterar de acordo com os valores de uma determinada época histórica, ou em função das particularidades e interesses de cada pessoa nas diferentes etapas de sua vida. (CARVALHO, 2000). Isso é necessário, porque não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. É preciso haver uma hierarquia de valores que auxiliam nas escolhas a serem feitas. (GUIMARÃES, 2002).

Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais. Assim, por exemplo, nos tempos pré-históricos, o trabalho ocupou um lugar dominante nessa hierarquia; e para determinadas classes trabalhadoras (para os servos, por exemplo), essa mesma hierarquia se manteve durante ainda muito tempo; toda a vida cotidiana se constituía em torno da organização do trabalho, à qual se subordinavam todas as demais formas de atividade. Em troca, para a população livre da Ática do século V antes de nossa era ocupavam o lugar central da vida cotidiana a atividade social, a contemplação, o divertimento (cultivo das faculdades físicas e mentais), e as demais formas de atividade agrupavam-se em torno destas numa gradação hierárquica. A heterogeneidade e a ordem hierárquica (que é condição de organicidade) da vida cotidiana coincidem no sentido de possibilitar uma explicitação 'normal' da produção e reprodução, não apenas no 'campo da produção' em sentido estrito, mas também no que se refere às formas de intercâmbio. A heterogeneidade é imprescindível para conseguir essa 'explicitação normal' da cotidianidade; e esse funcionamento rotineiro da hierarquia espontânea é igualmente necessário para que as esferas heterogêneas se mantenham em movimento simultâneo. (HELLER, 2008, p.32-33).

Assim, a vida cotidiana sempre possui uma hierarquia espontânea influenciada pela época em que se vive, onde está determinada a forma de produção, o formato de sociedade, e o lugar do indivíduo nesta sociedade. (HELLER, 2008). Do ponto de vista particular, não existe nenhum ser humano sem motivações mais ou menos particulares. Por isso, a hierarquia de valores entre os seres humanos não é construída a partir do questionamento se as pessoas possuem ou não motivações particulares, mas avaliando as motivações, seu conteúdo concreto, sua intensidade, e examinando ainda de que forma se relacionam com a particularidade do sujeito, e em que medida podem aparecer como objeto do próprio sujeito. (HELLER, 1991).

O economicismo possibilita que as coisas sejam feitas de forma mais rápida e breve no decorrer da vida cotidiana. O tempo e o esforço dedicados a uma determinada atividade é bem menor. Cada inovação surge para facilitar o uso prático na sociedade. A tecnologia é aprimorada para facilitar e economizar o tempo. Por exemplo, para obter alimentos, a maioria das pessoas não precisa plantar, aguardar o alimento crescer e amadurecer, para daí colher e se alimentar. As pessoas vão direto num supermercado ou numa feira e compram aquilo que necessitam. (GUIMARÃES, 2002).

Outra característica da vida cotidiana é a espontaneidade que está relacionada a ações não planejadas. São momentos específicos que estão sendo vividos sem considerar as consequências futuras. Existe uma certa impulsividade. Há vontade de fazer algo e simplesmente se concretiza a ação. A vontade é satisfeita no ato. Um ditado popular retrata bem essa situação, quando diz “o que vale é o aqui e o agora”. (GUIMARÃES, 2002). Contudo, nem toda atividade cotidiana é espontânea no mesmo nível, assim como, tampouco uma mesma atividade espontânea pode se reproduzir em situações diversas. Por outro lado, em todos os casos, o espontaneísmo é uma tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana. (HELLER, 2008).

A probabilidade expressa a ação e o pensamento empírico, onde a ação é feita sem realizar um cálculo matemático ou físico. É uma possibilidade de uma ação dar certo ou errado. Geralmente o acerto é alcançado e esse ato passa a ser repetido ao longo da vida, ou seja, as pessoas passam a vida executando ações sem nunca ter realizado um cálculo para obter êxito. Por exemplo, para subir uma escada, ninguém calcula o tamanho, a altura, a largura. Simplesmente sobe a escada. E se no meio tiver um desnível, e a pessoa não ver, ela pode tropeçar e cair. (GUIMARÃES, 2002). A base da probabilidade está na possibilidade das suas atividades e suas consequências. Jamais é possível calcular com segurança científica a consequência de uma ação. E tampouco haveria tempo para fazer isso na múltipla diversidade das atividades cotidianas. Deste modo, é possível atuar e se orientar no cotidiano com a ajuda de avaliações probabilísticas. Claro que toda ação baseada na probabilidade implica numa situação de risco, mas é um risco assumido e necessário para a vida. (HELLER, 2008).

O precedente envolve uma ação que antecede de outras, ou seja, que já aconteceram em outro momento. É uma característica da vida cotidiana que se posiciona de forma contrária com a criação do novo. Por isso, as pessoas que ficam presas aos precedentes, ao pré-estabelecido, tem muita dificuldade de “soltar a imaginação”, pois tendem utilizar práticas conservadoras. A tendência no precedente é a acomodação e permanência na “mesmice”. Tudo aquilo que se sabe fazer, se faz exatamente sempre do mesmo modo. Não há acréscimos, desvios ou transformações. (GUIMARÃES, 2002).

O pragmatismo é muito similar ao precedente, pois implica numa ação não refletida. O pragmatismo é aquela ação cotidiana apoiada num pensamento prático e

empírico, onde não há necessidade de teorias para explicar, pois a prática mostra que aquilo é verdadeiro. É uma ação pela ação, onde não existe racionalidade. O sucesso na vida diária se dá justamente pela ação baseada na prática. Não existe uma tendência à reflexão ou à crítica dos atos, apenas se faz uma prática que se reproduz constantemente. (GUIMARÃES, 2002).

A entonação possui uma grande relevância para a vida cotidiana, tanto para a configuração do tipo de atividade e pensamento, como para a avaliação dos outros. (HELLER, 2008). Ela se refere aquele jeito particular que toda pessoa tem, ou seja, a marca da pessoa. As pessoas podem até fazer as mesmas coisas: imitar, clonar, dublar. Mas nunca sairá do mesmo modo, pois cada pessoa deixa registrado uma marca daquilo que fez. É prevalência da singularidade de cada um. Faz parte da própria constituição da identidade. Esta marca diferenciada se inscreve no corpo físico, biológico, psicológico e mental. Um exemplo simples, é que a maioria das pessoas possuem um polegar, mas dentre esta maioria, cada um possui uma digital diferente. (GUIMARÃES, 2002).

A imitação é percebida como uma primeira ação do cotidiano, pois antes das pessoas desenvolverem a consciência e obedecerem a regras e normas, existe o comportamento de imitação, que se faz muito presente nos primeiros anos de vida e que pode se estender ao longo do desenvolvimento dos seres humanos, pois, muitas vezes, é reforçado socialmente. A partir da imitação de um comportamento ou pensamento, ocorre a apropriação de alguma coisa. Esta característica pode gerar uma sensação de pertencimento e até mesmo de aceitação daqueles grupos com os quais as pessoas se relacionam, ou inclusive, imitam. O sistema capitalista, por exemplo, incentiva o consumo. E a imitação, neste contexto, faz com que as pessoas passem a consumir as mesmas coisas para não se sentirem excluídas. (GUIMARÃES, 2002).

A repetição se caracteriza por uma ação de movimentos já treinados e assimilados, onde não é necessário a concentração. São atos sem pensar. Movimentos automáticos, ligadas ao ato repetitivo. (GUIMARÃES, 2002). É uma sucessão linear de gestos e atividades que se repetem no cotidiano, algo rotineiro. (CARVALHO, 2000). Como por exemplo: escovar os dentes, trancar a porta, chavar o carro. (GUIMARÃES, 2002).

A analogia, por outro lado, é uma característica da vida cotidiana que surge para sustentar a repetição de um mesmo procedimento. É como se fizesse uso de

um saber popular para solucionar qualquer situação, uma vez que isso tenha dado certo ou signifique êxito nos resultados almejados. Por exemplo, se há resolução de uma situação a partir da adoção de uma determinada atitude, uma pessoa poderá tentar resolver outras situações que aparecem com o mesmo comportamento. Por esta razão, que a analogia se identifica com os juízos provisórios, pois ao não refletir sobre uma ação, pode conservar um padrão de comportamento preestabelecido e preconceituoso. (GUIMARÃES, 2002).

Os juízos provisórios, por sua vez, não possuem nenhuma tese que os sustentem, são pensamentos empíricos que são assumidos na experiência cotidiana e social das pessoas, onde a prática os reforça como verdadeiros. O bojo desses juízos é o senso comum, as crenças. Essas construções ocorrem, geralmente, pela convivência com grupos que compartilham da mesma visão. Existem dois tipos de juízos provisórios: a ultrageneralização e os preconceitos. (GUIMARÃES, 2002).

A ultrageneralização está baseado na confiança. O seu significado engloba a todos. É uma justificativa fortalecida pela própria experiência, onde o conceito se generaliza para uma categoria, incluindo o sentimento de confiança. Por exemplo, uma pessoa pensar que por ter sido roubada por um menino de rua, vai pensar, por consequência, que todos os meninos de rua são ladrões, e nenhum é digno de sua confiança. (GUIMARÃES, 2002).

Os preconceitos se baseiam na fé. Esta fé é determinada por uma inabalável consistência, um acreditar cego que nem sempre se justifica, de modo que não existem argumentos que façam uma pessoa mudar de posição. É uma crença por uma crença. Há uma certeza absoluta de que aquilo em que se acredita é o certo. (GUIMARÃES, 2002). Um exemplo claro disso é quando um familiar que pertence à comunidade Testemunhos de Jeová, sofre um grave acidente e necessita de transfusão de sangue. Esses familiares não permitem que a transfusão de sangue seja feita, por mais que a vida da pessoa dependa disso, porque acreditam que esta pessoa deve manter seu sangue puro para continuar a fazer parte desta comunidade.

A dimensão do cotidiano é precisa, envolve o ser concreto. A objetivação presente no cotidiano é aquela em que o ser humano faz do mundo o seu ambiente imediato. (CARVALHO, 2000). A vida cotidiana é um objetivar-se em duplo sentido. Por um lado, é um desenvolvimento contínuo de exteriorização do sujeito, e por outro lado, é um eterno processo de reprodução do particular. (HELLER, 1991).

A vida cotidiana é em seu conjunto um ato de objetivação: um processo na qual o particular como sujeito se manifesta no 'exterior' e nas suas capacidades humanas 'exteriorizadas' começam a viver uma vida própria e independente dele, e continuam vibrando em sua vida cotidiana e os outros de tal modo que estas vibrações – através de algumas mediações – se introduzem na forte corrente do desenvolvimento histórico do gênero humano e de este contraste obter um – objetivo – conteúdo de valor. Por isso podemos sustentar no início que a vida cotidiana é a base do processo histórico universal. Evidentemente, não entendemos aqui 'base' no sentido econômico. Queremos dizer somente que os grandes conflitos que se verificam no conjunto social provêm dos conflitos da vida cotidiana, tentam dar-lhes uma resposta e, apenas estes conflitos são resolvidos, desembocam de novo na vida cotidiana transformando-a e reestruturando-a. (HELLER, 1991, p.96).

A vida cotidiana é a reprodução do indivíduo e da sociedade por meio das objetivações. O processo de objetivação é definido por essa reprodução e requer a ação do ser humano sob o objeto, transformando-o para seu uso e benefício. (GUIMARÃES, 2002). Assim, o cotidiano, em seu conjunto, é um processo constante de objetivação. Contudo, as atividades da vida cotidiana não ocorrem no mesmo nível ou com o mesmo raio de ação. E tampouco, pode se afirmar que todas as atividades cotidianas resultem numa objetivação. (HELLER, 1991).

As objetivações genéricas em-si são o ponto de partida da vida cotidiana, e também possuem uma função essencial no trajeto da vida cotidiana, nas características fundamentais de sua estrutura. Cada pessoa deve se apropriar das objetivações genéricas em-si, no seu cotidiano, como meio necessário para seu crescimento, para sua conversão em ser humano. (HELLER, 1991).

A objetivação genérica em-si ocorre no cotidiano do senso comum, criando condições para os indivíduos conviverem em determinada sociedade por meio de seus costumes e rituais. (GUIMARÃES, 2002). Esse tipo de objetivação resulta das atividades humanas e além disso, é condição preliminar de toda ocupação do indivíduo. Sua estrutura é unitária e articulada ao mesmo tempo, e compreende à apropriação de três momentos: os utensílios e os produtos; os usos ou os costumes; e a linguagem. (HELLER, 1991).

Os utensílios e os produtos são todas as coisas que estão à disposição na sociedade (GUIMARÃES, 2002), ou seja, o mundo das coisas que foram criadas pelas "mãos do ser humano". (HELLER, 1991). Os usos ou costumes estão

relacionados a tudo que é adequado para se conviver em sociedade. E a linguagem é fonte de comunicação que se faz necessária para a sobrevivência. (GUIMARÃES, 2002). As formas de atividade heterogêneas da vida cotidiana são guiadas e reguladas por estas três objetivações em-si. (HELLER, 1991).

2.1.2 O Não-Cotidiano

A teoria do cotidiano não engloba apenas o cotidiano, mas também o não-cotidiano. E para haver a suspensão do cotidiano para o não-cotidiano, é necessária uma reprodução que deve ultrapassar o imediato na vida cotidiana. (CARVALHO, 2000). Existem quatro formas de suspender a vida cotidiana, que permitem a passagem do mero particular ao humano genérico, são elas: o trabalho criativo, a arte, a ciência e a moral (HELLER, 1991), sendo que a arte e a ciência produzem objetivações duradouras. (HELLER, 2008).

A arte possibilita a liberação da criatividade e da imaginação; o rompimento com regras e normas estabelecidas, com o instituído, com as amarras do cotidiano particular. Ela representa uma fronteira sem limites. Tudo é possível a todos, em igualdade de condição. (GUIMARÃES, 2002).

O ser humano, nas objetivações cotidianas atua como ser inteiro na esfera da singularidade. Por isso, o acesso à consciência humano-genérica não se concretiza neste comportamento. Somente consegue superar a singularidade, aquele indivíduo que reúne todas suas forças numa objetivação mais duradoura. (NETTO, 2000). Esta suspensão do cotidiano para o não-cotidiano, envolve a passagem do ser inteiro (particularidade) para o inteiramente ser (genericidade). Há um rompimento com a cotidianidade quando um projeto engloba a força de ser humano de forma integral e suprime a heterogeneidade. (CARVALHO, 2000).

A mediação necessária para ocorrer esse processo de superação é a homogeneização. (HELLER, 2008). “Quanto mais objetivamente genérica é uma objetivação, tanto mais é homogênea”. (HELLER, 1991, p.115). Na homogeneização existe uma concentração de toda atenção sobre uma única tarefa, de modo que as demais atividades ficam suspensas durante sua execução, pois é empregado a inteira individualidade humana na resolução desta tarefa. (HELLER, 2008).

A homogeneização é o critério que sinaliza a saída do cotidiano, sendo que este critério não é subjetivo. As objetivações genéricas não conseguem se

reproduzir sozinhas sem o processo de homogeneização. Esse processo pode se realizar em planos diversos e possui como mecanismos: a “concentração na tarefa, subordinação (eventualmente parcial ou total suspensão) das atividades cotidianas a tarefa, concentração de todas as capacidades para elevar-se a genericidade”. (HELLER, 1991, p.157).

No não-cotidiano a consciência da genericidade tem como função estabelecer a ligação entre a particularidade e a genericidade. (GUIMARÃES, 2002). Nesta esfera o ser é genérico, produto e expressão de suas relações sociais, está sempre em integração (tribos, comunidades, classes, nação, humanidade), e jamais como um ser solitário. (HELLER, 2008). A genericidade é uma afirmação do ser social, onde só pode existir na sociedade, e se apropriar da natureza por meio da mediação da sociedade. Existe a consciência da genericidade quando os seres humanos atuam como seres comunitários-sociais, ou seja, as ações vão para além do particular, quando a genericidade se converte na motivação dos atos. (HELLER, 1991).

A suspensão da vida cotidiana não pode ser encarada como um refúgio. É um circuito, pois quem entra nela, sai depois modificado. Na medida em que as suspensões ficam frequentes, o contato com o ser genérico ocorre de forma mais profunda, e a apreensão do cotidiano fica mais enriquecida. O indivíduo sente, mesmo que temporariamente, a plenitude existencial e de comunhão consigo próprio, com outros seres humanos e com o mundo. Esta suspensão tem um tempo delimitado, é temporária, contudo possui grande influência na ampliação da consciência, possibilitando transformações do cotidiano singular e coletivo. (CARVALHO, 2000).

A grande maioria dos indivíduos não realiza a experiência de elevação do cotidiano para o não-cotidiano. Esta possibilidade é alcançada por poucos. São raras as pessoas que se permitem viver este processo. (CARVALHO, 2000). Existe uma exceção entre uma maioria de seres humanos que vivenciam a homogeneização em direção ao humano-genérico, com a completa suspensão do particular-individual. A vida de muitas pessoas chega em sua finitude sem que tenha se produzido um ponto crítico similar. (HELLER, 2008).

O processo de homogeneização, de superação do cotidiano deixa de ser raro quando existe uma paixão dominante que orienta os indivíduos para o humano-genérico, e quando estes têm a capacidade de realizar tal paixão. Esse é o caso dos

grandes artistas, cientistas e revolucionários, pois seu trabalho principal, sua atividade básica promovem a elevação para genericidade e implica seu envolvimento. O ser inteiramente se torna elemento necessário de sua essência. (HELLER, 2008).

Contudo, não se pode viver sempre na esfera do não-cotidiano, as pessoas não passarão o tempo todo num processo de superação com as formas de atividade da vida cotidiana. Somente pessoas excepcionais, gênios como Beethoven, poderiam estar sempre superando as experiências da vida cotidiana. Mas até mesmo ele, fazia relação com a particularidade. (GUIMARÃES, 2002).

A referência ao não-cotidiano pressupõe uma teoria cujos conceitos estão baseados, principalmente, na filosofia. (GUIMARÃES, 2002). Isso se fortalece quando existe a afirmação que o conceito de não-cotidiano não somente é proveniente da filosofia, mas também não pode ser compreendido sem ela. O não-cotidiano designa o não-filosófico para e pela filosofia. Ele revela a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. (LEFEBVRE, 1991). Extrapola seu cotidiano, sua particularidade, sua umbilicalidade, sua centralidade. (GUIMARÃES, 2002).

No não-cotidiano existem as objetivações genéricas para-si. Algumas áreas cognitivas compreendem a estas objetivações, são elas: a filosofia, a arte, a moral, a ciência. A filosofia fundamenta-se na crítica da realidade, a arte na estética, a moral na ação do homem, a ciência no conhecimento. Estas áreas se efetivam “na consciência máxima dos atos do ser humano e na sua própria essência”. (GUIMARÃES, 2002, p.19).

As objetivações genéricas para-si apenas funcionam através do propósito humano conscientemente dirigido a elas, de modo que não surgem se existe uma falta consciente com a genericidade. Estas objetivações estão diretamente ligadas à liberdade humana, pois demonstram o grau de liberdade que tem alcançado o gênero humano numa determinada época. Um exemplo disso é quando o proletariado elabora uma consciência de classe, supera um modo coletivamente subjetivo de alienação, modifica uma decisão do curso da história, isso reflete numa maior predominância da objetivação genérica para-si, onde o fator decisivo é o desenvolvimento de uma nova consciência. (HELLER, 1991).

2.2 Tempo

2.2.1 Compreensão do tempo

O tempo era compreendido como uma dimensão do universo físico e se transforma num símbolo de origem humana quando a sociedade se coloca como sujeito do saber no campo de observação. O caráter da dimensão universal assumido pelo tempo demonstra que ele apenas é uma figuração simbólica de tudo que perpassa por um fluxo incessante de acontecimentos. O tempo, neste caso, reflete os esforços que os seres humanos enviam para se localizar no interior desse fluxo, estabelecendo posições, medindo durações de intervalos e de velocidades de mudanças. Por isso, se afirma que a determinação do tempo, bem como, o próprio conceito de tempo são inerentes a representação geral que os humanos têm do seu universo e das circunstâncias em que vivem nele. (ELIAS, 1998).

Considerar as funções de orientação e de regulação social do tempo gerou dificuldades para alcançar uma teoria consensual do tempo, o que levou a tentativas de resolver o problema no plano filosófico. A polêmica sobre a natureza do tempo encontrava duas posições inteiramente opostas. A primeira representada por Newton, sustentava uma concepção mais objetivista, onde o tempo assume um dado objetivo do mundo criado, não se distinguindo dos demais objetos da natureza por seu modo de ser, justamente por não ser perceptível. Essa concepção começou a decair a partir do início da era moderna. A segunda concepção, por sua vez, era defendida por Descartes, onde se afirmava que o tempo é um modo de atrair um conjunto de acontecimentos que encontram-se numa particularidade da consciência humana, ou seja, da razão ou do espírito humano. Neste caso, o tempo é uma forma originária da experiência, tornando-se um dado inalterável da natureza humana. Estas duas concepções apresentam o tempo como um dado natural. Mas a primeira o trata como um dado objetivo independente da realidade humana. E o segundo como uma representação subjetiva, proveniente da natureza humana. (ELIAS, 1998).

Refletir sobre o tempo implica corrigir essa imagem de um universo separado por setores hermeticamente fechados. É necessário reconhecer o entrelaçamento e a interdependência entre natureza, sociedade e indivíduo. (ELIAS, 1998). As práticas temporais de toda sociedade estão intimamente envolvidas em processos

de reprodução e de transformação das relações sociais. A história da mudança social é em parte compreendida pela história da concepção de tempo e, inclusive, dos usos ideológicos por trás desta concepção. (HARVEY, 2003).

O tempo possui traços de dualidade: o aqui e algum lugar; e também suas triplicidades: o cotidiano, o histórico e o cósmico. O tempo envolve mudança, não apenas em termos de modificação do espaço, mas o tempo das transições, da dialética, dos conflitos. O tempo não tem estrutura. Apenas flui de forma contínua – entre lentidão, debates e silêncio. O tempo cuja origem jamais se revela, mas simboliza-se perpetuamente. (LEFEBVRE, 1991). O tempo não é memorizado como um fluxo, mas como lembrança de lugares vividos. O tempo nada mais é que um material fundamental da expressão social. (HARVEY, 2003).

O tempo é cíclico, onde os começos são recomeços e renascimentos. Também não possui nada de linear. Percorre em contiguidades e descontinuidades, antes de se fundir na memória e no destino. Não existe uma nota beneficiada, pois não há pausa. Existem cortes, mas não começos. Intervalos, mas sem acontecimentos previamente ditos. O tempo escapa dos ciclos naturais e tampouco obedece aos recortes lineares da duração racionalizada. Nada mais que o tempo do imprevisto. (LEFEBVRE, 1991).

O tempo não pode ser medido pelos sentidos. Não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear, nem cheirar. É algo invisível. A ideia de tempo permite que este seja transmitido de uma pessoa para outra apenas por imagens mnêmicas que dão lugar a uma experiência, mas não alcançam o nível dos sentidos não perceptivos. (ELIAS, 1998).

O tempo é reduzido à irreversibilidade dos fatos como parte orgânica da consciência temporal cotidiana. Exemplo disso são os lamentos pelas ocasiões não aproveitadas ou das coisas que passam e não voltam mais. Os humanos tendem a não se conformar com a irreversibilidade como forma de reagir a inevitável finitude da vida. (HELLER, 1991).

Uma das experiências interiores temporais mais subjetiva é a memória. Aquilo que uma pessoa vive é de fato irreversível, pois a lembrança nada mais é do que um momento dessa irreversibilidade. O tempo vivido não é apenas antropomórfico, mas também é subjetivo por ser o tempo de uma determinada pessoa, e cada pessoa possui um tempo vivido diferente, desde aquele tempo que não passa nunca para aquele em que passa muito rápido. Por esta razão, a experiência interior temporal

de uma pessoa não pode ser medida, pois não existe uma “correlação com o tempo efetivamente transcorrido, com a quantidade de tempo medido com base em uma convenção social”. (HELLER, 1991, p.392).

O tempo vivido é uma função da carga ou ausência de experiências interiores de uma pessoa, variando de acordo com o grau de saturação dessas experiências interiores. O conteúdo do acontecimento é que vai estabelecer se uma experiência interior será longa ou breve. Cinco minutos de tortura podem parecer uma eternidade e horas felizes podem processar como minutos. (HELLER, 1991).

Por outro lado, existe o tempo reversível que se concentra nas crenças e nas atividades tradicionais. Este tempo é governado pela lógica da repetição, sendo o passado um meio de organizar o futuro. A tradição, deste modo, se refere à forma como as crenças e práticas são organizadas em relação ao tempo.

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa. (GIDDENS, 1991, p.44)

O tempo é organizado de acordo com um espaço preexistente, no qual se deixa prescrever. (LEFEBVRE, 1991). Assim, toda mudança no espaço é uma mudança no tempo e vice-versa.

O ‘espaço’ refere-se a relações posicionais entre acontecimentos móveis, os quais procuramos determinar mediante a abstração de seus movimentos e mudanças efetivas; o ‘tempo’, ao contrário, refere-se a relações posicionais no interior de um continuum evolutivo que procuramos determinar sem abstrair seus movimentos e mudanças contínuos. (ELIAS, 1998, p.81-82).

A relação temporalidade-espacialidade, é tanto o espaço como sendo subordinado ao tempo, marcado por ele, espaço no tempo. Como também é a

inscrição do tempo no espaço. (LEFEBVRE, 1991). Já a separação entre tempo e espaço não pode ser percebida como um desenvolvimento unilateral, onde não seja possível reversões ou onde seja compreendida como um todo abrangente. Esta separação possui traços dialéticos que provocam características opostas. (GIDDENS, 1991).

O espaço e o tempo são dimensões básicas da existência humana. Suas concepções são criadas através de práticas e processos materiais que são úteis à reprodução da vida social. Podem variar geograficamente e historicamente, pois o tempo e o espaço social são construídos de forma distinta. O espaço e o tempo também podem ser considerados relevantes para a vida social em diferentes ocasiões. (HARVEY, 2003).

O tempo da vida cotidiana e o espaço são antropocêntricos. O espaço está relacionado ao aqui do particular, o tempo ao seu agora – o presente. (HELLER, 1991). Esta concepção assim como as outras anteriores revelam que não existe um sentido único e objetivo de tempo e espaço. Por isso, é preciso reconhecer a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e tempo podem expressar e a função das práticas humanas em construção. No entanto, o modo como o espaço e o tempo são retratados na teoria afeta a maneira como as pessoas interpretam e depois agem em relação ao mundo. (HARVEY, 2003).

2.2.2 Elementos de mensuração do tempo

O problema do tempo não pode ser solucionado se analisado suas dimensões física e social de forma independente uma da outra. Com o desenvolvimento dos instrumentos de medição do tempo fabricados pelos humanos, a demarcação do tempo social ganhou autonomia em relação ao tempo físico. A relação entre esses dois tempos tornou-se indireta, mas nunca totalmente separada. (ELIAS, 1998).

O tempo pode ser considerado uma instituição cujo caráter varia de acordo com o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades. Deste modo, o sujeito ao longo do seu crescimento, aprende a interpretar os sinais temporais utilizados em sua sociedade e a nortear seu comportamento em função deles. (ELIAS, 1998). Ao mesmo tempo, vale lembrar que distintas sociedades cultivam sentidos de tempo diferentes. (HARVEY, 2003).

O uso que se faz do conceito de tempo situa-se num alto nível de generalização e de síntese, revelando uma riqueza de herança social de saber no que tange aos métodos de mensuração das sequências temporais. Logo, o tempo designa simbolicamente a relação que os seres humanos, dotados de uma capacidade de memória e síntese, estabelecem entre dois ou mais processos para padronizar e servir aos outros como quadro de referência e padrão de medida. Inicialmente, os seres humanos baseavam sua referência num desenrolar contínuo, como o fluxo das marés ou a posição do sol. Quando os humanos decidiram que esses processos naturais eram muito imprecisos para atender as suas necessidades, restou a eles construir padrões de medidas mais exatos e confiáveis. (ELIAS, 1998).

O tempo serve aos humanos como meio de orientação no universo social e como forma de regulação de sua coexistência, bem como, se desenvolveu em relação a determinadas tarefas praticadas pelos humanos. Alguns processos físicos foram padronizados pelos humanos com a intenção de sinalizar suas atividades no fluxo do devir ou para avaliar sua duração. (ELIAS, 1998).

A utilização dos fenômenos naturais para situar os acontecimentos e avaliar a duração de alguns processos do devir foi uma prática muito comum nos estágios mais precoces da sociedade. O ritmo das marés, a posição do sol, da lua e das estrelas foram símbolos que serviam de orientação para as atividades humanas, inclusive, para informar o momento favorável para a realização de determinadas atividades sociais e para estabelecer a duração que elas deveriam ter. (ELIAS, 1998).

Nos estágios primitivos, o tempo possuía uma função de coordenação e integração que era, geralmente, praticada por figuras dominantes como reis ou sacerdotes. Mas a função de coordenação costumava ser uma atividade particular dos sacerdotes. Cabia a eles o conhecimento sobre o momento propício para exercer determinadas atividades. Esta era sua função social, uma vez que não precisavam trabalhar para produzir seu próprio alimento, cabia a eles tão somente interpretar os movimentos e as mudanças dos corpos celestes. (ELIAS, 1998).

Os sacerdotes, por muito tempo, foram os especialistas da determinação ativa do tempo. Num estágio mais avançado, quando apareceram as sociedades-Estado, os sacerdotes passaram a dividir sua função com outras autoridades leigas, gerando

uma série de tensões. Por fim, a luta entre sacerdotes e reis pela supremacia desta função, culminou na vitória dos reis. (ELIAS, 1998).

O aprimoramento e a ampliação progressiva dos meios de orientação no decorrer dos séculos foram provenientes da capacidade de aprendizagem das experiências transmitidas de uma geração para outra. À medida que a sociedade foi atingindo estágios de urbanização, comercialização e mecanização, mais os humanos se tornaram dependentes para mensurar o tempo por meio de dispositivos artificiais, e menos passaram a utilizar de fenômenos naturais como referência da medição do tempo. Houve assim, um direcionamento para a utilização de sequências mecânicas de origem humana para estabelecer a posição no devir, integrando a tríplice qualidade de processos biológicos, sociais e pessoais. (ELIAS, 1998).

Atualmente, o tempo é um instrumento imprescindível para que as pessoas possam realizar uma multiplicidade de tarefas. Por isso, o calendário e o relógio se tornaram praticamente essenciais a qualquer forma de vida social nas sociedades mais complexas. Eles atestam o caráter simbólico do tempo, assim como, permitem que a experiência do tempo seja experienciada como um fluxo uniforme e contínuo. (ELIAS, 1998).

O calendário se tornou um monopólio do Estado durante a monarquia. (ELIAS, 1998). Foi em evento tão marcante nos estados agrários quanto a invenção da escrita. (GIDDENS, 1991). Por meio da sua elaboração que foi possível determinar a idade das sociedades ou a duração dos processos sociais. Todavia, esse processo não foi simples. Foram necessários séculos para desenvolver uma escala de calendário que se ajustasse bem à realidade física, de forma a sincronizar as atividades de uma rede global de Estados. Isso partiu de uma fixação mais ou menos arbitrária de uma posição eleita do sol como ponto de partida e de chegada, que conferisse uma unidade social de determinação do tempo, no caso, o ano. (ELIAS, 1998).

A sucessão irreversível dos anos representa, à maneira simbólica, a sequência irreversível dos acontecimentos, tanto naturais quanto sociais, e serve de meio de orientação dentro da grande continuidade móvel, natural e social. Numerados, os meses e dias do calendário passam então a representar estruturas recorrentes, no interior de um devir que não se repete. (ELIAS, 1998, p.10).

Já a invenção do relógio e sua multiplicação para a população foi um evento ocorrido no final do século XVIII. A uniformidade de mensuração do tempo pelo relógio refletiu na organização social do tempo, fazendo a separação entre tempo e espaço. (GIDDENS, 1991).

O relógio, enquanto meio de orientação, exerce a mesma função que os fenômenos naturais para seres humanos na continuidade dos processos sociais e físicos. É um dispositivo para representar o tempo, mas não pode ser considerado o tempo em si. É um processo físico dotado de um desenrolar contínuo, criado e padronizado pelos humanos para servir de quadro de referência e escala de medida. (ELIAS, 1998).

O relógio expressa através dos símbolos inscritos em seu mostrador a passagem do tempo, bem como, indica informações sobre o devir cósmico, como a posição do sol e da Terra, se é dia ou noite. Num estágio posterior, os relógios públicos passaram a sinalizar não apenas a hora, mas também os minutos e segundos. O relógio, então, foi reduzido a movimentos mecânicos de um tipo particular para atender os humanos em suas próprias necessidades. (ELIAS, 1998).

A coerção do tempo é de natureza social, exercida pela multidão sobre o indivíduo. Nas sociedades modernas,

o tempo exerce de fora para dentro sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários uma coerção que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos. Ela exerce uma pressão relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente, e à qual é impossível escapar. (ELIAS, 1998, p.22).

2.2.3 Tempo na contemporaneidade

O emprego do tempo na sociedade moderna está dividido em três categorias: o tempo obrigatório exercido pelo trabalho profissional, o tempo livre reservado para as atividades de lazer, e o tempo imposto que compreende as diversas formas de exigência que circundam a vida privada. O tempo imposto é maior que o tempo dos lazeres, e se inscreve na cotidianidade, tendendo a defini-la pela soma de suas imposições. (LEFEBVRE, 1991).

A relevância da divisão do tempo está relacionada a uma continuidade da vida social humana. A distribuição do tempo torna-se uma consequência fundamental da finitude da vida. Quanto mais coisas precisam ser realizadas a cada dia e de forma mais rápida possível, mais importante se torna aprender a distribuir bem o tempo, de modo a organizá-lo. Por isso, é interessante que as pessoas possam desenvolver a habilidade de atuar simultaneamente. (HELLER, 1991).

O ritmo da vida cotidiana ocasionada pela aceleração do ritmo dos acontecimentos históricos deve ser moderadamente estável. Alcançar essa estabilidade é importante principalmente por causa do trabalho, uma vez que temos que trabalhar determinadas horas por dia. Um ritmo mais estável e seguro torna-se um alívio. Ao contrário de uma vida irregular, que modifica constantemente de ritmo, deteriorando a saúde das pessoas. (HELLER, 1991).

Mudanças temporais regulares como férias e festas no final do ano não contradizem esse ritmo da vida cotidiana. O repouso não se trata apenas de uma pausa durante uma atividade, mas também um ritmo de vida diferente. É válido esclarecer também que um ritmo de vida regulado com descanso não é o mesmo que tensão e relaxamento. Esses dois últimos aspectos se atribuem à obrigatoriedade do trabalho alienado e o consequente prazer de estar liberado dele. (HELLER, 1991).

Outro aspecto a ser considerado sobre o tempo é de que a convivência social se tornaria muito difícil se as pessoas não respeitassem os termos temporais comprometidos. Contudo, estes possuem significados diferentes de acordo com época e com o tipo de ação a que se refere. Por exemplo, no ritmo de vida acelerado da atualidade, o tempo pode ser considerado um atraso, ao contrário da Idade Média em que não havia essa concepção. Assim como, em cada contexto existe uma espécie de medida do tempo, ou seja, o que é calculado como um atraso no local de trabalho, não será encarado da mesma forma num encontro de amigos. (HELLER, 1991).

O tempo não transcorre de forma veloz nem lenta. O ritmo do tempo se transforma conforme os períodos históricos. Existem períodos nas quais a estrutura social não se modifica durante séculos, e outros períodos em que um século ou até mesmo dez anos são percebidos como uma série de acontecimentos resolutivos. A aceleração do tempo é percebida como uma tendência geral da história com o aparecimento do capitalismo. (HELLER, 1991).

A aceleração do ritmo histórico faz com que a vida das pessoas dentro de uma determinada geração se transforme. A vida será reordenada com frequência e essa readequação opera sobre o ritmo da vida em si. Com o surgimento do capitalismo, o modo de trabalho foi modificado e as pessoas, por consequência, tiveram que se adaptar a outros sistemas de exigências e também a um ritmo de vida mais rápido. (HELLER, 1991). O tempo, no capitalismo, estabelece uma velocidade tão frenética às mudanças que mal se pode acompanhá-las. (CORAGGIO, 2000).

O capitalismo pode ser considerado um modo de produção revolucionário, onde práticas e processos de reprodução social estão em constante movimento, assim como os significados do tempo que também acompanham essas modificações. O avanço de conhecimentos – científico, técnico, administrativo, burocrático – foi vital para o progresso da produção e do consumo capitalistas, assim como, as transformações do conceito do tempo trouxeram consequências concretas para a organização da vida diária. (HARVEY, 2003).

O capitalismo possui uma inclinação para a fragmentação e a efemeridade, em meio ao seu universo de monetização, intercâmbio de mercado e circulação do capital. Existe uma intersecção entre o dinheiro, o tempo e o espaço, onde o domínio do tempo é um elemento crucial para a busca do lucro. Por isso, o domínio do tempo de trabalho dos outros fornece aos capitalistas o poder de se apossar dos lucros para si. O modo como o tempo se vincula ao dinheiro e como esse vínculo se organiza de forma estreita com o desenvolvimento do capitalismo revela práticas sociais orientadas para a produção de mercadorias. (HARVEY, 2003).

O centro da modernidade capitalista é a aceleração do ritmo dos processos econômicos e da vida social. (HARVEY, 2003). Somente nas sociedades altamente industrializadas que o desenrolar da própria vida desempenha um papel de sucessão padronizado. (ELIAS, 1998). O tempo industrial, presente neste contexto, aloca o trabalho para tarefas de intensos ritmos de mudança tecnológica que trazem em seu âmago a busca incansável de acumulação do capital. O fordismo, por exemplo, fragmentou as tarefas para aumentar a eficiência e diminuir o fluxo produtivo. A organização espacial foi utilizada para acelerar o tempo de giro do capital produtivo. O tempo, desta forma, foi acelerado através da organização e fragmentação da ordem espacial de produção. (HARVEY, 2003).

O tempo não é neutro quando se trata de assuntos sociais, pois explicita algum tipo de conteúdo de classe ou de outra esfera social, sendo muitas vezes foco de uma intensa luta social. Existem resistências individuais que podem se transformar em movimentos sociais (religiosos, místicos, comunitários, humanitários) que tem a intenção de liberar o tempo de suas materializações vigentes, bem como, de construir uma sociedade alternativa onde o valor, o tempo e o dinheiro sejam apreendidos de outra maneira. Todavia, esses movimentos sociais se deparam com um paradoxo, por mais articulados que sejam seus objetivos. (HARVEY, 2003).

Porque não somente a comunidade do dinheiro, aliado com um espaço e um tempo racionalizados, os define num sentido oposicional, como também os movimentos têm de enfrentar a questão do valor e de sua expressão, bem como da organização necessária do espaço e do tempo apropriada à sua própria reprodução. Ao fazê-lo, eles se abrem necessariamente ao poder dissolutivo do dinheiro, assim como às cambiantes definições de espaço e de tempo que surgem por meio da dinâmica da circulação do capital. (HARVEY, 2003, p.217).

Desta forma, o capital mantém sua predominância, e o faz por causa do domínio superior do tempo, mesmo quando movimentos sociais de oposição conquistam por algum tempo o controle de um espaço particular. Com muita frequência, estas resistências estão sujeitas ao poder que o capital possui sobre a coordenação do espaço fragmentado e a jornada do tempo histórico global do capitalismo. (HARVEY, 2003).

A mudança do ritmo da história possui efeitos sob a vida cotidiana. Afeta, num primeiro momento, as classes e as camadas da sociedade que tem um papel ativo nos acontecimentos históricos ou que são afetados por eles. Desde o surgimento do capitalismo, a mudança do ritmo da história influencia a sociedade como um todo. Mas existem estruturas sociais que não tomam parte da história, assim como, também a história não provoca nelas nenhuma modificação. Nota-se então, a diferença entre “quem participa ativamente e quem simplesmente sofre influência da história”. (HELLER, 1991, p.390).

3. TRABALHO

3.1 Contextualização do trabalho

A Primeira Revolução Industrial, iniciada no fim do século XVIII, tinha como característica a substituição de ferramentas manuais por máquinas e trazia consigo novas tecnologias, como a máquina a vapor e a fiadeira. (ALVES, 2011). Isso trouxe repercussões diretas para o trabalho e os trabalhadores.

O trabalho feminino e infantil passaram a ser altamente requisitados em razão desta nova realidade, justamente porque para a maquinaria não era mais necessária a força muscular e sim maior flexibilidade dos membros. Deste modo, amplia-se o número de assalariados, onde todos os membros da família, independente de sexo ou idade são submetidos ao comando do capital e sua exploração. (MARX, 2013).

Além disso, o valor da força de trabalho que estava determinado pelo tempo de trabalho necessário para a manutenção do trabalhador adulto individual e do seu núcleo familiar, passa com a maquinaria, a ser repartido com o adulto e sua família inteira que estava também inserida no mercado. O valor da força de trabalho, nesta nova configuração, não se mantém, ao contrário, desvaloriza. (MARX, 2013).

Existe um prolongamento desmedido da jornada de trabalho na maquinaria, onde se transforma o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo disponível para valorização do capital para fornecer um produto cada vez maior num curto espaço de tempo. (MARX, 2013).

Devido ao prolongamento da jornada de trabalho, aparece a mais-valia ou trabalho excedente. Que seria o trabalho feito pelo operário além dos limites do trabalho necessário, ou seja, que custa força de trabalho para o trabalhador, no entanto, não cria valor algum para o mesmo. Quem lucra com isso é tão somente os donos dos meios de produção. (MARX, 2013).

O crescimento desmedido da jornada de trabalho que a maquinaria provocou sob o comando do capital suscitou uma reação da sociedade, que se concretiza pelas leis fabris de 1844 e 1850, estabelecendo uma jornada de trabalho legalmente limitada. Contudo, essa redução na jornada de trabalho resultou numa intensificação do trabalho. (MARX, 2013).

Essa redução forçada da jornada de trabalho juntamente com a diminuição de gastos com as condições da produção, impõe ao trabalhador uma condensação do

seu trabalho que só seria possível se a jornada de trabalho fosse mais curta. A intensificação de trabalho, neste caso, nada mais é do que uma quantidade maior de trabalho ou a exploração da força de trabalho de forma mais intensa. (MARX, 2013).

A maquinaria por ampliar o grau da força produtiva dos setores dos quais se apodera, impulsionou a divisão do trabalho muito mais do que a manufatura. (MARX, 2013). Cada fase de desenvolvimento da divisão do trabalho determina as relações entre os indivíduos no que tange ao material, instrumento e produto do trabalho. (MARX, 2009).

A divisão do trabalho iniciou com a separação do campo para a cidade, transição que provocou a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola e que revelou a oposição de interesses de cada uma dessas formatações. Posteriormente, ocorreu nova separação, desta vez, do trabalho comercial do trabalho industrial.

Ao mesmo tempo, com a divisão do trabalho desenvolvem-se por sua vez, no seio desses diferentes ramos, diferentes grupos entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição de cada um desses grupos face aos outros é condicionada pelo modo como é realizado o trabalho agrícola, industrial e comercial [...]. (MARX, 2009, p.26).

A divisão do trabalho se dá de forma natural, ou seja, ela não é dividida voluntariamente, mas sim de forma determinada. O trabalho distribuído é imposto, encerrando o sujeito numa atividade da qual ele não tem poder de escolha, ou seja, o subjugando a um poder alienado. (MARX, 2009).

A alienação também se revela de outro modo: na forma como o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho imposto. (MARX, 2015).

A alienação do trabalhador no seu objeto exprime-se, segundo as leis nacional-econômicas, em modo tal que, quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; em que, quanto mais valores ele cria, tanto mais sem valor e indigno se torna; em que, quanto mais formado o seu produto, mais deformado o trabalhador; em que, quanto mais civilizado o seu objeto, tanto mais bárbaro o trabalhador; em que, quanto mais potente o trabalho, tanto mais impotente o trabalhador; em que, quanto mais espiritualmente rico o trabalho, tanto mais sem espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2015, p.307).

A apropriação do objeto ocorre de forma alienada, onde o acúmulo de produção do trabalhador tem como destino a dominação do capital, ou seja, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos irá possuí-los, pois estes já pertencem aos donos do meio de produção. Por maior que seja o esforço do trabalhador, a energia não está voltada para ele, mas para o mundo objetivo e alienado. Assim, o trabalhador investe sua vida no objeto, no entanto, este não lhe pertence. Por maior que seja a atividade do trabalhador, menor acesso ao objeto ele terá. Por estas razões, seu trabalho se torna um objeto independente e alienado. (MARX, 2015).

É interessante retroceder um pouco e mencionar duas formas de trabalho – trabalho concreto (work) e trabalho abstrato (labour) – e o que cada uma delas exige do trabalhador. Ficará claro que esse processo de alienação está muito presente quando o trabalho funciona como labour.

O trabalho compreende ao uso das capacidades físicas e mentais do sujeito e produz valores de uso de qualquer tipo. Todo trabalho implica em força humana de trabalho no sentido fisiológico determinado à realização de um fim, podendo gerar trabalho concreto ou útil com valores de uso, ou trabalho abstrato com valores de troca. (MARX, 2013). Cada um deles se comporta de maneira diferenciada em relação à mercadoria.

O trabalho concreto resulta numa mercadoria que possui apenas valor de uso, ou seja, para o próprio consumo ou subsistência, para um meio de existência. A mercadoria possui um valor de uso particular, resultado de um trabalho também particular feito para si mesmo. Ela se constitui numa utilidade, em um objeto de uma necessidade determinada para quem o produz. (MARX, 2008). Por esta razão também é conhecido como trabalho útil. (MARX, 2013).

Desta forma, o trabalho concreto que gera uma mercadoria com valor de uso para o próprio consumo não gera, por outro lado, excedente, lucro, e, por consequência, não gera valor. Além disso, o trabalho concreto não possui uma relação de produção social, assim como, não se converte em trabalho geral, trabalho social, uma vez que o tempo de trabalho não existe nessas mercadorias. (MARX, 2008). Por esta razão, este tipo de trabalho expressa uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. (ANTUNES, 2005). Que transcende uma vida de ações repetidas sem qualquer capacidade de reflexão. (HELLER, 1991).

Quando a produção deixa de estar organizada em torno do próprio consumo e passa a implicar numa relação de troca e venda de mercadorias para gerar lucro, ocorre uma transição de trabalho concreto para trabalho abstrato. A mercadoria, neste caso, terá valor de troca, pois será produzida para ser vendida no mercado para gerar excedente, o que resulta necessariamente em geração de mais-valor. (MARX, 2008).

No trabalho abstrato, a mercadoria possui valor de troca, que ao produzir uma mercadoria e vendê-la no mercado, gera lucro. Por ser valor de troca, significa que a mercadoria é considerada somente em relação às demais mercadorias, ou seja, que ela não pode ser isolada, pressupõe que sua existência só tem sentido em relação com outras mercadorias. Esta relação é um processo de troca, um processo social onde indivíduos independentes passam a existir uns para os outros em razão de possuir mercadorias. E isso faz com que esses indivíduos se tornem nada mais do que agentes conscientes do processo de troca. (MARX, 2008). O trabalho, neste caso, passa a ser abstrato, como labour, pois encontra-se dentro da esfera cotidiana, assumindo uma atividade estranhada e fetichizada. (ANTUNES, 2005).

O estranhamento revela um distanciamento entre o produtor e o resultado de seu trabalho. O produto aparece como um ser alheio, estranho ao trabalhador. Esse processo resulta num estranhamento do mundo da produção, do econômico, e numa fetichização do trabalho e da consciência. O trabalho é degradado. A força de trabalho existe unicamente como uma mercadoria para gerar a produção de mais mercadorias. As decisões do que e de como produzir, bem como, o resultado da sua produção também não pertencem ao trabalhador, isto recai tão somente ao domínio do capital. (ANTUNES, 2005).

Quanto mais o trabalhador produz, mais pobre ele fica e mais riqueza ele gera para o capital. Neste sentido, o trabalhador se torna uma mercadoria, muito mais barata do que a mercadoria que ele próprio cria. O trabalhador é capital e mercadoria. Como capital – capital vivo – seu valor sobe de acordo com a oferta e procura, tal como de qualquer outra mercadoria. (MARX, 2015).

Nesta lógica, o capitalista passa a consumir a mercadoria por ele comprada, ou seja, a força de trabalho. O trabalhador por sua vez, labora sob o controle do capitalista para que seja garantido que os meios de produção sejam utilizados de forma adequada, sem desperdiçar matéria-prima e para conservar o meio de

trabalho. Desta forma, o valor de uso da força de trabalho do trabalhador pertence exclusivamente ao capitalista. (MARX, 2013).

O trabalho possui um dono, e este dono-capitalista faz com que o trabalho seja readequado para acompanhar as mudanças geradas pela Primeira³, Segunda⁴ e Terceira⁵ Revolução Industrial, como forma de garantir a acumulação do capital. Esta lógica se perpetua, ao longo do tempo, e segue tendo sérios reflexos para o trabalhador.

3.2 Metamorfoses no mundo do trabalho

Nos países de capitalismo avançado, houve na década de 80, profundas transformações no mundo do trabalho, se revelando nas formas de representação sindical e política, e ainda nas formas de inserção da estrutura produtiva. Pode-se dizer que o grande salto tecnológico – a robótica, a automação e a microeletrônica – não apenas invadiram o universo fabril, mas desenvolveram-se também nas relações de trabalho. Isso afetou profundamente a classe trabalhadora, na sua materialidade, na sua subjetividade, e, inclusive, na sua forma de ser. (ANTUNES, 2005).

Essas metamorfoses que não afetaram apenas o mundo do trabalho, mas afetaram diretamente a classe-que-vive-do-trabalho, na sua forma de ser no trabalho, seu universo de consciência e suas formas de representação, acabam fazendo com que ela se torne mais fragmentada, heterogênea e complexificada. (ANTUNES, 2005).

Além disso, existem outras transformações que afetaram diretamente a classe trabalhadora, como por exemplo: o lugar que ocupam no mercado. Os trabalhadores oscilaram e ainda oscilam

entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da 'economia informal', enfim, a este enorme contingente que chega até

³ Ocorre no final do século XVIII, onde há substituição de ferramentas manuais por máquinas. (ALVES, 2011).

⁴ Ocorre no final do século XIX, onde o destaque foi a produção da eletricidade. (ALVES, 2011).

⁵ Ocorre durante a Segunda Guerra Mundial com o desenvolvimento da eletrônica e em 1970 com a revolução da tecnologia da informação. (ALVES, 2011).

a faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, quando nele se incluem também os desempregados, que alguns chamam de proletariado pós-industrial e que preferimos denominar de subproletariado moderno. (ANTUNES, 2005, p.60).

Por um lado, houve uma qualificação do trabalho, por conta da expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, e por outro lado, um processo de desqualificação dos trabalhadores, em razão da expansão do trabalho parcial, precarizado, terceirizado e temporário. (ANTUNES, 2005).

Por muito tempo, predominou a forma de processo de trabalho na indústria capitalista regida pelo Fordismo-Taylorismo. Este modelo exigia

[...] pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho [...]. (ANTUNES, 2005, p.25).

A partir de um determinado momento, o modo de gestão Taylorismo-Fordismo foi sendo substituído gradualmente pelo Toyotismo. Por esta razão, será apresentado de forma mais detalhada, essa nova forma de gestão que afeta diretamente a classe-que-vive-do-trabalho.

O Toyotismo nasce no Japão em 1950. Em seu início, era denominado como “modelo japonês”. No período de 1970 a 1980, diversos países e setores do mundo importaram técnicas de gestão do Japão, por conta do grande sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Com a mundialização do capital, o mesmo se amplia para uma dimensão universal nas décadas de 1980 e 1990. Neste processo, ele perde seu valor ontológico para a produção capitalista. (ALVES, 2011).

A eficácia do conjunto do sistema no Toyotismo é garantida pelo trabalho em equipe para o processo de produção. Se um membro da equipe comete um erro, ele/ela e todos os demais membros da equipe são punidos. Assim, o comprometimento do trabalhador é incentivado pela pressão coletiva exercida pela equipe de trabalho. E surge daí uma nova forma de exploração do trabalhador pelo trabalhador, ou seja, o carrasco dos trabalhadores se torna a pressão coletiva da

equipe de trabalho formada para atender as demandas do capital. Neste novo cenário, o trabalhador pensa muito mais, e seu conhecimento é colocado, pura e simplesmente, a serviço do capital. (ALVES, 2011).

No Toyotismo não se perde o objetivo vinculado à lógica produtivista da grande indústria: acúmulo do capital por meio do aumento de produtividade do trabalho. Para isso, ocorre o processo de flexibilização do trabalho e a captura da subjetividade. (ALVES, 2011). Abaixo, serão brevemente desenvolvidos cada um desses pontos.

Por ser conhecido como a “produção enxuta”, o Toyotismo visa aumentar a produção, mantendo o número de dias trabalhados e reduzindo o número de operários. Para isso ocorrer, é exigido que cada operário assuma inúmeras funções, como por exemplo: ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de saber como utilizar diferentes tipos de materiais, etc. (ALVES, 2011). Desta forma, criam-se operadores polivalentes e um trabalho flexível que sustente o processo produtivo desejado. (ALVES, 2011; ANTUNES, 2005). Nada mais do que uma estratégia de redução de custos, pois procura minimizar o preço da força de trabalho e maximizar sua eficácia produtiva. (CASTEL, 2011).

A flexibilização dos trabalhadores no Toyotismo também se revela nos direitos flexíveis, onde o ponto de partida está no número reduzido de trabalhadores e na realização das horas extras. Isso não sendo suficiente para o aparato produtivo, se utiliza de trabalhadores temporários ou subcontratação, levando em consideração as condições de mercado. (ANTUNES, 2005).

O estranhamento do trabalho decorre do modelo toyotista, quando o capital e a produtividade se apropriam do saber e do fazer do trabalho. As decisões de que e de como produzir não pertencem aos trabalhadores, que justamente pela sua força de trabalho possibilitam a existência dos produtos. O resultado da produção não lhes pertence, preservando assim o fetichismo da mercadoria. (ANTUNES, 2005).

No Toyotismo, se torna essencial o “engajamento” moral-intelectual dos operários na produção, do trabalhador assalariado estável, isto é, a “captura” da subjetividade do trabalho vivo que segue a lógica da produção de mercadorias. A ideia é moldar e direcionar pensamento e ação dos trabalhadores para uma racionalização da produção, “envolver” em tarefas de equipe (uma nova gestão da organização do trabalho), apresentar novas formas de pagamento salarial para

alcançar a meta de produção do capital, resultando na “captura” da subjetividade do trabalhador. (ALVES, 2011).

Poderia se dizer também que a “captura” da subjetividade está atrelada a um apelo de “administração participativa”, que ocorre sob efeito cascata: os funcionários são estimulados para discutir sobre seu trabalho e seu desempenho, para fazer sugestões sobre como aumentar a produtividade, para assim manter seus empregos e ganhar participação no lucro da empresa. É uma ofensiva ideológica de manipulação dos trabalhadores. (WÜNSCH, 2013).

A lógica do capital predomina sobre o funcionamento das empresas, sobre a produtividade das pessoas. Rege a mentalidade das pessoas que estão no poder para a ambição desenfreada e rege a mentalidade dos trabalhadores para produzir sempre mais para atender as metas e não correr o risco de serem descartados. Existe um caráter ofensivo do capital na produção, porque de fato é muito agressivo essa forma de buscar a acumulação e reprodução ampliada. (ALVES, 2011). Os domínios material/econômico e político do sistema do capital são um processo sociometabólico de dominação um sobre o outro, ou seja, onde deve prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso, o comando sobre a execução, o capital sobre o trabalho. (MÉSZAROS, 2015). Um domínio do capital sobre o humano.

3.3 Reflexões sobre o trabalho

Um iceberg não é apenas o pedaço visível no horizonte do oceano. Ele se estende pelas profundezas, onde se encontra sua base mais elementar. Assim também é o trabalho. Sua profundidade é extremamente densa e sua extensão é muito ampla. Por esta razão, este capítulo se encontra na ponta do iceberg, pois não se teve a pretensão de abarcar todas as dimensões do trabalho. O objetivo foi mostrar como o trabalho vai sendo modificado e readequado, em determinados períodos, criando diferentes formas de exploração para o trabalhador, para garantir, incessantemente, a acumulação do capital.

O trabalho é a condição de existência dos sujeitos, independente de todas as formas sociais. Mas por estar inserido dentro do sistema capitalista é cooptado como uma forma de gerar acúmulo para o capital. E nesse processo, foi possível perceber, que o trabalho se transforma em diferentes formas de exploração do trabalhador que se perpetuam ao longo do tempo de forma perversa e criativa.

São mecanismos hediondos que fazem parte do mundo do trabalho neste sistema capitalista. Mas o mundo do trabalho, felizmente, abarca muito mais do que isso. O trabalho se torna um tema central na vida dos sujeitos, uma parte orgânica da vida cotidiana, onde não é possível ter uma vida sem ele, pois em seu entorno estão organizadas as outras atividades da vida cotidiana. (HELLER, 1991). Deste modo, a organização social gira em torno do trabalho, assim como, o trabalho tem construído a identidade social das pessoas. (CASTEL, 2011).

Para se pensar numa outra forma de trabalho, é preciso pensar em outro tipo de tempo que não seja capturado pelo capital. Este outro tipo de tempo é conhecido como tempo disponível. (MÉSZAROS, 2015; ANTUNES, 2005). Este tempo é pensado para uma outra organização de sociedade, pois o trabalho estaria voltado para a produção de coisas úteis e necessárias (ANTUNES, 2005), configurando o trabalho concreto com produção de valores de uso (MARX, 2008).

Este tempo disponível proporcionaria “a eliminação de todo o trabalho excedente acumulado pelo capital e voltado para a produção destrutiva de valores de troca”, inclusive, da divisão social do trabalho. Assim, o tempo disponível poderia possibilitar uma lógica de funcionamento da sociedade que fosse completamente diferente da comandada pelo capital e produtora de mercadorias. O trabalho criativo (aproximação entre trabalho manual e intelectual) teria preponderância, viabilizando a protoforma de uma atividade humana emancipada. (ANTUNES, 2005, p.90).

O tempo disponível proporcionaria riqueza – não no sentido econômico. Até porque a ideia não é enriquecer, ter mais que os outros, competir com o mercado. Seria apenas de trabalhar o suficiente para prover o seu sustento. A riqueza, neste caso, seria não precisar de um trabalho excedente e ter que ser exigido pela pressão exorbitante do mercado capitalista. Por isso, o tempo disponível, se torna um grande desafio para o futuro. (MÉSZAROS, 2015).

4. COOPERATIVISMO

4.1 Histórico do Cooperativismo

A existência do cooperativismo é milenar. O exemplo mais remoto de aparição de associações mútuas e cooperativas é na Palestina, nos anos de 356 a 426 pelo povo hebreu, onde haviam caravanas de mercadores que se organizavam como associações de mutualidade para assegurar o gado. Também era possível constatar organização de caráter cooperativo no comércio e na indústria do Império Babilônico. (ANDRIOLA, 2010).

Rech (2000, p.9) cita outros exemplos que indicam uma proposta cooperativa, no antepassado:

Os grêmios do antigo Egito (reunindo agricultores escravos, com o incentivo do estado), as orglonas e tiasas na Grécia (formadas por cidadãos livres e escravos para garantir enterros decentes), os colégios (reunindo carpinteiros e serralheiros) e as sodalistas (de caráter beneficente principalmente para garantir enterros religiosos) dos romanos, os ágapes dos primeiros cristãos, citados nos Atos dos Apóstolos da Bíblia (que objetivavam atender principalmente as necessidades de consumo dos seus integrantes) [...].

Pensando a nível de América Latina, ainda dentro deste período mais remoto, encontram-se os Incas e Astecas que apresentavam formas de solidariedade e cooperação no trabalho e na vida como um todo. Os Incas eram percebidos como uma unidade social sustentada por vínculos de sangue e pelo trabalho comum. (RECH, 2000; OLIVEIRA, 1984). Eles também apresentavam uma igualdade de crenças, e nas suas sociedades agrícolas, os produtos eram divididos de acordo com o trabalho efetuado e com as necessidades de cada um. (OLIVEIRA, 1984). Os Astecas, por sua vez, desenvolviam a atividade agrícola em comum. (RECH, 2000). E além disso, eram sujeitos livres, ou seja, não eram assalariados do Rei; as suas ações possuíam um caráter coletivo, seja na construção conjunta dos sistemas de irrigação, ou no combate às pragas, ou na organização das festas religiosas. Além disso, havia uma postura de cooperação, que se exemplificava no empréstimo de sementes entre eles, quando havia perda de colheita por parte de alguém. (OLIVEIRA,1984).

Avançando no tempo, surge no início século XIX, o socialismo utópico, também conhecido como socialismo romântico, que compreende a organização de uma sociedade ideal sem desigualdades ou conflitos. Os pensadores utilizaram como base o Iluminismo, os ideais da Revolução Francesa e a obra “Utopia”⁶ do inglês Thomas Morus para fundamentar sua crítica à sociedade capitalista. (ANDRIOLA, 2010).

Os principais representantes do socialismo utópico defenderam uma nova postura perante a sociedade. Robert Owen defendeu a criação de uma sociedade autogerida; Charles Fourier defendeu uma organização na qual todos pudessem viver harmonicamente; e Saint-Simon defendeu a valorização da ciência como instrumento de equacionamento sobre uma sociedade sem classes. Todos defendiam também a adoção de políticas de distribuição de acordo com as necessidades da população. (ANDRIOLA, 2010).

Os socialistas utópicos prezavam pelo desenvolvimento de uma sociedade igualitária, não apenas no sentido econômico, mas também moral, como forma de romper com os valores individualistas propagados pelo sistema capitalista. (RÊGO e MOREIRA, 2013). Justamente por conhecer os lados sombrios do capitalismo e por estarem envolvidos em manifestações da classe operária, em especial na Inglaterra e na França, os socialistas utópicos encaravam a cooperativa como a semente de uma nova sociedade, onde interesses pessoais e coletivos pudessem prevalecer por meio do trabalho conjunto. (RECH, 2000).

No período inicial do capitalismo industrial, as ideias dos socialistas utópicos incentivaram o crescimento de experiências cooperativas em diferentes países do mundo, como cooperativas de consumo na Inglaterra, de produção industrial na França e de crédito na Alemanha. (ANDRIOLA, 2010). Mais detalhadamente, os grandes nomes que inspiraram essas iniciativas foram os Pioneiros de Rochdale e Robert Owen na Inglaterra; Schultz, Raiffeinsein e Ferdinand Lasalle na Alemanha (BHOWMIK, 2002; RECH, 2000); Phillippe Buchez, Louis Blanc, Charles Fourier e Pierre Joseph Proudhon na França (RECH, 2000; SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002); Luzzatti na Itália (PINHO, 2004); e Desjardin no Canadá. (LAVILLE e GAIGER, 2009).

⁶ Esta obra foi publicada em 1516, e afirma que a propriedade particular é a fonte de toda injustiça social. (ANDRIOLA, 2010).

Como forma de compreender o papel fundamental que tiveram alguns precursores do cooperativismo, será detalhado a seguir, os pensamentos e as ações mais importantes de alguns nomes já citados anteriormente e de outros não mencionados, como: Robert Owen (1771-1858), François Marie Charles Fourier (1772-1837), William King (1786-1865), Pierre Joseph Proudhon (1808-1865), e Charles Gide (1847-1932).

Robert Owen é considerado um dos fundadores do cooperativismo industrial. Criou cooperativas no México, Inglaterra e Estados Unidos como forma de suprir os desequilíbrios entre produção e consumo. (ANDRIOLA, 2010). Owen testou suas proposições na prática social e econômica primeiramente na indústria têxtil em New Lanark (Escócia), e depois na cooperativa de New Hasmony (Estados Unidos). Mais tarde, se envolveu com o movimento sindical, onde acreditava na organização cooperativa como forma de tomar os mercados capitalistas. (LAVILLE e GAIGER, 2009).

Em New Lanark, Owen limitou a jornada de trabalho e proibiu o trabalho infantil, construindo escolas para as crianças. O tratamento generoso dado aos assalariados teve como consequência uma maior produtividade no trabalho, de modo que o bem estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de maior lucro, o que gerava surpresa para visitantes do mundo inteiro. (SINGER, 2002). A ideia era proporcionar aos operários melhores condições de vida e de trabalho, organizando, inclusive, uma associação para compras em comum. (OLIVEIRA, 1984).

Owen chegou a apresentar para o governo da Inglaterra, em 1817, um plano de sustento para os pobres, onde houvesse investimento para compra de terras e construções de aldeias cooperativas, para que estas pessoas pudessem trabalhar na terra e em indústrias para produzir sua própria subsistência. Assim os pobres seriam reinseridos na produção ao invés de estarem desocupados. (SINGER, 2002). Owen acreditava que o cooperativismo seria capaz de propiciar melhores condições de vida para os pobres e desempregados, possibilitando sua inserção na sociedade com o aproveitamento de suas potencialidades. (RÊGO e MOREIRA, 2013). No entanto, o governo negou auxílio por compreender que Owen não estava propondo apenas a redução do custo de sustento para os pobres, mas, inclusive, uma mudança no sistema social e uma extinção no modo de fazer lucro de uma empresa capitalista. (SINGER, 2002).

Com isso, Owen foi para os Estados Unidos, onde criou em 1825 uma associação voluntária de operários. Mas houve sucessivas cisões, até o seu fracasso. (SINGER, 2002; PINHO, 2004). De modo que em 1829, retornou para a Inglaterra. Neste período, Owen fortaleceu as “bolsas” que funcionavam como os chamados clubes de troca, onde é criado um mercado entre os membros que dele participam, por meio de uma moeda própria, fazendo com que o comércio não possua intermediários. O propósito era que fosse oferecido aos cooperados um mercado para trocar seus produtos. (SINGER, 2002). Além disso, esta bolsa de trocas determinava que “cada produto tinha o seu valor estabelecido conforme as horas de trabalho necessárias para a sua confecção e onde o dinheiro era substituído por ‘bônus de trabalho’”. (RÊGO e MOREIRA, 2013, p.65). Em 1833, Owen deixou de gerenciar esta bolsa de troca e a transferiu para os cuidados do Comitê Sindical de Londres, que estavam engajados com a produção cooperativista. (SINGER, 2002).

O projeto de Owen estava muito mais condizente com o movimento operário organizado, que lutava pelos seus direitos políticos. (SINGER, 2002). Suas ações de redução da jornada do trabalho, de regeneração moral e aumento de autoestima dos trabalhadores fomentavam no movimento operário a prática concreta do cooperativismo. (RÊGO e MOREIRA, 2013).

Owen defendia uma sociedade movida pela associação, onde fosse possível a liberdade de expressão e onde a concentração de riqueza e poder fosse transformada em uma sociedade onde todos tivessem acesso às suas necessidades básicas, como saúde, educação e moradia. (RÊGO e MOREIRA, 2013). Fez forte oposição à divisão social do trabalho entre operários e patrões, uma vez que afirmava que toda produção deveria ser unicamente dos trabalhadores. (PINHO, 2004). Como pioneiro na campanha pela diminuição do trabalho infantil, Owen se destacou por trazer à luz a responsabilidade social e por implantar alguns avanços sociais. (ZWICK e PEREIRA, 2013).

Charles Fourier foi considerado um teórico da linha utópica francesa que efetuou críticas extensas à sociedade industrial. Ele acreditava que a harmonia entre os indivíduos só seria viável quando não houvesse nenhuma repressão, de modo que cada sujeito pudesse ser libertado de toda moral e censura, e pudesse realizar suas paixões livremente. Nesse modelo de sociedade, o trabalho seria livre e as pessoas fariam parte de cooperativas de forma espontânea. A liberdade era um

princípio importante, assim como, a vida compartilhada. Fourier também acreditava que não deveria haver distinção social, ou seja, que todas as pessoas deveriam ter acesso à educação e à cultura, por exemplo. (RÊGO e MOREIRA, 2013).

Fourier pretendia resolver os problemas sociais através da implantação de falanstérios, unidades autossuficientes que se propunham a reformar toda a sociedade. (PINHO, 2004). Um desses falanstérios era uma associação com objetivo agrícola que incentivava que capitalistas e trabalhadores colocassem em sociedade suas terras, seus capitais e seu trabalho. A ideia era fazer uma associação voluntária dos três fatores de produção, e transformar a sociedade num sistema associado de produção e consumo. (ANDRIOLA, 2010).

Para além disso, Fourier queria que a sociedade se organizasse de uma forma onde todas as paixões humanas fossem livremente vivenciadas para produzir harmonia social. Onde o trabalho se tornasse atraente para todos, o que, por sua vez, aumentaria o nível de produção e de produtividade. E que as pessoas pudessem encontrar um ou mais trabalhos que estivessem de acordo com suas paixões. (SINGER, 2002). Deste modo

O sistema de Fourier é uma variedade de socialismo de mercado, centrado na liberdade individual, na livre escolha dos trabalhos, organizados em equipes e na propriedade por ações dos meios de produção. O sistema é coerente: para que a liberdade humana culmine na paixão pelo trabalho é necessário que ninguém dependa dele para viver, o que requer uma renda cidadã que garanta a todos uma sobrevivência digna. (SINGER, 2002, p.37)

Willian King era um médico interessado na reforma do ensino e na organização social. Acreditava que a cooperação era a forma para eliminar as dificuldades da sociedade e para criar outras formas de vida mais adequadas. Em 1827, fundou na Inglaterra uma cooperativa sob a influência de seus ensinamentos. Em 1828, iniciou uma publicação numa revista mensal, onde desenvolveu uma teoria da cooperação que influenciou centenas de trabalhadores e gerou adeptos para a criação de diversas cooperativas. (OLIVEIRA, 1984).

A forma de organização destas cooperativas era baseada nas seguintes premissas: cada associado contribuía com uma pequena quantidade semanal e por meio desta arrecadação, se abria uma tenda; os lucros obtidos eram destinados a um único fundo para comprar terras ou casas para o uso comum dos associados; a

ideia era que o associado tentasse melhorar a sua situação por si mesmo, sem depender do auxílio dos capitalistas. (OLIVEIRA, 1984).

Pierre Joseph Proudhon era um anarquista⁷ de origem francesa que valorizava o indivíduo como um ser em relação, ou seja, que não podia viver isolado dos demais. Defendia também a liberdade individual como um processo natural do desenvolvimento humano. E mais, dizia que para o ser humano ser coletivo ele precisava necessariamente ter sua liberdade garantida, pois somente assim poderia conviver com os demais membros do seu grupo sem opressão. (RÊGO e MOREIRA, 2013).

Proudhon também ficou conhecido por suas ideias direcionadas para a justiça. Ele defendia uma sociedade igualitária onde as pessoas deveriam acumular apenas o suficiente para a sua sobrevivência, destoando completamente da acumulação de riquezas propagada pelo sistema capitalista. Ele afirmava também que as pessoas deveriam praticar uma vida por meio da comunhão. (RÊGO e MOREIRA, 2013).

Charles Gide foi considerado o principal sistematizador da doutrina cooperativista na Escola de Nimes, na França. (PINHO, 2004; OLIVEIRA, 1984). Ele via como possibilidade a substituição do capitalismo por uma República Cooperativa, de modo que todos os setores da economia fossem organizados por meio do sistema cooperativista. Assim, “a soberania seria do consumidor e as relações de mercado, mediadas pelas próprias cooperativas beneficiariam a todos”. (RECH, 2000, p.11).

O cooperativismo surgiu para se opor às consequências do liberalismo econômico, sobretudo na Inglaterra e França. (PINHO, 2004). Apareceu também como uma bandeira empunhada pelos utópicos de manifestação contra o trabalho assalariado. (HADDAD, 2003). Estes viam a autogestão do trabalho como uma forma de enfrentar o desemprego e às condições de vida e de trabalho dos operários. (LIMA, 2004). A proposta do cooperativismo estava em corrigir o meio econômico-social e prestar serviços, por meio da reunião das pessoas em cooperativas. (PINHO, 2004). O movimento tinha como base

⁷ “Os anarquistas observavam nos indivíduos uma capacidade infinita de desenvolver suas potencialidades individuais, e de usar essas particularidades em favor de todo o grupo, tendo em vista o fato de que o homem é observado como um ser que por natureza e por evolução da espécie, possui a característica e necessidade de viver em coletividade.” (RÊGO e MOREIRA, 2013, p.73).

a reforma pacífica e democrática da sociedade, dirigida pelos próprios trabalhadores, reunidos em associações de caráter econômico e moral, e que assumiam a responsabilidade e os custos do empreendimento econômico por meio da própria entreatajuda. (PINHO, 2004, p.269).

Três experiências foram importantes para o movimento do cooperativismo: os Pioneiros Equitativos de Rochdale na Inglaterra, a Comuna de Paris na França, e o Complexo Cooperativo Mondragón na Espanha.

A cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale foi considerada a mãe de todas as cooperativas. (SINGER, 2002). Representando o marco da constituição do movimento cooperativista, foi criada em 1844 em Rochdale, próximo a Manchester na Inglaterra. Inicialmente funcionava como uma cooperativa para consumo de bens. (LIMA, 2009). Formada por operários demitidos por uma greve fracassada, foi criada para o consumo de alimentos a fim de garantir a sobrevivência de seus associados (CRÚZIO, 2001), melhorar sua precária situação econômica (PINHO, 2004), além de reduzir o custo e melhorar a qualidade dos alimentos consumidos (SINGER, 2000a). Era uma cooperativa composta por vinte e oito (28) operários, sendo vinte e sete (27) homens e uma (1) mulher. (ANDRIOLA, 2010; OLIVEIRA, 1984). Em 1850, eles abriram uma cooperativa de produção industrial, e em 1854, uma tecelagem e fiação. (LIMA, 2009; 2004).

Os Pioneiros de Rochdale propuseram a eliminação do lucro, por meio da retenção do excedente e a divisão das sobras. (RECH, 2000). Firmavam entre si uma cooperação justa e igualitária, tendo como base de funcionamento da cooperativa a igualdade de direitos e a liberdade de cada sócio. (SCHNEIDER, 2003). Eles “consideravam as cooperativas um primeiro passo para atingir objetivos maiores, especialmente uma sociedade socialista baseada na democracia econômica”. (BHOWMIK, 2002, p.373).

Mas seu reconhecimento veio a partir da redação de um estatuto social que estabelecia uma série de princípios e normas igualitárias e democráticas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa de trabalhadores. (ANDRIOLA, 2010). A cooperativa de Rochdale serviu de modelo para outras tantas cooperativas na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Europa. (BHOWMIK, 2002). A expansão da cooperativa de Rochdale nos anos de 1850 e 1860 fazia parte de um

fortalecimento do cooperativismo. Na Europa, o cooperativismo de consumo estava se ampliando, e muitas cooperativas de produção eram fundadas pelas cooperativas de consumo. Havia uma reprodução do modelo adotado em Rochdale. (SINGER, 2002).

Os princípios básicos de funcionamento da cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale foram adotados pelo movimento cooperativo em todo o mundo. (PINHO, 2004; BHOWMIK, 2002; OLIVEIRA, 1984). E foram aperfeiçoados posteriormente pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), mantendo a fidelidade com os valores democráticos e igualitários. (ANDRIOLA, 2010).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi criada em 1895 em Genebra, pouco tempo depois do decreto da Lei das Sociedades Industriais e Cooperativas, que organizava as relações das cooperativas com o Estado. (LIMA, 2004). Sua sede ficava em Londres, e ela era considerada o órgão da cúpula do Cooperativismo mundial com o objetivo de dar continuidade à obra dos Pioneiros de Rochdale. (OLIVEIRA, 1984).

Na década de 1930, a Aliança Cooperativa Internacional, assumiu a responsabilidade de examinar e definir os princípios do Cooperativismo. Em 1937, foi realizado, em Paris, um Congresso que resultou na divisão dos princípios básicos e acessórios. (ANDRIOLA, 2010; OLIVEIRA, 1984). Em 1966, foi realizado novo congresso, desta vez, em Viena, para analisar alguns princípios que estavam sendo considerados ultrapassados, diante das transformações no mundo, especialmente nos aspectos sociais. As alterações, no entanto, foram mínimas. (OLIVEIRA, 1984).

Em 1995, foi realizada uma conferência centenária pela Aliança Cooperativa Internacional, em Manchester (Inglaterra), onde foram aprovados os novos Princípios do Cooperativismo, tentando contemplar o maior número possível de tipos de cooperativas e mantendo-se fiel aos valores de igualdade e democracia defendidos pelos Pioneiros de Rochdale, passando a nortear o movimento cooperativo em todos os países. (ANDRIOLA, 2010).

Como forma de perceber melhor a diferença entre princípios construídos por Rochdale em 1844, e depois as modificações realizadas pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1937, 1966 e 1995, abaixo encontra-se um quadro comparativo.

Quadro 1: Princípios do Cooperativismo ao longo dos anos.

Princípios Cooperativa de Rochdale de 1844⁸	Princípios Congresso da ACI em 1937⁹	Princípios Congresso da ACI em 1966¹⁰	Princípios Conferência da ACI em 1995¹¹
1- Adesão livre; 2- Gestão democrática, um sócio, um voto; 3- Juro limitado ao capital investido; 4- Retorno proporcional das sobras de acordo com as operações de cada sócio; 5- Neutralidade política e religiosa; 6- Todas as vendas seriam à vista;	1- Adesão livre; 2- Gestão democrática; 3- Juros limitados ao capital; 4- Retorno proporcional às operações; 5- Neutralidade política; 6- Transação a dinheiro;	1- Adesão livre; 2- Gestão democrática; 3- Taxa limitada de juros ao capital; 4- As sobras eventuais pertencem aos Cooperados e podem ser distribuídas: a) Ao desenvolvimento da Cooperativa; b) Aos serviços comuns ou aos associados, proporcionalmente às suas operações com a cooperativa; 5- Neutralidade social, política, racial e religiosa; 6- Ativa cooperação entre as Cooperativas, em plano local, nacional e internacional (INTEGRAÇÃO);	1- Adesão voluntária e livre; 2- Controle democrático pelos sócios; 3- Participação econômica dos sócios; 4- Preocupação com a comunidade; 5- Autonomia e independência; 6- Cooperação entre cooperativas;

⁸ (SINGER, 2002 e 2000a; CRÚZIO, 2001; OLIVEIRA, 1984)

⁹ (OLIVEIRA, 1984, p.31)

¹⁰ (OLIVEIRA, 1984, p.31)

¹¹ (PINHO, 2004; CRÚZIO, 2001)

7- Promover educação dos sócios;	7- Desenvolvimento do ensino em todos os seus graus.	7- Constituição de um fundo para a educação dos Cooperados e do público em geral.	7- Educação, treinamento e informação.
8- Os produtos vendidos seriam puros e de qualidade.			

*Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora. (ARNS, 2016).

Detalhando um pouco mais sobre cada um dos princípios adotados pela Aliança Cooperativa Internacional, na Inglaterra, em 1995, é possível compreender as diretrizes que norteiam os valores e as práticas adotadas pelas cooperativas. O primeiro princípio de adesão livre e voluntária permite que toda e qualquer pessoa esteja apta para usar os serviços de uma cooperativa, bem como, aceita sua responsabilidade de sócio, sem qualquer discriminação social, de gênero, raça, política ou religiosa. (SCHMIDT e PERIUS, 2003; CRÚZIO, 2001).

O segundo princípio de controle democrático pelos sócios significa que estes terão participação ativa no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisão, respeitando a democracia, onde cada sócio terá direito a um voto. (SCHMIDT e PERIUS, 2003; CRÚZIO, 2001). O terceiro princípio de participação econômica do sócio se refere à equitatividade entre os sócios, no sentido de que todos controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. As sobras da cooperativa são direcionadas para os seguintes propósitos:

desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte das quais poderão ser indivisíveis; retornos aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas; e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios. (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p.64; CRÚZIO, 2001, p.30).

O quarto princípio de preocupação com a comunidade está associado ao desenvolvimento sustentável da comunidade onde a cooperativa está inserida por meio de políticas aprovadas por seus associados. (SCHMIDT e PERIUS, 2003; CRÚZIO, 2001). Pode-se dizer que existe uma ética vinculada a esse princípio, uma vez que pretende atender às necessidades dos sócios e promover o

desenvolvimento local tendo cuidado com o meio ambiente. (ZWICK e PEREIRA, 2013).

O quinto princípio de autonomia e independência indica que as cooperativas são organizações de ajuda mútua controlada pelos seus sócios. Isso quer dizer que se entram em acordo com outras organizações, sejam governamentais ou não, ou se recebem auxílio externo, devem assegurar o controle democrático dos seus sócios e sua respectiva autonomia. (SCHMIDT e PERIUS, 2003; CRÚZIO, 2001).

O sexto princípio de cooperação entre cooperativas implica no fortalecimento do movimento cooperativo por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. Por fim, o sétimo princípio de educação, treinamento e informação significa oferecer formação para os sócios de modo a contribuir efetivamente com o desenvolvimento da cooperativa, informando sobre a natureza e os benefícios da cooperação. (SCHMIDT e PERIUS, 2003; CRÚZIO, 2001).

Esses princípios mostram que as cooperativas, além de empresas especiais de ajuda de produtores e/ou consumidores de bens e serviços, têm compromissos com a comunidade e com a cidadania responsável. São geradoras de emprego e renda, melhoram a qualidade de vida, defendem a cidadania, a tradição e os valores da sociedade, atuando como agentes de mudança humana, econômica e social. (PINHO, 2004, p.127).

A segunda experiência que teve grande relevância para o cooperativismo foi o movimento dos operários franceses que criaram, elegeram e proclamaram a Comuna de Paris em 1871. Os proletários entenderam que era o momento de assumir a direção dos negócios públicos, pois acreditavam que o poder deveria ser deles e não da classe dominante. Por isso que a Comuna era considerada, em sua essência, “um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora”. (MARX, 1999, p.95-96).

A Comuna de Paris tinha como intenção alterar a lógica existente de propriedade de classe, onde o trabalho de muitos resultava na riqueza de poucos. Pretendia transformar os meios de produção, terras e o capital – considerados símbolos da exploração do trabalho – em instrumentos de trabalho livre e associado. (MARX, 1999).

Durante o período de sua existência, uma das ações da Comuna foi realizar um levantamento estatístico de todas as fábricas fechadas pelos patrões, que foram reabertas pelos operários que nelas trabalhavam, organizados em associações

cooperativas. Além disso, foi projetado uma organização de todas essas associações, gerando assim uma grande federação. (MARX, 1999).

Já o Complexo Cooperativo de Mondragón surgiu no País Basco Espanhol, criado por um sacerdote que teve a pretensão de materializar a doutrina social da Igreja numa proposta econômica viável de forma autogestionária. (SOUZA, 2000). Com o tempo, Mondragón se tornou um modelo de cooperativismo de produção, onde na década de 1950, já havia uma formação de redes de cooperativas. Funciona por meio da autogestão e da intercooperação, em formato de rede e mantendo a competitividade por meio de inovações tecnológicas e organizacionais. (LIMA, 2004). Esta rede de cooperativas pertence aos seus trabalhadores e é composta por fábricas, uma cadeia de supermercados, um banco, uma universidade (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2000a) e diversas cooperativas de investigação tecnológica. (SINGER, 2000a).

O êxito de Mondragón está relacionado principalmente pelo fato das cooperativas estarem inseridas em redes de apoio, uma vez que as cooperativas de produção, crédito, consumo e educação que compõe o Complexo estão conectadas por laços múltiplos de mútua dependência. Isso permitiu a sobrevivência e a expansão das cooperativas, transformando Mondragón numa verdadeira economia cooperativa regional. Existem mecanismos de apoio às cooperativas, como a redistribuição de parte dos lucros das cooperativas com maior produtividade para as que estão atravessando dificuldades temporárias. Também é realizado a rotação de pessoal experiente de uma cooperativa para a outra, conforme a necessidade. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

Estas redes, consideradas tão imprescindíveis, foram fortalecidas mediante a cooperação entre Estado (governo regional basco) e os grupos do Complexo Cooperativo Mondragón, tendo como propósito diferentes ações: “projetos de pesquisa tecnológica, programas de estímulo ao emprego e estudos periódicos sobre a evolução da economia regional”. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.39). Contudo, este apoio que Mondragón teve do governo país basco, foi apenas um suporte similar ao que é oferecido normalmente a empresas capitalistas. (SINGER, 2000a).

Assim, a primeira onda do cooperativismo teve como marco a criação da cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, que difundiu uma série de experiências cooperativas pelo mundo. A

expansão do cooperativismo, neste período, foi tratada como a Terceira Via entre o capitalismo e o socialismo, como forma de responder às consequências da Revolução Industrial. Teve duração até a queda do muro de Berlim, quando o socialismo sofreu uma queda e o capitalismo por meio do liberalismo teve sua ascensão. (PINHO, 2004).

A segunda onda do cooperativismo surge com os efeitos da globalização que repetem consequências similares ao da Revolução Industrial. Seu propósito não está mais apenas em corrigir o social por meio do econômico, mas em combater os fatores que reaparecem no cenário: concentração de renda e exclusão social. (PINHO, 2004).

Embora a marca de nascença do cooperativismo tenha sido através do movimento operário, aquele deixou de ser uma resposta utilizada apenas por essa classe social. (NAMORADO, 2009). Uma vez que o movimento cooperativo “foi apropriado também por propostas reformistas de inspiração cristã, direcionadas à humanização das relações entre capital e trabalho”. (LIMA, 2004, p.47).

4.2 Experiências internacionais de cooperativismo

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocorreu o fortalecimento e a expansão de cooperativas por diversos continentes. (PINHO, 2004). Na China, o sistema utilizado no setor de produção foi predominantemente a comuna, onde os meios de produção e bens de consumo eram comuns a todos e a remuneração dos participantes era conforme suas necessidades básicas. Já na União Soviética cada participante recebia de acordo com o seu trabalho. (RECH, 2000).

Nas comunas é praticado a solidariedade na produção, no consumo, na poupança e em todas as áreas da vida social. A comuna funciona como uma aldeia, onde a igualdade exige alto grau de confiança e afeição entre os seus membros. Um dos exemplos, encontra-se em Israel. (LAVILLE e GAIGER, 2009). Este país implantou uma forma típica de cooperativa socialista, por meio do Kibutz – cooperativa comunitária de produção agrícola; do Moschav – comunidade de agricultores, onde cada um dirige sua granja, mas pratica o cooperativismo nas operações de compra e venda; do Mosschav Shituf – uma empresa agrícola dirigida em comum por habitantes de uma determinada região, onde a renda é distribuída conforme as necessidades de cada família. Israel, se tornou um exemplo de

atividades econômicas e sociais coletivas, onde a cooperação entre grupos familiares encontra sua expressão mais profunda. (RECH, 2000).

Outro exemplo notável que ganhou visibilidade internacional foi o conjunto de cooperativas existente no estado de Kerala, Índia. Sua fundação se deu no final da década de 1960. As cooperativas se organizavam de forma descentralizada e por associação em redes, assim como, eram fiéis ao princípio de participação democrática no interior da cooperativa. Seu surgimento é resultado de um movimento democrático dos camponeses daquela região que buscavam a efetivação da reforma agrária de 1969. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

Em 1965, as cooperativas progrediram ainda mais e nos países do norte europeu, 60% da população fazia parte de cooperativas. (RECH, 2000). Na década de 1970, as cooperativas foram propostas para países em desenvolvimento por órgãos internacionais como forma de atrair a sociedade para projetos de desenvolvimento e aliviar as responsabilidades do Estado. Esta proposta, advinda de governos militares e que se manifestava na América Latina, tinha um caráter conservador, uma vez que propunha a resolução dos problemas agrários sem modificar as estruturas dominantes. (LIMA, 2004).

Em 2000, as cooperativas de produção, na Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega, eram responsáveis pela inserção da maior parte dos produtos agrícolas no mercado. (RECH, 2000). Nestes países escandinavos, o cooperativismo se tornou muito forte, sobretudo na Finlândia. (SINGER, 2000). Já na Inglaterra, em torno de 50% das famílias estavam inseridas em cooperativas de consumo. (RECH, 2000).

Existem países que são, em sua maior parte, cooperativos. Um exemplo disso é a Islândia, onde 70% dos produtos são produzidos e comercializados por cooperativas. Outro exemplo são os Esquimós ou Inuits no Pólo Norte, que são organizados, quase que inteiramente, por cooperativas de pesca. (SINGER, 2000).

Justifica-se, por isso, dar um panorama do movimento cooperativo mundial, como ilustração de sua importância. As cooperativas expandem-se por todos os setores de atividades e assumem dimensões muito distintas. Podem ser pequenos grupos artesanais ou de prestação de serviços, bem como grandes empresas. Existem em todos os continentes. De acordo com os dados fornecidos pela própria ACI, em todo o mundo são mais de oitocentos milhões os membros de cooperativas, entre os quais 236 milhões na Índia e 180 milhões na China. Como simples indício de sua importância relativa, em alguns países, recorda-se que, por exemplo, no Canadá, na Noruega e nas Honduras um cidadão em cada três é cooperador.

Nos EUA, um em cada quatro é membro de uma cooperativa. Tanto na Argentina como no Reino Unido, contam-se mais de nove milhões de cooperados. Em todo o mundo, as cooperativas no seu todo geram mais de cem milhões de empregos, ou seja, mais 20% do que o emprego gerador por todas as empresas multinacionais juntas. (NAMORADO, 2009, p.96-97).

O cooperativismo se multiplicou rapidamente, mas nem por isso sua base associativista se tornou predominante, uma vez que não conseguiu se tornar em uma alternativa que prevalecesse sob o setor capitalista da economia nacional e mundial. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002). Ele se torna “um projeto não concluído de globalização contra-hegemônica, baseado em princípios de solidariedade e democracia participativa”. (RODRÍGUEZ, 2002, p.336). O cooperativismo é a negação da propriedade privada individual, mas de forma limitada, justamente por estar inserido dentro do regime capitalista. Por esta razão, não pode ser encarado como garantia de emergência de uma nova formação social. (HADDAD, 2003). Mas sim como integrante ao sistema capitalista como uma das formas de economia em meio à pluralidade. (ZWICK e PEREIRA, 2013).

Existem duas vertentes de análise que se destacam sobre as discussões a respeito do cooperativismo. A primeira possui um caráter mais solidário, pois propõe uma nova ética societária, pautada em novas sociabilidades. Sua origem gira em torno da relação entre trabalho, solidariedade e cooperação proclamando outras formas de convivência. A segunda vertente possui um caráter mais individualista, enfatizando questões como competitividade, capitalização, flexibilização do trabalho, refletindo assim, estilos de governança requisitados pela globalização da economia. (ANDRIOLA, 2010).

Na primeira vertente, o movimento cooperativo permite uma nova relação entre capital e trabalho, onde o próprio trabalhador cooperado também é o dono dos meios de produção, possibilitando uma base de defesa econômica, produtiva e autogestionária. (SCHMIDT e PERIUS, 2003). Também pode ser considerado como uma forma de superação de problemas e fortalecimento de atividades produtivas, facilitando assim, a inserção e participação mais ativa na economia. (ANDRADE e ALVES, 2013). Trouxe consigo princípios de igualdade e democracia (LIMA, 2004; SINGER, 2000b), formas mais democráticas de organização do trabalho

(MAGALHÃES e TODESCHINI, 2000), que propõe o associativismo no trabalho ainda dentro do capitalismo ou como forma de superá-lo. (LIMA, 2004).

Mas uma polêmica se instaura sobre o cooperativismo: se ele consegue de fato se constituir numa superação à subordinação do capital, por meio de maior democratização do trabalho, autogestão e posse coletiva dos meios de produção. (LIMA, 2004). Entende-se que a cooperativa enquanto nova formação social supera apenas as determinações da divisão do trabalho sob o capitalismo, mas existe um questionamento sobre a superação do modo capitalista de produção em seu conjunto. (HADDAD, 2003). Existe uma possibilidade de superação, no entanto, ela é reduzida, uma vez que as cooperativas encontram-se dentro do sistema capitalista, e ainda não se consegue ver além dele. (PAULINI, 2003).

Já na segunda vertente, o capitalismo, onde ocorre a prática do cooperativismo, direciona a produção de uma empresa, seja ela solidária ou não, pela demanda e pelas necessidades do mercado. Este faz com que qualquer empresa tenha que adaptar sua produtividade às suas leis. A regulação das cooperativas por essas leis mercadológicas faz com que elas usem estratégias que costumam ser utilizadas pelas corporações capitalistas como forma de se manter em pleno funcionamento. (RÊGO e MOREIRA, 2013).

Dentro do sistema capitalista as cooperativas podem servir de resistência, ao possibilitar melhores condições de vida, maior lucro para os cooperados. Mas não serão um espaço de acúmulo de forças e experiências para um projeto de transformação social. Para isso, é necessário se tornar um instrumento orgânico, um acúmulo político, um investimento em militantes. (MAURO, 2003).

A conquista do poder político envolve atingir meios nacionais, como o sistema de crédito, tributário e de inovação (centros de pesquisa, universidades). Além disso, “não se trata mais de intervenções legislativas barganhadas com o Parlamento pela pressão externa, mas, pela envergadura do empreendimento, trata-se de ação do próprio proletariado organizado como classe no poder”. (HADDAD, 2003, p.37).

Por esta razão, poder político é equivalente a poder de classe. O êxito do cooperativismo exige dos trabalhadores que eles enfrentem seu receio de governar. Todavia, isto não significa que o movimento cooperativista deve esperar por um governo dos trabalhadores para se fortalecer, apenas que a cooperativa autêntica deve ser encarada desde seus primórdios como um empreendimento político além de econômico. (HADDAD, 2003).

A cooperativa enquanto empreendimento político tem como foco a superação da relação de assalariamento. E para que isso aconteça, os trabalhadores precisam ser educados para uma outra forma de organização social. (HADDAD, 2003a). Para haver transformação social é preciso investir em formação político-ideológica, que envolve uma formação teórica e uma capacitação prática que permita desenvolver o domínio e o conhecimento prático para intervir na realidade concreta. (MAURO, 2003).

Também se faz necessário, que os cooperados e o público em geral sejam educados nos princípios do cooperativismo para compreender seus propósitos e sua visão de mundo. (SINGER, 2002). É preciso aprofundar a conscientização do significado do cooperativismo, bem como, de associá-lo às conquistas sindicais históricas, como a redução da jornada de trabalho e o sistema previdenciário universal. (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2000). As universidades, por meio das incubadoras tecnológicas, têm cumprido um papel importante na formação teórica e no desenvolvimento prático dos cooperados. (ODA, 2000).

A formação pode ser encarada como a regra de ouro do cooperativismo, pois sem isto, o cumprimento dos princípios poderia ficar seriamente prejudicado. A educação cooperativa fomenta um conjunto de valores, crenças, padrões de comportamento que instigam a cooperação e a solidariedade. Além disso, é importante que a capacitação auxilie na busca da eficiência e da crescente qualidade, de forma que os cooperados possam acompanhar a evolução tecnológica. (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

4.3 Cooperativismo no Brasil

Após algumas experiências de cooperação econômica e social implementadas isoladamente desde 1530 em algumas regiões do país, a história do movimento cooperativista no Brasil inicia em 1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre fundou, em conjunto com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, uma colônia chamada Tereza Cristina, que era organizada com base cooperativa. Experiências parecidas também surgiram, nesta mesma época, em Santa Catarina. Estas iniciativas eram inspiradas no modelo proposto por Charles Fourier. (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Outros acontecimentos também sinalizaram a implantação do cooperativismo no Brasil, como a abolição da escravatura (1888) e a legislação assegurando a liberdade de associação pela Constituição de 1891, já que a Constituição de 1824 proibia qualquer possibilidade de associação. (PINHO, 2004).

Em 1891, surgiu em São Paulo, a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Em 1892, foi criada a primeira cooperativa de produtores rurais no país, no Rio Grande do Sul. Em 1894, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Cooperativa Militar Consumo. No ano seguinte, em 1895, surge em Pernambuco outra cooperativa de consumo. Em 1897, inaugura-se a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em São Paulo. E, em 1898, cria-se a Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos em Minas Gerais. (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Em 1902, o padre suíço Theodor Amstad, em conjunto com lideranças rurais, fundou em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa de crédito rural do Brasil e da América Latina, tendo como modelo Raiffeisen, na Alemanha. (PINHO, 2004; SCHMIDT e PERIUS, 2003; OLIVEIRA, 1984). No ano seguinte, em 6 de janeiro de 1903 é implantado o Decreto nº 799, que permite aos profissionais da agricultura e indústrias rurais, a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses. Foi considerado o marco inicial do Cooperativismo no Brasil. (PINHO, 2004).

Em 1907, houve a organização das primeiras cooperativas agropecuárias em Minas Gerais. (SCHMIDT e PERIUS, 2003). Em 1913, surgiu a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que passou a prestar assistência hospitalar e educacional, além de suprir as famílias de seus associados. (OLIVEIRA, 1984).

Em 1932, a preocupação do poder público em intervir nas cooperativas foi manifestada com a primeira lei básica específica do cooperativismo, que tinha como finalidade responder às quebras provocadas pelos problemas com o comércio internacional do café através da diversificação agrícola. (RECH, 2000). Este mesmo ano também foi marcado pelo Decreto 22.239, que garantia razoável liberdade de constituição e funcionamento para as cooperativas. (PINHO, 2004).

Este início do século XX, foi marcado pelo aparecimento de algumas cooperativas com inspiração de imigrantes estrangeiros, que tinham conhecimento sobre o êxito das associações de crédito cooperativo na Alemanha e na Itália.

Existia uma cultura de cooperação desde os primórdios da colonização portuguesa, que foi quase interrompida durante o escravismo, mas que se tornou primordial para a criação de cooperativas nos mais diversos ramos. Houve o surgimento de cooperativas agrícolas e de crédito agrícola entre colonos alemães e italianos da região Sul do Brasil, e mais adiante, cooperativas de agricultores japoneses em São Paulo. (PINHO, 2004). Estes dois estados, Rio Grande do Sul e São Paulo, “receberam o fluxo de fortes correntes de imigrantes europeus, que conheciam de suas terras de origem as vantagens do sistema cooperativista”. (OLIVEIRA, 1984, p.37).

Ainda neste período, em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, imigrantes italianos e espanhóis, divulgavam práticas de associações cooperativas e sindicais entre os trabalhadores da indústria em crescimento. Alguns tinham conhecimento sobre o movimento cooperativo na Europa, outros eram sindicalistas e outros ainda, eram anarquistas. É a partir daí que se criaram os primeiros sindicatos. (PINHO, 2004).

Ao longo das décadas seguintes, o cooperativismo foi se desenvolvendo em diversos ramos – agropecuário, eletrificação rural, crédito rural e urbano, consumo, habitacional, trabalho, saúde, etc. Muitos segmentos mostraram uma evolução contínua até 1960, mas as cooperativas de consumo e de crédito, neste período, entraram em crise. (SCHMIDT e PERIUS, 2003). Contudo, a década de 1960 continua sendo considerada o auge da presença de cooperativas no país, tendo na região Sul sua maior concentração. (RECH, 2000).

Em 1971, a Lei 5.764 efetivada pelos militares, estabeleceu uma estrutura muito rígida para as cooperativas. E ao invés de possibilitar o desenvolvimento do modelo cooperativista, esta lei dificultou imensamente a constituição e o funcionamento de cooperativas. (RECH, 2000).

O cooperativismo de produção industrial surgiu no início da década de 1980 em razão do declínio da indústria algodoeira. A fibra natural do algodão começou a ser substituída pela fibra sintética, ocasionando o processo falimentar da indústria têxtil. A reestruturação desse segmento no Nordeste se deu por meio de cooperativas. (ANDRIOLA, 2010).

Com a queda do regime militar e as reformulações na constituição, resultando na Constituição Federal de 1988, as cooperativas tiveram incentivo para desenvolver sua autonomia e implementar sua autogestão. As principais contribuições foram:

autonomia das cooperativas; regime tributário adequado; reconhecimento das cooperativas de crédito; participação na política agrícola. (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

O ordenamento jurídico das sociedades cooperativas brasileiras se divide em três fases: (a) a da constituição do ordenamento, que inicia em 1903 e termina em 1938; (b) a intervencionista do Estado, que começa em 1938 e se estende até 1988; (c) a autogestionária, que inaugura nova era cooperativista a partir da Constituição de 1988. (SCHMIDT e PERIUS, 2003, 66).

A partir da segunda metade da década de 1980, as cooperativas de trabalho e de produção começaram a se organizar e a ganhar maior visibilidade. Houve um crescimento do cooperativismo de trabalho no país, no final desta década, por conta das crises econômicas sucessivas no final do período militar, com a reestruturação produtiva de fábricas e empresas e com a adoção de políticas neoliberais. (LIMA, 2004). Com a Constituição de 1988, houve um fortalecimento do cooperativismo urbano, nos segmentos de saúde, trabalho e habitação. (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Em 1995-1996, a Federação Democrática dos Sapateiros do Rio Grande do Sul vinculada à CUT (Central Única dos Trabalhadores), passou a apoiar a formação de cooperativas de produção e de trabalho, por conta do fechamento sistemático de fábricas no segmento calçadista do Vale dos Sinos. Era oferecido um aval de linhas de créditos para compra de maquinário, formação profissional e assessoria. (LIMA, 2004).

A partir de 1996, o cooperativismo no Brasil fortificou sua participação em representações internacionais com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e a ACI-Américas, com o Mercosul e a União Européia. (PINHO, 2004). Durante a década de 1990, mais precisamente de 1990 a 1998, ocorreu uma expansão enorme de cooperativas. Claro que em alguns segmentos houve retrocesso ou certa estabilidade, mas no caso das cooperativas de consumo e agropecuária houve uma evolução, até por serem dominantes em termos numéricos e econômicos. (GAIGER, 2000).

Na região Sul, surgiu uma rede de cooperativas de crédito denominada sistema Cresol, com a finalidade de possibilitar fontes próprias de financiamento para agricultores familiares do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seu

diferencial é que elas são independentes e autogestionárias, ao contrário das cooperativas de crédito do sistema tradicional que “são todas ligadas as cooperativas agrícolas dominadas em geral pelo capital”. (SINGER, 2002a, p.125). No Rio Grande do Sul existe o maior número de cooperativas rurais em relação aos demais estados do país. (OLIVEIRA, 1984).

4.4 Universo das cooperativas

As cooperativas, em sua gênese, podem ser encaradas como uma expressão moderna das práticas sociais de cooperação. (NAMORADO, 2009). Sua base está fundamentada em valores como: ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação, autonomia, responsabilidade individual e equidade. Seus valores éticos envolvem honestidade, transparência, responsabilidade social e altruísmo. (NAMORADO, 2009; SCHMIDT e PERIUS, 2003).

A cooperativa se torna não apenas uma opção ética pela solidariedade, mas também um dispositivo que torna os empreendimentos superiores ao trabalho individualizado, além de mais resistentes aos efeitos corrosivos do capitalismo. (GAIGER, 2000a). Este tem como base o lucro, a concorrência, a competição, a acumulação de dinheiro e a exploração do trabalho. As cooperativas, por sua vez, priorizam o trabalho, a ajuda mútua, as necessidades humanas. Preocupam-se com o preço justo, a qualidade dos seus produtos e serviços, o cuidado com o meio ambiente. (ANDRIOLA, 2010).

A centralidade da cooperativa são as pessoas que dela fazem parte. Suas necessidades e aspirações é que devem estimular o esforço do empreendimento, bem como, a conquista de novos espaços de consolidação. Sem isso, não há cooperativa. (RECH, 2000). Por esta razão, a cooperativa é definida como uma união voluntária de pessoas que atendem necessidades sociais, econômicas e culturais, por meio de um empreendimento coletivo e democraticamente controlado. (NAMORADO, 2009; SCHMIDT e PERIUS, 2003; RECH, 2000).

Poderia se dizer também que a cooperativa reúne pessoas, que se associam por iniciativa própria, tendo seus interesses de produzir, comercializar ou prestar um serviço convergente aos objetivos gerais da cooperativa. (CRÚZIO, 2001). A ideia é de reunir esforços em comum para se tornar uma alternativa importante que atenda melhor os mercados. (ANDRADES e ALVES, 2013). Uma união livre de pessoas

com a finalidade de realizar atividades econômicas que tragam benefício a todos. (RECH, 2000).

As cooperativas devem ser formadas por um mínimo de vinte (20) participantes, de acordo com a legislação vigente. (ALBUQUERQUE, 2003; CRÚZIO, 2001). Seus sócios são os donos do empreendimento e por isso, responsáveis pelas tomadas de decisão dentro da organização. (SCHMIDT e PERIUS, 2003). O lucro, bem como, as dívidas “são de responsabilidade dos associados e divididos conforme o volume de negócios dos associados”. (ALBUQUERQUE, 2003, p.18).

A cooperativa procura atender as necessidades econômicas e sociais dos seus associados, que a criaram com seu próprio esforço e risco. Fazem parte de uma sociedade, organizada em bases democráticas que procuram não apenas propiciar seus membros de bens e serviços, mas também de realizar programas educativos e sociais. (PINHO, 2004). Tanto que é obrigatório que a cooperativa destine 10% dos seus lucros para fundos de reserva e 5% para fundos educacionais. (ALBUQUERQUE, 2003).

A cooperativa entra como uma alternativa ao desemprego e como uma semente de autonomia de trabalho. (ANTUNES, 2003a). E não somente isso, mas, inclusive, como uma “primazia do trabalho sobre o capital, do homem sobre a máquina, da realização pessoal e coletiva sobre o individualismo e o lucro obtido a qualquer preço”. (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p.70). Assim, as formas associativas de organização dos trabalhadores visam dar continuidade à luta por uma sociedade mais igualitária e justa. (LIMA, 2004; RECH, 2000).

Em termos concretos, a cooperativa tem possibilitado verdadeiro resgate da cidadania, ao integrar pessoas que eram estigmatizadas em razão da sua renda, de seu gênero e de sua etnia. Muitos vivenciam, pela primeira vez, o prazer dos direitos iguais para todos, de exprimir livremente suas ideias e de serem escutados e respeitados, em um espaço onde se cultiva a democracia coletiva. (SINGER, 2000a).

As cooperativas propiciam o ingresso de pessoas de forma livre, desde que os objetivos individuais sejam congruentes com os objetivos do grupo; permite ao cooperado se desligar no momento que desejar, desde que tenha cumprido suas obrigações com a associação; impossibilita que as quotas-partes sejam dadas para

terceiros; garante que cada associado tenha direito a voto, independente das suas condições econômicas, sociais e políticas. (CRÚZIO, 2001).

Além disso, a cooperativa oferece algumas vantagens aos seus associados, como: extingue com a relação patrão-empregado, em razão do próprio associado ser trabalhador e dono do empreendimento; elimina a figura do atravessador, pois o próprio associado produz e vende diretamente ao consumidor; possibilita que os próprios associados exerçam a direção e a fiscalização da cooperativa; e por fim, assegura direitos iguais a todos os sócios. (CRÚZIO, 2001).

A cooperativa possui dupla natureza, uma vez que, ao mesmo tempo, é uma entidade social, organizada por um grupo de pessoas, e também uma unidade econômica, empresa administrada e controlada comunitariamente. Sua existência possibilita que seus associados consigam prover bens e serviços que não conseguiriam obter individualmente em condições semelhantes. (RECH, 2000).

Do mesmo modo, pode-se dizer que a cooperativa é um meio-termo entre empresa e associação, pois realiza atividades empresariais no comércio e é dirigida pela totalidade de seus associados por meio da autogestão. (RECH, 2000). Ou um misto de associação de pessoas e uma empresa prestadora de serviços. (PINHO, 2004). Contudo, a empresa capitalista e a cooperativa autogestionária possuem características muito distintas. E por esta razão, cada uma delas será detalhada a seguir.

A cooperativa autogestionária está sendo formada, há 200 anos, pela classe trabalhadora no mundo inteiro. (SINGER, 2000). O trabalho é um meio e um fim, onde os trabalhadores são sujeitos do empreendimento. (GAIGER, 2000). A satisfação das necessidades dos cooperados é o fim da atividade econômica. (PINHO, 2004). Por isso, existe uma maior adesão dos trabalhadores aos objetivos da cooperativa, influenciando todas as decisões importantes. Além disso, a cooperativa autogestionária possui um cuidado com a eco-sustentabilidade, nas suas relações com o ambiente social e natural. (GAIGER, 2000).

Neste tipo de cooperativa, todos os sócios têm a mesma parcela do capital, assim como o mesmo direito de voto em todas as decisões. Se a cooperativa necessita de diretores ou representantes, estes passarão a existir por meio de uma eleição que contempla todos os sócios e serão responsáveis perante eles. Não existe a possibilidade de alguém mandar e um outro obedecer. Do mesmo modo, também não há competição entre os associados, uma vez que o crescimento da

cooperativa beneficia a todos, e se houver dívidas, os prejuízos também serão assumidos por todos. (SINGER, 2002).

O poder de decisão pertence exclusivamente aos trabalhadores que fazem parte da cooperativa e ocorre de forma igualitária. (ALBUQUERQUE, 2003). Onde cada pessoa tem direito a um voto, independentemente dos investimentos de cada um. (CRÚZIO, 2001; RECH, 2000). O que acontece é a “subordinação do capital ao benefício de todos os que estão envolvidos na atividade produtiva”, possibilitando a autonomia de sua participação e beneficiando todos os associados que atuam na produção. (RECH, 2000, p.116).

O capital da cooperativa autogestionária é possuído apenas pelas pessoas que nela trabalham. “Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários [...]”. E a propriedade da cooperativa está distribuída igualmente entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. (SINGER, 2002a, p.83).

Nas cooperativas autogestionárias não se fala em lucro, mas em sobras cuja destinação é decidida pela assembleia de sócios. Uma parte é reservada para um fundo de educação, outra parte é colocada em fundos de investimento, e o restante é distribuído aos sócios conforme o critério aprovado pela maioria: de forma igualitária, ou pela contribuição dada pela cooperativa, etc. (SINGER, 2002, 2002a). Também pode ocorrer do ganho ser proporcional ao trabalho ou entrega de produção do associado. Deste modo, os riscos são assumidos solidariamente por todos os sócios, mas o ganho da atividade produtiva é proporcional às operações que o cooperado tem com o empreendimento. (RECH, 2000).

Na cooperativa autogestionária, os associados têm direito a retiradas e não a um salário, que varia de acordo com a receita obtida. É decidido coletivamente se as retiradas devem ser diferenciadas ou iguais. Existem cooperativas que a decisão está pela igualdade de retirada, seja por uma questão de princípio ou por haver execução de trabalhos muito semelhantes. Contudo, a maioria das cooperativas assume uma diferenciação nas retiradas, sendo que algumas fixam valores máximos e mínimos. Mesmo havendo diferenciação nas retiradas, na cooperativa autogestionária, a preocupação está assegurar boas retiradas para todos, inclusive, para aqueles que estão recebendo menos. (SINGER, 2002).

O poder está atrelado ao interesse dos sócios dentro de uma cooperativa como forma de fortalecer a solidariedade entre eles. É do interesse de todos,

maximizar o valor da retirada e da parcela de sobras por cada sócio. E num sentido mais amplo, é interesse de todos também, dar trabalho e renda para quem precisa, e propagar no país um modelo mais democrático e igualitário de organizar atividades econômicas. (SINGER, 2002). A partilha do poder e do ganho, assim como, a união de esforços representam uma nova forma de agir coletivamente que tem na cooperação a implantação de um outro tipo de ação social. (ALBUQUERQUE, 2003a).

A autogestão que está presente neste tipo de cooperativa possibilita que além de torná-la economicamente produtiva, também está a tornando em um centro de interação mais democrático e igualitário. (SINGER, 2002). Mas para que ela seja democrática, é necessário que seus associados enfrentem a timidez e a omissão na participação, principalmente quando se trata de “operários de chão de fábrica”. Embora haja esse desafio, a cooperativa autogestionária é muito semelhante a uma família, marcada por laços afetivos, e também por ser uma organização social de fundo ideológico. (SOUZA, 2000a, p.7).

A cooperativa autogestionária possibilita que os conflitos entre diferentes setores sejam muito menores e que sejam travados abertamente, assim como, solucionados por meio de negociações onde todos possam participar. O funcionamento da cooperativa permite que todas as informações importantes estejam disponíveis aos associados e que a contabilidade e demais sistemas de controle sejam feitos por meio da transparência. (SINGER, 2000a).

Como as decisões são realizadas de forma coletiva, existe maior circularidade de experiência entre os sócios. Todavia, isso demanda mais tempo, pois é preciso escutar a opinião de todos ou de todos aqueles que quiserem participar. Decisões de grande alcance podem aguardar esse tempo, mas as decisões mais cotidianas, não. (SINGER, 2000a).

A competência dos sócios será construída ao longo da vida prática da cooperativa autogestionária, e a aprendizagem se estenderá a todos os membros que a compõe. (SINGER, 2000a). Existe uma experiência profissional mais conservada e uma diminuição na rotatividade dos associados. Os trabalhadores zelam pela qualidade da sua produção e possuem uma melhor percepção de seu trabalho. (ALBUQUERQUE, 2003a).

Existe menos exploração numa cooperativa autogestionária, uma vez que, os associados não precisam produzir lucros de acordo com o capital investido. E

também, eles possuem liberdade para escolher quando e como trabalhar para tornar sua cooperativa mais produtiva. A finalidade está em maximizar a quantidade e a qualidade do trabalho. (SINGER, 2002a).

O trabalho associado faz com que os meios de produção sejam socializados e que a propriedade coletiva da cooperativa forme uma identidade agregadora. (ZWICK e PEREIRA, 2013). Além disso, as cooperativas autogestionárias ampliam a democracia participativa até o campo econômico, e fazem com que o princípio da cidadania passe a ser vinculado à gestão. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

Por outro lado, a empresa capitalista funciona pela lógica da heterogestão, onde a administração é hierarquizada, formada por diversos níveis de autoridade. As informações e consultas seguem o fluxo de baixo para cima, ao passo que, as ordens e instruções ocorrem de cima para baixo. Os trabalhadores que se encontram na escala mais baixa da hierarquia da empresa sabem apenas o suficiente para realizar suas tarefas. À medida que aumenta a posição de hierarquia, amplia também o conhecimento sobre a empresa e o nível de responsabilidade. (SINGER, 2002).

Por serem hierárquicas, as empresas capitalistas tendem a concentrar todo conhecimento para apenas uma faixa de profissionais que compõe a empresa, tornando-os verdadeiros capitalistas assalariados, e reduzindo o restante a meros executores automatizados e alienados. (SINGER, 2000). A estes últimos, cabe apenas obedecer a determinações dos dirigentes, pois o aprendizado só é propiciado para os integrantes do corpo executivo da empresa. (SINGER, 2000a).

A heterogestão parece ser eficiente em transformar empresas capitalistas em iniciativas competitivas e lucrativas. (SINGER, 2002). Pode tornar uma empresa viável por meio de uma série de estratégias para diminuir os custos e aumentar os ganhos financeiros, como demissões mediante redução salarial ou férias negociadas. Pode ser bastante eficiente também no seu setor, mas trazer consigo consequências desastrosas para o meio-ambiente, como poluir um rio ou prejudicar o ecossistema. (GAIGER, 2000).

Na empresa capitalista o trabalho é apenas um meio, um mero instrumento. (GAIGER, 2000). Assim também são os funcionários. Tanto que os salários são desiguais. O valor está determinado pela oferta e demanda do mercado. Os trabalhadores são livres para procurar outro emprego com melhor oferta e os

patrões são livres para demitir aqueles que não estão produzindo conforme o esperado. (SINGER, 2002).

Nas empresas capitalistas, os salários são ordenados de forma a maximizar o lucro. Caso a taxa do lucro seja menor do que a expectativa, a posição dos diretores que tomam essas decisões e tem participação nos lucros, fica seriamente ameaçada. Por outro lado, se as metas de lucro forem atingidas ou ultrapassadas, estes mesmos diretores são imensamente recompensados, com prêmios generosos ou ordenamento alto. (SINGER, 2002).

A destinação do lucro de uma empresa capitalista cabe à assembleia de acionistas, conhecido como o “grupo controlador”. Uma parte do lucro é direcionado aos acionistas sob a forma de dividendos, o resto é repassado para os fundos de investimento. “Todo lucro é apropriado, imediatamente ou alguns anos depois, pelos acionistas, sempre em proporção ao número de ações possuído por cada um deles”. (SINGER, 2002, p.14).

O interesse e o poder do grupo controlador é quem determina a direção de uma empresa capitalista. (SINGER, 2002). Há uma concentração no poder de decisão, que ocorre por meio de uma cúpula. (SINGER, 2000a). E para fazer parte desta cúpula, vai depender do grau de investimento. Ou seja, quanto maior o capital individual investido, maior a influência sobre o que, como e quanto produzir dentro de uma empresa. (CRÚZIO, 2001).

As empresas capitalistas não exigem que a participação no capital seja igual, mas a participação de cada sócio nas decisões é conforme sua quota de capital. Nem todos os sócios precisam trabalhar na empresa, assim como, pode empregar não-sócios. Os funcionários têm que produzir lucros proporcionais ao capital investido (SINGER, 2000a; RECH, 2000), mas o lucro é destinado apenas aos sócios. (RECH, 2000). Existe separação entre trabalho e posse dos meios de produção. (SINGER, 2002a).

A empresa capitalista baseia seu modelo de estruturação no benefício exclusivo, onde ocorre acumulação de capital somente para aqueles que investiram na empresa. Os trabalhadores, por sua vez, são mantidos em posição de subordinação, sendo isto a garantia de seu benefício. (RECH, 2000). O trabalho assalariado individual se dá por meio da exploração da força de trabalho, reduzindo o funcionário ao papel de cumprir tarefas dentro de determinado setor. (ZWICK e PEREIRA, 2013).

Como forma de visualizar melhor as principais diferenças entre a cooperativa autogestionária e a empresa capitalista, segue abaixo um quadro comparativo, que resume o detalhamento realizado anteriormente.

Quadro 2: Comparativo entre cooperativa autogestionária e empresa capitalista.

Cooperativa Autogestionária	Empresa Capitalista
Autogestão	Heterogestão
O trabalho é um meio e um fim	O trabalho é um fim
Cuidado com a eco-sustentabilidade	Não necessariamente há cuidado com a eco-sustentabilidade
Poder horizontal	Poder hierárquico
Poder de decisão igualitário: um homem, um voto	Poder de decisão concentrado nos sócios com maior quota-capital: cada ação, um voto.
Sócios tem a mesma parcela de capital	Varia a parcela de capital conforme o grau de investimento de cada sócio.
Todos sócios trabalham	Nem todos sócios precisam trabalhar
Sobras	Lucro
Retiradas para sócios	Dividendos para sócios e salário para funcionários
Formação destinada para todos os sócios	Formação apenas para corpo executivo da empresa

*Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora. (ARNS, 2016).

Além das cooperativas autogestionárias e das empresas capitalistas, existem hoje no mercado as chamadas cooperativas falsas. Em torno das 150 cooperativas abertas no final da década de 90, a maior parte era constituída para burlar a legislação trabalhista e baixar o custo dos impostos. (CRÚZIO, 2001). Houve uma multiplicação dessas cooperativas neste período, pois as empresas capitalistas perceberam que poderiam obter vantagens se organizassem cooperativas para seus funcionários, terceirizando as suas atividades, e reduzindo custos de força de trabalho. Em São Paulo, fazendas de produção de laranja foram as primeiras a serem denunciadas por fazer isso. (LIMA, 2004).

Esta é uma estratégia utilizada por empresas para não ter que assumir os encargos sociais de seus funcionários, modificando assim os registros legais de forma a apresentar uma “fachada” de cooperativa que na verdade continua funcionando como uma empresa capitalista. Elas também são conhecidas como cooperativas-gato. (COUTINHO, 2005).

Outra denominação pela qual as cooperativas falsas também são reconhecidas é cooperativas pragmáticas que funcionam como terceirizadas para empresas, integrando programas estatais de geração de renda, mas totalmente desvinculadas dos princípios do cooperativismo. (LIMA, 2004)

5. ECONOMIA SOLIDÁRIA

5.1 Economia Solidária internacional

A Economia Solidária surgiu logo após o capitalismo industrial, no início do século XIX, como um movimento de reação frente ao empobrecimento dos artesões por conta da difusão desregulamentada das máquinas e do motor ao vapor na organização fabril de produção. (SINGER 2002; 2002a).

Andriola (2010) concorda com essa perspectiva, ao afirmar que a origem histórica da Economia Solidária se desenvolveu a partir do movimento operário no século XIX na Europa, que revelava uma série de experiências solidárias influenciadas pelo ideário de cooperação e associação, mostrando assim, uma resistência popular contra o modo de produção capitalista. Este período ficou conhecido como “cooperativismo revolucionário”. (GUIMARÃES, MACIEL e EIDELWEIN, 2007; SINGER, 2002).

Esta fase histórica denominada de “cooperativismo revolucionário” que “tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo”, não voltou a se repetir de forma tão sólida. Owen, enquanto pensador e ativista, foi o representante dessa fase e inspirou seus sucessores, dentre eles, Marx e Engels. (SINGER, 2002, p.35). Essa luta política que esteve presente na origem das experiências de Economia Solidária estava relacionada à questão do direito ao trabalho. (ANDRIOLA, 2010).

Apesar da contribuição intelectual imensa de autores socialistas, conhecidos como “utópicos”, como Owen, Fourier, Buchez e Proudhon, para o desenvolvimento da Economia Solidária, esta não foi criada por eles. Na verdade, é uma criação contínua de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Por isso também, ela não antecede o capitalismo industrial, mas o acompanha durante todo o seu desenvolvimento. (SINGER, 2000a).

Desta forma, a Economia Solidária é oriunda de uma luta histórica dos trabalhadores contra a exploração do trabalho humano e como uma alternativa distinta do modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e com a natureza, que não mais somente por meio do trabalho assalariado. Os trabalhadores foram se organizando em sindicatos e em empreendimentos

cooperativos autogestionários como forma de defesa e conquista de direitos. (SEFBES, 2006).

A Economia Solidária se desenvolve, primeiramente, na França para depois se expandir na América Latina e restante da Europa com o objetivo de construir um modelo de economia baseada na relação entre iguais, e eliminar a exploração do trabalho existente na produção capitalista. (SILVA e OLIVEIRA, 2009). Ao longo dos anos, e em diversos países, a Economia Solidária também se tornou uma luta conjunta com sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais. (SINGER, 2002a).

Na França, as movimentações culturais dos anos 1960 e 1970 resgatam o sentido democrático dos empreendimentos associados. (LAVILLE, 2002 apud PINTO, 2006). Em 1981 foi criada a Delegação Interministerial da Economia Social e da Inovação Social (Dies). Mas o termo “economia solidária” aparece na França somente no início dos anos 1990, onde pesquisas foram desenvolvidas em Paris, por Jean-Louis Laville, para compreender os fenômenos de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas na Europa. (FRANÇA e LAVILLE, 2004).

Em 1994, surge o primeiro clube de troca em Lyon, na França. Prática que já havia sido iniciada em Vancouver – Canadá em 1976. Este clube permite que pessoas sem uma renda regular possam efetivar trocas de bens e serviços entre elas por meio de moedas sociais. (PINTO, 2006).

No período de 1997 a 2001 ocorre uma “articulação intercontinental liderada pela Rede Peruana de Economia Solidária, Redes do Quebec/Canadá e da França em torno de uma globalização solidária”. (BARBOSA, 2012, p.141). Em 1997, foi criada na França a Inter-Redes de Economia Solidária (IRES) com o objetivo de reunir as pessoas que tinham um outro modo de fazer economia, ou seja, de viver a economia solidária que possibilita novas condições de produção, distribuição e modos de consumo. Essa rede é composta por uma multiplicidade de atores, como: pesquisadores, grupos de apoio, pessoas do campo, organizações internacionais de solidariedade. (HERSENT, 2006).

Em 2000, a emergência de políticas territoriais de economia solidária na França, propicia a construção de uma nova área de ação pública local, concretizada por meio da Secretaria de Estado da Economia Solidária, que permaneceu até 2002. (FRAISSE, 2006). Esta secretaria com caráter de ministério foi criada durante o governo do socialista Leonel Jospin, que estava enfrentando o alto índice de desemprego e queda de produtividade na França. (BARBOSA, 2007). Ela

representou um reconhecimento oficial e institucional de um setor que até então era invisível e tinha pouca legitimidade. Vários integrantes da IRES atuaram num grupo estratégico junto ao Secretário de Estado para reunir pessoas envolvidas com a economia solidária e favorecer uma aproximação entre poderes públicos e sociedade civil. Em razão da curta duração da Secretaria, não foi possível instalar um quadro que favorecesse a criação e o desenvolvimento de iniciativas. Mas houve avanços no sentido de mobilização de redes locais e nacionais, por meio de um evento organizado em 2000 sob o tema “Juntos por uma economia plural”. (HERSENT, 2006).

Em 2002 é organizado a Rede Intercontinental pela Promoção da Economia Solidária no Canadá com o objetivo de construir respostas inovadoras para os problemas da internacionalização da economia e possibilitar o intercâmbio entre países dos hemisférios Norte e Sul. De 2001 a 2004 ocorreram quatro edições do Fórum Social Mundial, sendo três no Brasil e um na Índia, onde houve um crescimento do debate sobre ideias e práticas em Economia Solidária. (BARBOSA, 2012; 2007).

Em 2004, a Delegação Interministerial da Economia Social e da Inovação Social (Dies) se une ao Ministério da Juventude e dos Esportes, na França. Juntando isso com o desaparecimento da Secretaria do Estado da Economia Solidária em 2002, revela-se uma ancoragem institucional ainda muito frágil. Por isso, o desafio consiste em construir uma ação pública que favoreça a Economia Solidária e não dependa do jogo de alianças de redes políticas e administrativas nacionais. (FRAISSE, 2006).

Na América Latina, alguns governos adotaram a Economia Solidária como um de seus objetivos. Foi o caso de Néstor Kirchner (2003-2007) na Argentina e de Hugo Chávez (1999-2013) na Venezuela. Ambos criaram órgãos que desenvolveram políticas de Economia Solidária, principalmente no que tange ao desenvolvimento comunitário como ferramenta para combater a pobreza. (SINGER, 2006).

A Economia Solidária busca uma globalização humanizadora que incentive o desenvolvimento sustentável e socialmente justo para que haja uma satisfação das necessidades de cada um, que reflita numa maior qualidade de vida. Possui a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, fortalecendo os vínculos com redes de cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo)

situadas em diversos países. Promove ainda, o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam divididos equitativamente entre grupos e países. (SEFBES, 2006).

5.2 Princípios da Economia Solidária

A Economia Solidária é regida por princípios de solidariedade, inclusão, sustentabilidade e emancipação social. (GADOTTI, 2008). E por valores de igualdade, cidadania e proteção do meio ambiente. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002). Essa outra forma de racionalidade econômica, compartilha traços de cooperação, mutualismo e autogestão comunitária. (RAZETO, 1993).

Além disso, a Economia Solidária prioriza o trabalho, o saber e a criatividade humana. Estabelece que as relações serão construídas em colaboração solidária, e que as pessoas são percebidas como sujeito e finalidade de atividade econômica. Existe, portanto, uma “estratégia de gestação de uma vida social não subjugada ao mercado”. (BARBOSA, 2012, p.144).

A Economia Solidária faz uma valorização social do trabalho, se preocupa com a satisfação plena das necessidades das pessoas, enaltece a criatividade tecnológica, reconhece o lugar fundamental da mulher numa economia baseada na solidariedade, e estabelece uma relação respeitosa com a natureza. Trata-se de um projeto de desenvolvimento integral com a finalidade de garantir sustentabilidade, incentivar a democracia participativa e lutar por justiça econômica, social, cultural e ambiental. (SEFBES, 2006).

Enquanto proposta de mudança institucional, a Economia Solidária, oferece um outro modo de instituir a prática econômica (FRANÇA FILHO, 2006), que esteja congruente com a democratização da economia. (LAVILLE, 2006). Ela também fomenta a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania através da democracia e da gestão participativa. (SEFBES, 2006).

Existem ainda outros dois elementos que tornam a Economia Solidária um outro modo de produção: a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual. A efetivação desses princípios “une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica”. (SINGER, 2002, p.10). De modo que os meios de produção,

assim como, a renda do trabalho seja coletivamente e democraticamente distribuída. (SOUZA, 2000b). A primazia pela solidariedade faz com que haja uma priorização pelo interesse coletivo, que se expressa na “socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários”. (LAVILLE e GAIGER, 2009, p.162).

Enquanto alternativa de sobrevivência ou ainda como resposta da sociedade civil organizada à crise, a Economia Solidária se revela como novas formas associativistas permeadas pela lógica da cooperação e da solidariedade, inserindo coletivamente sujeitos no mercado de trabalho. Uma estratégia de organização socioeconômica construída por trabalhadores que estavam excluídos socialmente e que não conseguiam mais viabilizar sua sobrevivência de forma isolada. (GAIVIZZO, 2006).

Por isso, a cooperação no trabalho pode ser considerada como um fator econômico específico da Economia Solidária, uma vez que o trabalho conjunto gera mais resultados que o trabalho individual. (GAIGER, 2000a). Convergindo a esse ponto, a Economia Solidária possui uma importância social, em razão de que sujeitos, até então, excluídos do mercado formal de trabalho, estão por meio do trabalho coletivo, conseguindo sobreviver e gerar renda. (GOERCK, 2009).

A Economia Solidária preconiza o exercício do poder coletivo, incentivando a participação de todos no processo decisório como forma de exercitar a democracia e a autogestão. Além disso, existe a divisão do trabalho sem hierarquia e a busca por uma remuneração que viabilize uma vida digna. (ZAPERLON, 2007). Esse “novo cooperativismo” estimula a propriedade coletiva do capital, unindo todos os trabalhadores em prol de um objetivo comum, resgatando valores de solidariedade e igualdade, e fazendo um “repúdio ao assalariamento”. (SINGER, 2002, p.111).

A Economia Solidária busca novas possibilidades de sobrevivência baseadas num trabalho participativo e solidário, onde “o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história”. (TIRIBA, 2000, p.223). A possibilidade de participar das decisões e de estar informado sobre o que acontece dentro do seu próprio trabalho é um passo muito significativo para o trabalhador. (SINGER, 2000a). Além disso, quem dita o ritmo e a intensidade do trabalho não é mais o técnico industrial ou a máquina, senão o próprio trabalhador. (TIRIBA, 2000).

A Economia Solidária funda uma vontade empreendedora de exercer o trabalho em comunidade e ajuda mútua, muito diferente da lógica do capital que preza pela rentabilidade. Procura também funcionar para que haja uma melhor

distribuição de renda e para reforçar o desenvolvimento local sustentável a partir da proposição de produtos e serviços que atendam a demandas reais. (ZAPERLON, 2007). A eficiência na Economia Solidária não é medida apenas pelos benefícios materiais de um empreendimento, mas também pela qualidade de vida e de consumo, pela felicidade de seus membros, e pelo equilíbrio com o ecossistema. (SEFBES, 2006).

A prática da Economia Solidária possibilita uma mudança a nível de relação social e cultural no espaço de trabalho, ou seja, uma mudança de mentalidade dos trabalhadores. (GAIVIZZO, 2006). Contudo, é necessária uma formação cultural para que isso aconteça, uma vez que existe uma mudança profunda de valores e princípios que norteiam o comportamento humano. Por esta razão, a eficiência econômica está ligada não apenas aos valores econômicos, mas, principalmente, a valores culturais das práticas solidárias. (GADOTTI, 2008).

Nesse sentido, Goerck (2005, p.18) alerta que “são poucos os sujeitos que estão direcionados a uma economia que valorize os pressupostos de solidariedade, igualdade, democracia e autogestão”. Existe um desconhecimento sobre os princípios mais elementares da gestão social, dificultando o seu processo de internalização. Isso pode ser exemplificado quando trabalhadores de empreendimentos solidários possuem dificuldades de compreender a nova situação em que se encontram, bem como, as vantagens disso, de serem ao mesmo tempo trabalhadores e patrão. (ZAPERLON, 2007). Para a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão), a principal estratégia nos empreendimentos solidários é estimular a solidariedade e a capacidade intelectual do coletivo gestor, por meio de uma educação e capacitação para autogestão. (BARBOSA, 2007).

A Economia Solidária parece fazer a tentativa daquilo que Mézaros (2015) e Antunes (1995) chamaram de tempo disponível. Pois, sua intenção não está na lucratividade, como é para a maioria das empresas, ela almeja o sustento de seus trabalhadores. Todavia, pelo fato da Economia Solidária não se encontrar num outro formato de sociedade, idealizado por esses mesmos autores, e sim permanecer inserida no sistema capitalista, ela acaba tendo que fazer uso dos valores de troca para sua sobrevivência. Mas o seu diferencial, está em propor uma nova forma de gestão, que priorize os sujeitos e não o capital.

Por um lado, a Economia Solidária - com seus valores de democracia, autonomia, solidariedade e autogestão - aliados a eficiência econômica, coexistem com o mercado capitalista, ao mesmo tempo, em que o questiona. (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2000). Por outro lado, a Economia Solidária não pode ser encarada apenas como uma resistência dos trabalhadores frente às desigualdades da questão social. Ela também pode se constituir como uma forma estratégica do Estado e do sistema vigente de atenuarem os conflitos de classe. (GOERCK, 2009).

A prática da Economia Solidária revela um quadro de muitas contradições e ambivalências. Por exemplo, existem algumas forças sociais em interação, como: as relações de subcontratação das cooperativas, a cultura enraizada do trabalho padronizado taylorista e o trabalho como forma de subsistência. Existe também uma tênue tradição do cooperativismo no Brasil. (BARBOSA, 2007).

A lógica presente na Economia Solidária, fundamentada na cooperação como forma de emancipação dos sujeitos, tem como desafio um processo intenso de desconstrução de relações interpessoais, educativas, sociais e econômicas instituídas pela sociedade capitalista que busca a submissão dos sujeitos aos interesses das grandes corporações. (GUIMARÃES, MACIEL e EIDELWEIN, 2007).

É importante pontuar que a Economia Solidária permite a geração de trabalho para aqueles segmentos que estão à margem dos circuitos formais da economia. Todavia, os níveis de renda de alguns empreendimentos são muito frágeis, garantindo apenas a sobrevivência dos seus membros. Por isso, o desafio da Economia Solidária está em ultrapassar uma reprodução simples que abarca as condições de vida para uma reprodução ampliada, ou seja, que contemplem uma melhoria das próprias condições de vida no seu plano socioterritorial. (FRANÇA FILHO, 2006).

A Economia Solidária enquanto forma de gestão diferenciada, possui outros quatro princípios que a fundamentam: cooperação, solidariedade, sustentação econômica e autogestão. (CARTILHA, 2006). Serão detalhados brevemente os três primeiros princípios. A autogestão, no entanto, receberá maior atenção, uma vez que se trata de um princípio basilar dentro da Economia Solidária.

A cooperação envolve uma participação coletiva em prol de um objetivo comum. Apesar de existirem tarefas diferenciadas dentro de um empreendimento, não há competição ou eleição de quem é mais importante, pois existe a compreensão de que cada um contribui de alguma forma, e isso se reflete num

esforço coletivo para alcançar melhores resultados que contemplem a todos. Já a solidariedade compreende a uma atitude de apoio mútuo e de colaboração entre os integrantes dos empreendimentos. (CARTILHA, 2006).

A sustentação econômica, por sua vez, implica em viabilizar um trabalho digno e uma renda justa para que os integrantes possam viver desse empreendimento, não visando apenas a acumulação de riqueza ou o lucro. Também existe a preocupação de consumir produtos e serviços de outros empreendimentos solidários como forma de fortalecer as redes de Economia Solidária. E fora isso, fortalecer as identidades culturais e preservar os recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável. (CARTILHA, 2006).

Para que um empreendimento seja considerado de Economia Solidária, ele tem que, necessariamente, funcionar no seu cotidiano sob o princípio da autogestão, que envolve a participação de todos os integrantes nas tomadas de decisão e na apropriação de todas as tarefas dentro da organização. Deste modo, não há uma divisão do trabalho e tampouco uma figura de autoridade ou liderança, uma vez que o poder é horizontal.

A autogestão envolve uma organização de trabalho sem a presença de um dono ou proprietário, uma vez que os próprios trabalhadores assumiriam este papel (BENINI e BENINI, 2010), tendo controle sobre o empreendimento, tanto em termos do processo de trabalho, como no controle coletivo da gestão. (ESTEVES, 2013).

Essa forma de gestão possibilita que as decisões sejam tomadas conjuntamente, pois existe um espírito de coletividade que incentiva o diálogo e democracia. (GUTIERREZ, 1988). Os empreendimentos que adotam a autogestão, funcionam com estruturas hierárquicas mais horizontais e flexíveis, possibilitando maior grau de autonomia do trabalhador. (FLACH, 2011). Todavia, a autogestão só se torna possível através da vontade coletiva, de uma vocação compartilhada por todos os membros envolvidos na produção. (GUTIERREZ, 1988).

Não existe uma divisão entre capital e trabalho na autogestão, e nem mesmo, uma divisão social do trabalho (proprietários, gestores e trabalhadores), pois as mesmas pessoas que se apropriam do excedente produtivo são aquelas mesmas que decidem sobre o destino e a finalidade dos recursos, ou seja, todos esses papéis e funções são assumidos pelos próprios trabalhadores. (GAIGER, 2006a).

A autogestão possui um caráter multidimensional: social, econômico, político e técnico. A dimensão social implica em criar ações e resultados que atendam todos

os indivíduos que dela dependem. A dimensão econômica significa dar mais valor ao trabalho do que o capital. A dimensão política envolve propiciar que as tomadas de decisão sejam resultado de uma construção coletiva, respeitando-se as diferentes funções e papéis que cada um assume dentro de um empreendimento. E a dimensão técnica envolve pensar a gestão da organização de uma outra maneira. (ALBUQUERQUE, 2003a).

Enquanto gestão democrática e não hierarquizada, a autogestão, encontra muito dificuldade para sua implantação (ONUMA, MAFRA e MOREIRA, 2012), uma vez que, existe um conflito com a lógica preconizada pelo sistema capitalista que é de um ambiente altamente competitivo. (MAZZEI, 2006). A naturalização de um sistema de hierarquia, onde são assumidas verdades sem questionamentos, onde existe a valorização da cultura do comando e da obediência torna muito difícil a prática da participação democrática da autogestão. É complicado superar essa lógica da heterogestão para criar um ambiente onde seja possível debater ideias para a construção de propostas comuns. (NICOLLETTI, 2011).

Outra grande dificuldade da autogestão é a necessidade de uma formação específica para isso, uma vez que exige uma nova maneira de pensar e de agir – coletivo e solidário. E isso se complica quando uma boa parcela destas pessoas que compõe esses empreendimentos não possui formação básica escolar, tendo qualificação insuficiente para a gestão. (MAZZEI, 2006). O perigo está justamente na insuficiente formação democrática dos sócios que ocorre quando os trabalhadores se inserem no empreendimento enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para escapar da pobreza e para se inserir na produção social e não porque estão necessariamente de acordo com a prática autogestionária. (SINGER, 2002).

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios. A prática democrática exige uma atuação ativa dos trabalhadores, e quando estes estão regidos pela lei do menor esforço ou quando não se preocupam em discutir se determinada alternativa eleita realmente foi a melhor para dada situação ou ainda quando a desatenção vira hábito, a autogestão fica seriamente comprometida. (SINGER, 2002).

O exercício da autogestão ainda se restringe somente aos empreendimentos e ocorre com mais facilidade naqueles que são menores. Contudo, a autogestão não deveria ficar circunscrita apenas à realidade do empreendimento, deveria ser apropriada também pela sociedade. (SGUAREZZI, 2011). Mas para isso ocorrer, é

necessário enfrentar a carência de legislação e políticas públicas específicas para empreendimentos autogestionários. Que seria fundamental um maior comprometimento do poder público para a criação de políticas públicas mais efetivas voltadas para essa nova realidade. (VERARDO, 2005).

A autogestão é um conceito central, pois se distancia das relações assistencialistas e capitalistas e transita mais pela democracia. Mas apesar de ser central na Economia Solidária, ainda precisa de condições para ser efetivada, uma vez que muitos projetos são solidários e cooperativos, mas não chegam a ser necessariamente autogestionários. (LECHAT e BARCELOS, 2008).

O exercício da autogestão não está em consonância com os interesses do mercado e do Estado. Por isso, o desafio é construir uma possibilidade de organização livre e associada dentro deste contexto de disputas. Uma alternativa contra-hegemônica que possibilite um embrião de coisas novas, reinventando o ser humano pelo reencontro com o coletivo, ressignificando o sentido do trabalho. (SGUAREZI, 2011).

Outro desafio presente nos empreendimentos autogestionários é superar o paradigma da heterogestão, onde as relações do trabalho ficam subordinadas ao capital. (SGUAREZI, 2011). Porque esse paradigma heterogestionário limita a participação do trabalhador, torna descartável valores como cooperação e solidariedade, e impõe uma relação de autoridade a ser respeitada e seguida. (MAZZEI, 2006). A prática da autogestão, por outro lado, exige esforço, reflexão, atitude crítica-criativa-coletiva, e vontade política dos trabalhadores. (SGUAREZI, 2011). Por isto, trata-se de um processo que requer muita prática e vigilância. (LECHAT e BARCELOS, 2008).

Para que todos compreendam a importância da autogestão como elemento democrático, é fundamental um trabalho permanente de incentivo à inteligência coletiva. Entendendo a essência de um empreendimento solidário, os integrantes têm condições de acessar recursos que possibilitam a auto-sustentabilidade, de modo que tenham o suficiente para atender suas necessidades com mais qualidade de vida. (ZARPELON, 2007).

É necessária uma mudança de subjetividade dos trabalhadores, que englobe não somente seu caráter individual, mas também coletivo. Trata-se de superar o individualismo tão incentivado dentro do capitalismo e a falta de participação nas decisões por conta do trabalho hierarquizado. (ONUMA, MAFRA e MOREIRA,

2012). Mas não é somente os trabalhadores que precisam se readequar à nova realidade instaurada pela Economia Solidária. Na verdade, é substancial uma incorporação e uma criação de tecnologias apropriadas a esse novo tipo de relação social. (GAIGER, 2000).

5.3 Empreendimentos Econômicos Solidários

A Economia Solidária é para todos, não deve ser encarada como uma economia de pobre. (SINGER, 2000). É preciso levar o pensamento, a ação e a intervenção a um nível global. (SOUZA, 2000). E assim como ela deve ser globalizada, ela também precisa integrar o social e o econômico, que por vezes, estão separados. Ou um empreendimento é cooperativo e solidário, mas inviável economicamente, ou funciona pela lógica do interesse e tem sucesso econômico. Esta integração pode mostrar que “sem a solidariedade fica comprometida a eficiência; em sendo eficiente, o empreendimento persiste; e persistindo, reforça seus elementos solidários”. (GAIGER, 2000, p.184).

Outro ponto relevante no que tange à Economia Solidária é a dimensão das redes como instrumentos que potencializam o desenvolvimento local e sustentável, propiciando a transformação social. (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2000). Estar inserido em uma rede de colaboração e apoio mútuo, possibilita maiores chances dos empreendimentos terem êxito. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002). Uma vez que, pode se tornar uma das formas de solucionar as dificuldades de comercialização dos empreendimentos solidários. (SILVA e CARNEIRO, 2014).

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) cresceram no término do século XX e início do século XXI, por conta das transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho e no mercado, e também pelo incentivo da sociedade civil, organizações governamentais e incubadoras universitárias. (GOERCK, 2009).

Esta nomenclatura – empreendimentos econômicos solidários – tem sido utilizada para englobar iniciativas que buscam

eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por outro lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios, no plano da educação, da

qualificação profissional, da cultura e assim por diante. (GAIGER, 2000, p.177).

Existem alguns indicadores para classificar um empreendimento como solidário: a autodenominação de cooperativa, associação ou empresa autogestionária; a distribuição equitativa dos rendimentos; gestão democrática, onde a tomada de decisão se dará por meio de assembleias, conselhos e reuniões; eleição da diretoria pelo preceito de uma pessoa, um voto; existência legal definida em estatuto. (BARBOSA, 2007).

Logo, os empreendimentos solidários são organizações de natureza coletiva e permanente. Podem “ser de estrutura singular ou complexa, e se distribuem por um conjunto de atividades como produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo solidário”. (BARBOSA, 2007, p.98).

Razeto (1993) apresenta outros elementos sobre empreendimentos que ele denomina de Economia Popular de Solidariedade. São iniciativas de setores populares, com grupos de menor fonte de renda; que envolvem grupos ou famílias de forma associativa; que funciona de forma autogestionária; que enfrenta a necessidade de garantir os direitos mais básicos de forma urgente (trabalho, alimentação, moradia, saúde, educação); que incentiva relações e valores de solidariedade e cooperação; que não se limitam a um só tipo de atividade, ou seja, combinam atividades econômicas, com educativas e sociais; que pretende ser diferente e alternativo ao sistema econômico vigente; que estão inseridas em redes ou formando redes para troca de informações e ações conjuntas.

Não existe apenas uma forma de se organizar na economia popular, por exemplo, pois existem cooperativas de trabalho, de produção, microempreendimento individual, etc. (CORAGGIO, 2000). Isso também se mostra verdadeiro para os empreendimentos econômicos solidários, onde por meio do mapeamento da SENAES em 2009, foi verificado que a forma de organização predominante era de associação com 60% do total, seguida por 30% de grupos informais, e apenas 8,8% formalizados enquanto cooperativa. (SILVA e CARNEIRO, 2014, p.72).

Alguns empreendimentos podem se consolidar, operando em níveis mais adequados de eficiência, sem perder a sua essência solidária e alternativa. Isso quer dizer que empreendimentos mais fragilizados que funcionam num nível de estratégia de sobrevivência ou de subsistência, podem se desenvolver até o ponto de se

transformarem em verdadeiras estratégias de vida. (RAZETO, 1993). Essa mudança gerada pela vivência dentro de um empreendimento econômico solidário possibilita outros ganhos além do fator econômico, tais como: crescente autonomia e autoestima, identificação com o trabalho, companheirismo, conhecimento dos direitos cidadãos. (SOUZA, 2000a).

Ao pensar sobre um empreendimento econômico solidário, em termos de viabilidade e auto-sustentação, é também importante pensar suas relações com o ambiente natural e social como forma de preservar o ecossistema. Mas a viabilidade e auto-sustentação incorpora ainda outros elementos. É fundamental que o empreendimento consiga dar conta daquilo que é necessário para a sua reprodução. Que tenha a habilidade de potencializar recursos já existentes: humanos, materiais, culturais e que se encontram à sua disposição. E que ocorra num formato de geração apropriado de novas tecnologias para se tornar duradouro. (GAIGER, 2000). O aperfeiçoamento tecnológico é percebido como um fator de competência, aliado a capacidade do empreendimento de se financiar, se abastecer, escoar seus produtos e de fazer intercâmbio com outros empreendimentos. (SINGER, 2000a).

Existe uma dificuldade de sustentação por parte dos empreendimentos em razão de condições econômicas adversas e de um mercado excludente e competitivo. Contudo, estas experiências continuam representando uma alternativa expressiva de sobrevivência imediata para populações de baixa renda. (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2000). Apesar da forte reestruturação do mercado, da expansão do emprego assalariado, existe uma permanência dos empreendimentos, de modo que o trabalho associativo tem se configurado como uma opção de organização dos trabalhadores em outros setores da economia. (SILVA e CARNEIRO, 2014).

Os empreendimentos sob a luz da Economia Solidária só serão uma opção superior ao capitalismo se puderem oferecer as mesmas garantias que um emprego assalariado. Assim, para que a Economia Solidária fique à altura do capitalismo, ela teria que alcançar níveis de produção e distribuição de mercadorias equivalentes à economia capitalista. (SINGER, 2002).

Magalhães e Todeschini (2000) falam da importância de se organizar consórcios de empreendimentos do mesmo ramo de produção ou serviço aliados a estratégias de desenvolvimento que incentivem as economias locais como forma de

se prevenir contra o acirramento da competição na maioria dos setores produtivos e contra o isolamento em que vivem alguns empreendimentos.

Os empreendimentos de economia solidária enfrentam imensas dificuldades para se viabilizar a médio prazo. Isso se deve pela

falta de organizações de representação deste setor da economia e a falta de políticas nos sindicatos para a representação desses trabalhadores exigem a readequação de políticas e de organizações existentes para a interlocução com o Estado e a sociedade. Além disto, a falta de políticas públicas ou privadas voltadas para a assessoria, acompanhamento, qualificação técnica, apoio jurídico, comercialização e crédito e a falta de tecnologias adequadas às pequenas escalas de produção deixam esses empreendimentos em frágeis condições de se viabilizar em mercados cada vez mais exigentes”. (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2000, p.136).

Os empreendimentos apresentam dificuldade de formalização, de assessoramento técnico, de comercialização dos produtos, (SILVA e CARNEIRO, 2014), de acesso ao crédito e a outros serviços financeiros. (SILVA e CARNEIRO, 2014; BARBOSA, 2012). Por estas razões, as bases de sustentação para a Economia Solidária estão nas fontes financiadoras, nas redes de comercialização, na assessoria técnica e científica, no processo de formação permanente dos trabalhadores e no apoio e incentivo do poder público. (SINGER, 2000a). Além da existência de políticas públicas que estimulem e assessorem essas experiências tanto financeiramente como profissionalmente. (GOERCK, 2005).

5.4 Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária surge no Brasil como uma prática social de emancipação. Dois movimentos importantes no nordeste do país exercitaram a autogestão: o Quilombo dos Palmares (1690-1695) e a Guerra dos Canudos (1896-1897). O primeiro representava a luta dos negros pela sua liberdade. Já o segundo retratava a luta contra a seca e o poder dos coronéis. Estes dois movimentos eram considerados uma forma de resistência dos oprimidos frente ao sistema de poder imposto trazendo em seu âmago como forma de organização a autogestão. (NASCIMENTO, 2014).

No entanto, a Economia Solidária é considerada um fenômeno recente no Brasil, trazendo consigo uma crescente visibilidade econômica, social e política. Passa a ser apropriada na “disputa de identidades sociais e na esfera pública por um número cada vez maior e diverso de atores”. (SCHIOCHET, 2006, p.7).

A Economia Solidária amplia seu desenvolvimento com a crise da década de 80 e 90 que acarretou a perda de milhões de postos de trabalho, gerando desemprego em massa e acentuada exclusão social. Este cenário brasileiro exige a criação de alternativas de geração de trabalho e renda para todos esses sujeitos que estão excluídos do mercado formal de trabalho. A partir desta realidade, ocorre a organização de grupos que procuram enfrentar os problemas estruturais de trabalho elaborando outras alternativas econômicas, materializando a Economia Solidária, por meio de cooperativas e associações produtivas autogestionárias. (SINGER, 2002).

Com esta crise do desemprego e o aumento da exploração do trabalho, a Economia Solidária cresce no Brasil como um movimento de resistência social e como uma construção de outras formas de relações econômicas e sociais que transitam pelo caminho da democratização, ampliação da cidadania e o desenvolvimento justo, equitativo e solidário. Também estabelece que o ser humano e seu pleno desenvolvimento esteja no centro das relações de produção e consumo (SCHWENGBER, PRAXEDES e PARRA, 2006).

Nesse período de 1980 e 1990, ocorrem várias experiências de economia solidária, por meio de ONGs (Organizações Não Governamentais) e da Cáritas através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). (BARBOSA, 2012; 2007). Além disso, outras iniciativas se mostraram presentes, como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que construiu cooperativas agropecuárias nos assentamentos de reforma agrária; a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria; as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares; a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag) que surgiu através da transformação de empresas falimentares em cooperativas pelos próprios trabalhadores; a União e Solidariedade das Cooperativas (Unisol); a Fundação Unitrabalho que reúne mais de oitenta universidades; a fundação da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) que congrega cerca de setecentas (700) cooperativas. (SINGER, 2006).

É possível perceber que a Economia Solidária se expande nos anos 1990, estimulada sobretudo por entidades civis, mas também por entidades governamentais. O formato jurídico-institucional assumido pelos empreendimentos é de cooperativa ou associação autogerida, e busca, por meio de uma feição solidária, a substituição do trabalho assalariado convencional e a qualificação das atividades informais de trabalho. (BARBOSA, 2007).

Na maior parte dos municípios brasileiros, dentre eles, na Grande São Paulo, as ações de incentivo à Economia Solidária foram praticadas como tentativa de controlar o crescimento do desemprego na década de 1990. Durante esta mesma década, municípios situados na Grande São Paulo e em São Carlos, interior de São Paulo, tiveram ações de apoio à Economia Solidária asseguradas após eleição vencida pelo Partido dos Trabalhadores (PT). (ALVES, 2006).

Ainda na década de 1990, houve a experiência da prefeitura de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde se iniciou um trabalho de apoio a empreendimentos de economia solidária, estruturando na continuidade um conjunto de políticas sob a responsabilidade do setor de Economia Popular, na Secretaria Municipal de Indústrias e Comércio (SMIC). Outros governos municipais começaram a desenvolver políticas semelhantes no final da década de 1990. (ICAZA, 2006).

Em 1996, diversas iniciativas se fortaleceram com a iniciativa da grande central sindical CUT (Central Única dos Trabalhadores), que lutou pela Economia Solidária através de sua própria Agência de Desenvolvimento Solidário. A partir de 1997, este movimento é fortalecido com o trabalho desenvolvido pela Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho). (SINGER, 2006). Neste mesmo ano, é criado em Viamão, interior do RS, um Departamento de fomento ao associativismo. Essa iniciativa se estende para outros municípios do interior do RS, como Cachoeirinha, Alvorada, Gravataí, Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria. (ICAZA, 2006).

Em 1998 é realizado o Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias em Porto Alegre (RS). Esse evento contou com a participação de diversos países, como: México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha e Argentina. Foi elaborada uma carta que definia a Economia Solidária como sendo uma “alternativa social para a internacionalização do capital e a pobreza dos países periféricos, estabelecendo estratégias para a constituição de uma rede na região”. (BARBOSA, 2012, p.141).

Em 1999, com a eleição do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores), a Economia Solidária passou a integrar a agenda política. Foi criado o Programa de Economia Popular e Solidária, coordenado pela ECOPOPSOL (Coordenação de Economia Popular e Solidária), da SEDAI (Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais), em convênio com a Anteg (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão). (CRUZ, 2001 apud LIMA, 2004).

Este Programa é implementado realmente a partir de 2000, onde ocorre a construção da equipe estadual e a capacitação de equipes regionais; a definição dos eixos fundamentais para o foco de atuação, como a “formação e educação para a autogestão, capacitação do processo produtivo, apoio à comercialização, incubação, financiamento”; a estruturação da metodologia da capacitação em parceria com a Coppe/Rio de Janeiro e a Escola 8 de março; e a execução de uma pesquisa comportamental em conjunto com a Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), Rio de Janeiro. (ICAZA, 2006, p.176).

Com essa iniciativa foram criadas em torno de cento e vinte (120) cooperativas nos mais diversos setores de produção e serviços. Além disso, o programa prestou apoio a cooperativas de produção industrial calçadistas do Vale dos Sinos, a pequenos agricultores, ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a rede de pequenos proprietários de comércios e serviços, a cooperativas provenientes de empresas falidas. (CRUZ, 2001 apud LIMA, 2004). Mas com a saída do PT do governo estadual em 2003, o programa perdeu a prioridade. (LIMA, 2004).

Foram quase quinze (15) anos de políticas públicas de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul, desenvolvida por um tempo mais prolongado pelo governo municipal de Porto Alegre, que foi regido pelo PT do período de 1989 a 2004. E por um tempo mais breve pelo governo estadual do RS que foi assumido pelo PT de 1999 a 2002. Nesse curto período houve a tentativa de construir políticas de longo alcance para enfrentar as dificuldades no processo de organização e estruturação da Economia Solidária. (ICAZA, 2006).

Esta expansão do Partido dos Trabalhadores no espectro político gaúcho está relacionada com uma dinâmica social e política que reflete o fim dos governos autoritários na década de 80 e o início do processo de redemocratização do sistema político. (ICAZA, 2006). É inegável que a Economia Solidária, enquanto produção

associada, encontra uma forte tendência em se estruturar como uma opção de trabalho e de vida no governo petista (BARBOSA, 2007), uma vez que este Partido não só amplia os espaços democráticos antes restritos, mas, inclusive, mostra-se sensível às reivindicações desse movimento. (ICAZA, 2006).

Uma ressalva importante encontra-se no fato da Economia Solidária ter dificuldades para transcender determinados espaços políticos em vista de se identificar apenas com um partido político. Isso reduz sua ampliação dentro dos municípios. A Economia Solidária fica à mercê da disputa política que se torna mais importante que a sua consolidação e a construção de uma reflexão plural, ou seja, o movimento não consegue legitimar um lugar de política pública dentro da sociedade. (ICAZA, 2006). Assim, a estruturação da política de Economia Solidária “depende diretamente da sensibilidade dos gestores envolvidos, que por sua vez se encontram diretamente influenciados pelo grau de organização dos movimentos sociais em seus respectivos contextos”. (FRANÇA FILHO, 2006a, p.264).

Além da criação do Programa de Economia Solidária do Rio Grande do Sul, é realizado também em 2000, o I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, em Mendes, RJ. (BARBOSA, 2012; 2007). Além disso, cresce neste período o interesse pelo debate e reflexão sobre a Economia Solidária no meio acadêmico. A Universidade Federal Rural de Pernambuco, por exemplo, possuía uma orientação acadêmica de estudos sobre associativismo e era a única a ter uma incubadora de cooperativas populares naquela região até o ano de 2000. A partir de 2001, houve uma expansão, onde outras instituições como o Núcleo de Estudo na Universidade Católica e a Universidade Federal de Pernambuco também passaram a aderir a este foco de formação. (MEDEIROS e GERVAIS, 2006).

Com a realização dos Fóruns Sociais Mundiais, a partir de 2001, existe um movimento de consolidação da identidade da Economia Solidária. (SINGER, 2006). O primeiro Fórum Mundial Social (FSM) ocorrido em Porto Alegre, RS, em 2001, criou o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária para articular a discussão das entidades interessadas no tema nacionalmente e para representar as redes internacionais de Economia Solidária frente ao comitê internacional que promove as edições do FSM. (BARBOSA, 2012; 2007). Este Grupo de Trabalho

Brasileiro¹² foi constituído por organizações e diversos segmentos da Economia Solidária, como: grupos do campo e da cidade; igreja; sindicatos; universidades; movimentos sociais populares; práticas governamentais. (SEFBES, 2006). Foi criado também neste mesmo evento, a Rede Global de Socioeconomia Solidárias, tendo participação de 21 países, com o objetivo de integrar e divulgar a produção e comercialização locais e nacionais. (BARBOSA, 2012; 2007).

Em 2001 também houve a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais de Recife, onde, pela primeira vez, se possibilitou a incorporação de políticas públicas de apoio à Economia Solidária. A primeira iniciativa foi formar uma Diretoria de Economia Popular e Solidária por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), que reforçou a participação coletiva para construir junto com as organizações sociais e os cidadãos, o desenvolvimento de políticas públicas para o setor. (MEDEIROS e GERVAIS, 2006).

Existem dois exemplos que falam sobre a força coletiva dos trabalhadores, mas que não alcançam a esfera de política pública, apenas o fortalecimento do próprio empreendimento. O primeiro exemplo ocorre em Franca, interior de São Paulo, onde Makerly exigiu que o Sindicato dos Sapateiros e funcionários da empresa ocupassem a sede do banco Banespa como forma de pressionar uma resposta favorável e agilizar o financiamento solicitado para que a fábrica não fechasse e os trabalhadores pudessem assumir a gestão. Situação semelhante ocorreu em Criciúma, Santa Catarina, onde mineiros ocuparam a estrada de ferro, principal canal de escoamento de carvão para sedimentar acordos políticos com o governo federal que viabilizassem recursos para o projeto autogestionário dos trabalhadores. (BARBOSA, 2007).

Em agosto de 2001 foi criado no município de São Paulo, SP, o Programa Oportunidade Solidária pela Portaria do Secretário Municipal de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade, que tem como objetivo fomentar a Economia Solidária

¹² “As 12 Entidades e Redes Nacionais de Fomento que em momentos e níveis diferentes participam do GTBrasileiro são: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (Anteag); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Unitrabalho; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (Abicred).” (SEFBES, 2006, p.75).

junto a comunidades empobrecidas do município, especialmente, os beneficiários dos programas redistributivos de renda. (SCHWENGBER, PRAXEDES e PARRA, 2006).

Territorialmente o Programa foi ampliando a sua área de atuação. Se no primeiro ano (2001 e início de 2002) foram sete os distritos atendidos, no começo de 2003 outros 36 distritos estavam sendo cobertos. Hoje, o Programa está em 45 distritos, nas Zonas Leste, Oeste, Norte e Sul da cidade, nos bairros mais periféricos e com os mais baixos índices de IDH. Para conseguir ampliar essa cobertura, novas parcerias foram estabelecidas com entidades civis e novos instrumentos metodológicos foram desenhados a fim de estabelecer parâmetros rigorosos para o cumprimento dos conteúdos e resultados esperados”. (SCHWENGBER, PRAXEDES e PARRA, 2006, p.143).

Em relação a este mesmo Programa, a secretaria do município de São Paulo informou que havia em 2004, cerca de vinte mil (20.000) beneficiários oriundos de programas redistributivos que foram capacitados para autogestão e cooperativismo. E que trezentos (300) empreendimentos estavam recebendo apoio e acompanhamento de doze (12) incubadoras. (BARBOSA, 2007).

Em 2002, o presidente eleito no Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi o único candidato a inserir a Economia Solidária com destaque em seu programa de governo. (SINGER, 2006). A Economia Solidária se torna uma ação coletiva formalizada pelo aparelho estatal, onde existe a formulação de política pública que incentiva o desenvolvimento de práticas de geração de renda, por meio de cooperativas, mostrando que o governo pode assumir outra via para o trabalho que não apenas pelo emprego assalariado. (BARBOSA, 2007).

Neste mesmo ano é realizada a I Plenária Brasileira de Economia Solidária que “discutiu e definiu a articulação nacional de trabalhadores envolvidos com a economia solidária e entidades de assessoria”. (BARBOSA, 2012, p.142). Houve também uma discussão sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária. (SEFBES, 2006).

Em Recife, em 2002, é implementado o Programa de Apoio e Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo que tem a finalidade de apoiar a consolidação associativa já praticada por diversos grupos e setores, e a criação de cooperativas para geração de trabalho e renda em vários bairros da cidade. (MEDEIROS e GERVAIS, 2006).

Em 2002, um outro Partido, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) vence as eleições do governo estadual do Rio Grande do Sul. Ocorre uma reorganização de prioridade, onde se cria um Departamento especial fora da Sedai (Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais) para apoiar o cooperativismo, mas que, ao mesmo tempo, oferece pouco espaço para os empreendimentos de economia solidária. (ICAZA, 2006).

5.5 Economia Solidária enquanto Política Pública no Brasil

Para discorrer sobre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) criada em 2003 pelo governo Lula (PT), é necessário, num primeiro momento, detalhar sobre as Redes que se criaram antes disso, como forma de fortalecimento do movimento da Economia Solidária no Brasil. E também mencionar sobre os Fóruns que não só antecederam o surgimento da Senaes, mas, inclusive, influenciaram sua própria criação.

As redes são formas de auto-organização que envolvem entidades de fomento e apoio a movimentos associativos. Podem se ampliar para diferentes escalas, como: local, regional, nacional e internacional. As redes cultivam um traço político forte por se constituírem de experiências da própria sociedade e por serem independentes dos poderes públicos. Todavia, existe uma relação de interdependência que tende a se criar com os poderes públicos em razão da importância que a Economia Solidária tem assumido dentro de certas estruturas do governo, que podem decidir pela criação de políticas públicas para o setor. (FRANÇA FILHO, 2006). Existem duas Redes que serão brevemente explicitadas: a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), e a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária.

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES) foi criada em 2000 num encontro nacional em Mendes, RJ. (BARBOSA, 2007; PINTO, 2006). A ideia de criação dessa rede já havia surgido em 1998, no Encontro Latino-Americano de Socioeconomia Solidária em Porto Alegre, RS. Por isso, ela foi resultado de várias articulações envolvidas no desenvolvimento da Economia Solidária. Atualmente, reúne centenas de pessoas, dentre mediadores, empreendedores, pesquisadores e entidades. Os encontros e seminários nacionais são realizados a cada dois (2) anos para construir estratégias de atuação. (BARBOSA, 2007).

O objetivo desta Rede é fortalecer e articular redes regionais para divulgar grupos de produtores e consumidores, dinamizando a cadeia produtiva de Economia Solidária. (BARBOSA, 2012). Ela funciona por meio de uma rede virtual de troca de informações, mas para além disso, também possibilita uma troca de experiências em diversos níveis, como:

a formação, o conhecimento mútuo, o intercâmbio comercial, o intercâmbio de metodologias de apoio à criação de iniciativas, o espaço de debate e discussão política sobre o posicionamento da rede-movimento em relação aos poderes públicos, etc. (FRANÇA FILHO, 2006, p.67).

Já a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária surgiu em 2002, agrupando responsáveis por políticas nos níveis municipal, estadual e federal. Sua finalidade é estimular a troca de informações e elaborar propostas para políticas públicas, além de realizar projetos comuns com instâncias do governo que são consonantes ao movimento da Economia Solidária. (LAVILLE, 2006).

É justamente por causa da Rede de Gestores que o tema da Economia Solidária adquire um lugar de maior importância no interior das estruturas do governo, em especial, no nível dos municípios. (FRANÇA FILHO, 2006). A nível estadual é possível perceber também avanços nesse sentido. Um exemplo claro é o Programa de Economia Popular e Solidária do governo estadual do RS (1999-2002) que gerou mais de cento e quarenta (140) empreendimentos solidários, e por consequência, mais de dez mil (10.000) trabalhadores diretos, que foram alvos de apoio: técnico e jurídico, financiamento, comercialização, e estruturação de cadeias produtivas. (PINTO, 2006).

Por outro lado, encontram-se os Fóruns, que são espaços de agrupamento de atores num sentido mais ampliado, pois permitem a participação de representantes de instituições públicas do Estado. Eles são interlocutores privilegiados da Economia Solidária junto ao Estado, e por isso, possuem uma relação de interdependência com o poder público. Mas, ao mesmo tempo, reivindicam maior autonomia enquanto espaço de atores da sociedade civil. Seu papel envolve intervir com mais força na construção de políticas públicas por meio do encaminhamento de proposições, e conquistar um espaço razoável para consolidar institucionalmente as práticas de Economia Solidária. (FRANÇA FILHO, 2006).

Os Fóruns apresentam um caráter de militância e de assistência, e estão organizados a partir de reuniões plenárias regulares, sendo coordenados por uma secretaria executiva. Participam deste espaço: pesquisadores, entidades de apoio e fomento, atores e gestores públicos. Nestes espaços são construídas decisões fundamentais para o movimento da Economia Solidária que devem respeitar regras democráticas elaboradas pelo grupo. (FRANÇA FILHO, 2006).

Em 2003, foi fundado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) a partir da III Plenária Nacional de Economia Solidária que contou com a presença de mais de oitocentos (800) delegados (SINGER, 2006) de dezoito (18) Plenárias Estaduais. Nesta plenária foi aprovada uma Carta de Princípios que teria como finalidade ser a identidade do FBES, bem como, foi definido a composição e o funcionamento do próprio Fórum. (SEFBES, 2006).

O FBES foi criado, por iniciativa de organizações de assessorias e representação dos empreendimentos solidários, para articular as bases de Economia Solidária do país (SEFBES, 2006), buscando dar visibilidade pública para o setor, e maior reconhecimento do direito ao trabalho associado. Além disso, pretende mobilizar estratégias de integração no território dos empreendimentos, por meio da construção e do fortalecimento de redes de produção, comercialização, crédito e consumo. (PINTO, 2006).

Este Fórum reúne representações de empreendimentos de Economia Solidária de cerca de vinte (20) Estados brasileiros, bem como, de organizações e gestores públicos. (PINTO, 2006). É composto por trabalhadores, assessorias, gestores públicos e movimentos sociais que sejam consonantes ao movimento da Economia Solidária. (BARBOSA, 2012).

Sua organização contempla uma secretaria executiva, fóruns estaduais, coordenação nacional, conselho interlocutor e grupos de trabalho. (BARBOSA, 2012; 2007). A secretaria executiva oferece suporte para encaminhamento dos trabalhos do Fórum, bem como, facilita a comunicação entre as instâncias e organiza reuniões e eventos. Os fóruns estaduais são instâncias locais responsáveis pela organização da Economia Solidária na região e pela interlocução com o fórum nacional. São formados por empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos. Já a coordenação nacional é a principal instância de decisão do FBES, formada por representantes das entidades e redes nacionais, tendo três representantes por estado (dois empreendimentos e uma assessoria ou um gestor

público). O conselho interlocutor faz a comunicação com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), constituído por entidades e redes nacionais de fomento e um empreendimento de cada estado. E os grupos de trabalho, por fim, são formados conforme a demanda de ações do Fórum. Já teve GT (Grupo de Trabalho) sobre Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo. (BARBOSA, 2007).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi criada no mesmo ano que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, por iniciativa do Presidente Lula do PT, após solicitação do Grupo de Trabalho de Economia Solidária do Fórum Social Mundial (SINGER, 2006). O governo assumiu o compromisso de fortalecer a Economia Solidária, (BARBOSA, 2012; 2007) e de elevá-la como categoria de política pública. (BARBOSA, 2012). A Senaes integrava o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). (SINGER, 2006).

O surgimento da Senaes é resultado de um acúmulo de experiências em Economia Solidária que já estavam em curso. Ela não foi construída unicamente pela equipe governamental para atender determinada demanda social, como foi o caso do Programa Fome Zero. A finalidade desta Secretaria é apoiar e propiciar o crescimento das iniciativas, tendo como diretrizes as experiências e propostas já construídas por ONGs, sindicatos, igreja, empreendimentos solidários que fazem parte do movimento da Economia Solidária. (BARBOSA, 2007).

A coordenação do Senaes foi assumida pelo Paul Singer cuja indicação partiu da própria articulação nacional de Economia Solidária. (BARBOSA, 2012; 2007). A equipe foi composta por pessoas consideradas expoentes do movimento da Economia Solidária, sendo referências no processo político organizativo e de assessoria direta às experiências de cooperativas e associações populares. Em sua grande maioria, possuíam trajetória de trabalho nos governos do PT no RS, onde houve implantação de programas e expansão de experiências de Economia Solidária. Mas também existiam pessoas que estavam inseridas na Unitrabalho, na Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (RITCP), e em outras entidades de assessoria, como a Cáritas. (BARBOSA, 2007).

A Rede de Gestores organizou, em 2004, com o apoio da Incubadora Tecnológica e com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, um Ciclo de Debates sobre o papel da Economia Solidária nas políticas de trabalho, renda e

desenvolvimento como forma de contribuir para a formulação de políticas públicas que atendam as causas estruturais da pobreza e promovam inclusão social. (SCHWENGBER, 2006).

Em 2005, foi realizado novo Fórum Social Mundial em Porto Alegre, RS, sendo a Economia Solidária convidada a discutir sobre “o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente, contra os produtos nocivos das transnacionais”. E incentivada a realizar debates articulados entre as redes nacionais e internacionais. (SEFBES, 2006, p.76).

Em 2006, a Senaes era formada por uma equipe que tinha em torno de trinta (30) pessoas,

organizadas em dois Departamentos: um de Fomento e outro de Estudos e Divulgação, além do Gabinete do Secretário. Ela conta com coordenadorias de microcrédito e comercialização, de desenvolvimento local solidário, formação em economia solidária, estudos (que incluem o mapeamento da economia solidária em todo o país) e divulgação. As diretrizes de ação são discutidas em reuniões plenárias da equipe e implementadas por um comitê gestor, composto pelo chefe do gabinete, diretores dos departamentos, secretário-adjunto, assessor do secretário e secretário. (SINGER, 2006, p.202).

O plano de ação da Senaes, bem como, suas estratégias seguiam como diretriz as requisições especificadas pela Plenária Nacional e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), dispostas em grandes temas que formavam a plataforma da Economia Solidária, sendo eles: Marco Legal; Rede de Produção, Comercialização e Consumo; Finanças; Educação; Comunicação; Democratização do Conhecimento e da Tecnologia. (BARBOSA, 2007).

A Senaes promovia grande incentivo para estudos e pesquisas, valorizando, inclusive, os trabalhos desenvolvidos pela Unitrabalho e pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Por compreender que o fomento aos estudos é uma estratégia central, a Senaes possuía um Departamento de Estudos e Divulgação, que era responsável pelo conhecimento das unidades de produção e das entidades de assessoria no território nacional, dando origem a um Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies). (BARBOSA, 2007).

Além disso, a Senaes oferecia suporte a várias experiências de desenvolvimento comunitário, como formação em Economia Solidária para lideranças locais com o intuito de habilitá-las a exercer o papel de agentes do desenvolvimento. Isto foi oferecido para comunidades quilombolas, aldeias de pescadores, assentamentos de reforma agrária. (SINGER, 2006).

Havia outras duas ações políticas desenvolvidas pela Senaes. Uma delas era o incentivo à formação de redes de empreendimentos solidários, por meio do apoio material à comercialização dos produtos dos empreendimentos em feiras locais, regionais e estaduais. A outra era a preparação de anteprojeto de lei que regulamente as cooperativas de trabalho, em vista da diferença de funcionamento de uma cooperativa de trabalhadores e uma cooperativa empresarial¹³. (SINGER, 2006).

O cooperativismo que ganhou espaço no Brasil não foi aquele que traz em seu âmago a solidariedade na atividade econômica, mas aquele voltado para a agroindústria. (BARBOSA, 2007). Todavia, a Senaes não abarcava sua responsabilidade de atenção para as cooperativas agropecuárias que se associam à estratégia do agronegócio. Ela atendia e protegia apenas as cooperativas populares. (BARBOSA, 2012; 2007).

A Economia Solidária, antes mesmo da criação da Senaes, já estava sendo cogitada como instrumento de políticas por vários ministérios e secretarias do governo. O surgimento da Senaes provocou um foco unificador destes esforços. (SINGER, 2006). Houve um delineamento transversal para essa política pública de Economia Solidária, envolvendo sete ministérios, tais como: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; e Ministério da Ciência e Tecnologia. (SILVA e YAZBEK, 2012).

Todavia, o que se observa é que a Senaes tem mais trânsito naqueles organismos que já atuam com o segmento de classe social envolvido direta ou potencialmente na economia solidária, como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Ministério do Desenvolvimento p.243 Agrário (MDA) e Alfabetização de Jovens e Adultos do Ministério da Educação. O MDS, por exemplo, constituiu

¹³ Essa distinção é detalhada no capítulo 4 sobre Cooperativismo desta dissertação, no subitem 4.4 Universo das cooperativas, nas páginas 76 a 81.

em 2005 um programa denominado Programa de Desenvolvimento Socioeconômico Solidário, inteiramente voltado para a geração de renda para a população usuária dos serviços do ministério, como os programas de transferência de renda. Trata-se de geração de renda na perspectiva da economia solidária, com trabalho coletivo autogestionado e voltado para o desenvolvimento do território socioeconômico. O documento operacional afirma que esse programa será a vertente emancipatória da atuação do ministério, complementando aquela mais compensatória, de transferência de renda do Programa Bolsa Família e do Programa Fome Zero. A atuação da Senaes está prevista na própria seleção dos projetos das entidades locais. (BARBOSA, 2007, p.242).

A proposta de transversalidade e parceria da Senaes com outros ministérios revelou a possibilidade de dois quadros: por um lado, a fragilidade do poder frente às negociações de governo para elevar a Economia Solidária à condição política exigida; e por outro lado, a valorização de uma gestão interdisciplinar permeada por diversos interesses. (BARBOSA, 2012).

Em 2014, na III Conferência Nacional de Economia Solidária, a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT), assumiu o compromisso de fortalecer a Política Nacional de Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento para o país. (CEFURIA, 2016).

Em janeiro de 2016 é realizado o Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS). Neste dia, organizações e empreendimentos solidários ligados ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) fizeram uma campanha de mobilização contra a extinção da Senaes, por conta de mudanças no Ministério do Trabalho e Previdência Social. Foi entregue também uma carta destinada a presidenta Dilma Rousseff e ao ministro Miguel Rosseto do Ministério do Trabalho e Previdência Social, explicando sobre a importância da permanência da Senaes como política do governo. (CEFURIA, 2016).

Em junho de 2016, o poder executivo apresenta ao Congresso Nacional, a PEC 241/2016, uma proposta de emenda para a Constituição com o objetivo de estabelecer um novo regime fiscal para o país, que implica num parâmetro pré-determinado para o gasto público. (ADUFOP, 2016).

Em agosto de 2016, o Senado Federal aprovou, com sessenta e um (61) votos a favor e vinte (20) votos contrários, o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff (PT) após dois anos de cumprimento de mandato, onde foi reeleita por 54,5 milhões de votos. Com a sua destituição, o vice-presidente Michel Temer

(PMDB) assume o poder. (CORREIO DO POVO, 2016). Assim, que o Temer assumiu a presidência, inúmeras Secretarias do governo foram extintas, dentre elas, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).

A acusação para justificar o processo de impeachment foi de que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal ao editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional e atrasar o repasse de recursos do Tesouro a bancos públicos para pagamento de programas sociais. Contudo, Dilma não só negou ter cometido esses crimes como alegou que estava sendo alvo de um golpe parlamentar. (CORREIO DO POVO, 2016).

Nove especialistas estrangeiros¹⁴ em Direitos Humanos analisaram o processo de impeachment e concluíram que se tratava de um golpe contra o Estado democrático no Brasil, violando todos os princípios do processo democrático e da ordem constitucional brasileira. Alegam que não houve delito de responsabilidade ou de conduta dolosa por parte da presidenta Dilma. Este golpe teve motivações relacionadas com o desconforto das elites frente a ampliação de acesso das camadas mais pobres aos recursos de consumo da sociedade, e frente à expansão dos gastos com programas sociais como medidas de redução das desigualdades sociais. (SUL21, 2016).

Em novembro de 2016, durante o governo de Michel Temer (PMDB), o Senado Federal aprovou a PEC241/2016 ou PEC55/2016, que estabelece um limite para os gastos públicos pelos próximos vinte (20) anos. Esse limite é equivalente ao valor gasto no ano anterior, corrigido pela inflação. (CORREIO DO POVO, 2016a). Esta emenda foi duramente criticada, pois fere diretamente os trabalhadores e servidores públicos. Também fere a área de educação e saúde, no momento que altera os critérios para o cálculo das despesas mínimas, que passariam a ser

¹⁴ “Participaram do corpo de jurados o bispo mexicano Raul Veras, que ficou conhecido por suas ações em prol dos direitos humanos quando era frei dominicano e concorreu ao Prêmio Nobel da Paz em 2010; o advogado e político mexicano Jaime Cárdenas; o jurista italiano Giovanni Tognoni, membro do Tribunal Permanente dos Povos; a senadora pelo Partido Comunista Francês Laurence Cohen; a filósofa espanhola Maria José Dulce, especialista em temas ligados à globalização; a advogada norte-americana com ascendência iraquiana Azadeh Shahshahani, especializada em defesa dos direitos humanos de imigrantes muçulmanos; o jurista e acadêmico costa-riquenho Walter Montealegre; o professor de Direito colombiano Carlos Augusto Argoti, da Universidade de Rosário, em Bogotá; e o argentino Alberto Felipe, professor da Universidade Nacional de Lanús”. (SUL21, 2016).

corrigidas pela variação da inflação do ano anterior, sem possibilidade de aumento real. Caso houver crescimento econômico, a PEC 55/2016 não permite a revisão do congelamento. (ADUFOP, 2016).

Manifestantes, dentre eles, estudantes, trabalhadores e representantes de movimentos sociais se mobilizaram no país inteiro contra o impeachment da presidenta Dilma e contra a aprovação da PEC55. Mas houve mobilizações contra outras reformas que também estavam sendo aprovadas sem diálogo com a sociedade. A reforma do ensino médio que retira da grade curricular disciplinas como arte, filosofia, sociologia e educação física. E a reforma previdenciária que determina que só terá direito à aposentadoria integral quem contribuir para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) por quarenta e nove (49) anos.

6. O TEMPO COMO FIO CONDUTOR DA ANÁLISE

O tempo foi o eixo central desta dissertação e seguiu sendo a linha condutora da análise dos dados. Três categorias finais foram analisadas e cada uma delas corresponde a um objetivo específico desta pesquisa, foram elas: Trabalho, Cooperativa e Economia Solidária. Cada categoria final surgiu por meio do agrupamento de categorias iniciais e intermediárias. Optou-se em mencionar apenas as categorias iniciais, primeiramente, de forma breve, no início de cada categoria final, para mostrar o direcionamento que foi dado. Em seguida, um detalhamento delas, revelando não apenas o conteúdo das entrevistas dos sujeitos pesquisados, mas também, percepções da pesquisadora e o entrelaçamento deste conteúdo com teóricos que complementaram, fortaleceram ou questionaram essas formas de apreender a realidade. Abaixo segue quadro ilustrativo das categorias de análise.

Quadro 3: Categorias de análise

Categorias finais	Categorias Intermediárias	Categorias Iniciais
Trabalho	Sujeito	Sujeito
	Trabalho	Trabalho Renda Mudanças
Cooperativa	Cooperativa	Caracterização da cooperativa Viabilidade Desafios Sonhos
Economia Solidária	Formação	Formação
	Rede	Rede Assessoramento
	Gestão	Gestão Produção

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora. (ARNS, 2016).

6.1 Trabalho

A categoria final Trabalho foi diretamente relacionada com o objetivo específico um (1) desta pesquisa, ou seja, o tempo de retorno imediato para satisfação das necessidades básicas do sujeito, como forma de garantir a sobrevivência. Essa análise só foi possível porque para abarcar a sobrevivência é preciso saber de que **sujeito** está se falando, os elementos que permitem não só sua identificação, mas também, que contam um pouco de sua história. É importante também conhecer a trajetória de **trabalhos** realizados por esses sujeitos. Em seguida, compreender de que forma foi obtida a **renda** destes trabalhos. Por fim, apreender as **mudanças** geradas em torno do trabalho e da renda para a vida destes sujeitos.

Dando seguimento ao maior detalhamento das categorias iniciais, o **sujeito** revelou que o ano de nascimento da maior parte dos cooperados entrevistados fica no final da década de 1960, e apenas um nasceu no final da década de 1990. Esses três cooperados que nasceram na década de 1960, possuem uma escolaridade de certa forma similar. Houve quem tendo cursado o ensino fundamental completo, chegou a iniciar o primeiro ano do ensino médio, sem concluí-lo. Outro sujeito apresentou o ensino médio incompleto, cursando até o terceiro ano, mas não o concluiu. E por fim, um ensino médio completo. Em relação ao quarto cooperado, mais jovem, houve conclusão do ensino médio e está fazendo pré-vestibular para poder cursar uma faculdade.

Imagina-se que os adultos não tiveram as mesmas condições que este jovem que se encontra na cooperativa para dar continuidade à sua formação. Mas vale acrescentar que esta não é uma particularidade deste jovem entrevistado para a pesquisa. Nas conversas com os trabalhadores que contribuíram para a fundação da cooperativa, esse aspecto do incentivo para a continuidade da formação dos jovens foi muito enaltecido. Assim, estes adultos tentam proporcionar essa possibilidade para os mais jovens da cooperativa, pois entendem que esse é um futuro que tende apenas a fortalecer a cooperativa.

Existem familiares que trabalham na cooperativa, tais como, cônjuges, filhos e cunhada; pais e irmãos; e tios. É ressaltado que eles estão em família. Há uma constatação de que parcelas crescentes da população passaram a depender de atividades cujo trabalho é feito de forma familiar ou associativa. (KRAYCHETE,

2000). A partir da década de 1980, ocorre uma gradativa multiplicação de empreendimentos associativos de caráter comunitário e familiar. Os empreendimentos menores costumam ser uma experiência de vida econômica oriunda de uma unidade familiar. E a partir do agrupamento dessas experiências, essas unidades caminham para a construção de um empreendimento. (GAIGER, 2000). É muito comum que os empreendimentos da agricultura familiar sejam quase sempre formados por uma família, onde os membros trabalham coletivamente para usufruir dos resultados de sua atividade. (SINGER, 2000a).

O **trabalho** inicia mostrando como era em relação aos trabalhos anteriores. Já houve quem trabalhasse em outra cooperativa, maior, agrícola e pecuária, denominada de agropecuária, que durou cerca de 10 anos e depois foi liquidada, e também, em grupos de forma informal. Também houve quem trabalhasse de forma individual na agricultura junto à sua família. Houve ainda quem trabalhasse com agricultura durante toda sua vida, sempre “na roça a vida inteira” (C3, L109). Os trabalhos anteriores vivenciados por estes cooperados parecem demonstrar uma preponderância na área da agricultura, que não é apenas um trabalho oriundo da unidade familiar, mas, inclusive, parece fazer parte da identidade destas pessoas. Elas nasceram e cresceram neste meio. Sua aprendizagem e vivência estava voltada para isso.

Mas houve quem já teve que trabalhar como faxineira, logo quando chegou no assentamento, como forma de garantir alguma renda. Ou então, quem teve que sair do trabalho anterior – uma cooperativa de agropecuária – que foi à falência para a cooperativa pesquisada. Estas duas situações mostram estratégias de enfrentamento adotadas pelos cooperados como forma de garantir sua sobrevivência. Na primeira, como forma alternativa para complementar a renda que ainda era insuficiente na época. Na segunda, por buscar um trabalho novo onde pudesse se inserir. A singularidade dessas escolhas revela que a reprodução do particular exige uma eleição de interesses e necessidades a partir de cada realidade. (HELLER, 1991).

Sobre como era em outros trabalhos, ou seja, como era o funcionamento de um determinado trabalho, foi explicado que eles eram pequenos agricultores e que naquela condição trabalhavam para o patrão, onde a decisão cabia somente a ele e nunca aos agricultores. Essa é uma prática muito comum nas empresas capitalistas, pois o poder é hierarquizado. A decisão, portanto, está concentrada nas pessoas

que possuem maior capital individual investido na empresa. (SINGER, 2000a; CRÚZIO, 2001).

Também foi dito que as experiências na cooperativa de agropecuária eram muito diferentes, muito mais difíceis, relativo tanto ao foco que se tinha, e ainda por haver muito mais pessoas envolvidas. Referente a esse último aspecto, há uma grande dificuldade de implementar princípios igualitários, socialistas e democráticos em empresas ou cooperativas de grande porte. Quanto maior a empresa ou cooperativa, mais difícil se tornam as decisões realizadas coletivamente. (SINGER, 2000).

Houve quem informasse que trabalha somente na cooperativa, e que apenas com isso já falta tempo. O motivo pelo qual trabalha somente na cooperativa atual é porque acredita neste trabalho que contempla a agroecologia, e que este movimento apoia toda essa questão de trabalhar no coletivo, e onde se percebem as conquistas que vão se fazendo. Esta experiência traz consigo uma profunda convicção: de que vale a pena investir num trabalho coletivo que defende uma ética de cuidado com o meio ambiente e com as pessoas. Isto pode ser considerado a reinvenção do humano pelo seu encontro com o coletivo, onde a autogestão propicia o reencantamento do humano, buscando dar um novo significado não apenas para o trabalho, mas também para o sentido da vida. (SGUAREZI, 2011).

Uma das dificuldades enfrentadas pelo sujeito ao trabalhar na cooperativa foi relacionada ao fato de serem agricultores e terem dificuldade para lidar com a documentação. Que quando precisam utilizar o computador, possuem muita dificuldade, pois não se “aprendeu a mexer com estas coisas” (C3, L164-165). Já se ajudou na parte administrativa, mas tem que entrar em contato constantemente com contador ou com outra pessoa, porque se tem dificuldade de “mexer com essas coisas de computador” (C3, L167-168). Existe uma facilidade para capinar, plantar, para fazer pão, mas para “mexer com a papelada” (C3, L169), é uma área mais difícil. Outra dificuldade é quando se encaminha projeto para financiamento, pois é necessário contatar muitas pessoas, dentre elas, as que auxiliam na construção do projeto. São feitos muitos questionamentos, esclarecimentos para que seja possível elaborar um projeto. O processo costuma ser difícil.

Estas dificuldades demonstram que o rodízio de tarefas dentro de uma cooperativa de Economia Solidária não é uma tarefa simples. Porque todas as demandas que comportam uma cooperativa não terão apropriação aprofundada de

todos os sócios. As pessoas vão se sentir muito mais confortáveis nas tarefas que possuem domínio, e encontrarão dificuldades naquelas tarefas das quais não gostam ou que possuem uma apropriação mais superficial de conhecimento.

Porém, existiu também a percepção que não há dificuldade para trabalhar na cooperativa. De considerar até estranho não encontrar nenhuma dificuldade, de não haver recordação, pois ocorre um entendimento entre as pessoas, onde elas se completam. Essas percepções parecem revelar que não existem dificuldades na relação entre os trabalhadores do empreendimento. Todavia, não alcançam a autorreflexão de alguma dificuldade que o próprio cooperado possua para trabalhar na cooperativa.

O ritmo de produção da cooperativa mostrou que nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março existe um atraso da produção, pois diminui muito a demanda da padaria. Em função do verão, diminui também a produção da horta, se trabalhando menos nesse período. Parece ser um dos poucos períodos do ano em que os cooperados não ficam tão sobrecarregados com as inúmeras atividades com os quais estão envolvidos.

O trabalho em sua maior parte é feito de forma manual, pois é visto como uma agressão colocar máquinas pesadas para remover a terra, uma vez que existem muitos seres vivos, e isso poderia prejudicá-los. Por esse motivo, se usa muito pouco a máquina. O trabalho, neste sentido, é, de fato, muito cuidadoso e respeitoso com o meio ambiente. Não há utilização de agrotóxicos, e os adubos são naturais. A preocupação está em produzir em harmonia com a natureza, evitando ao máximo qualquer tipo de agressão. Isso vai ao encontro de um dos princípios da Economia Solidária: de preservar os recursos naturais e contribuir para o desenvolvimento local sustentável. (CARTILHA, 2006).

Houve a compreensão de que existem desvantagens de ser trabalho individual, pois percebe que uma pessoa num pequeno grupo familiar teria dificuldades para encontrar fontes de investimento sem pertencer a uma cooperativa. Todavia, mencionou que outras pessoas que trabalham individualmente, demonstram certa resistência ao trabalho coletivo, apesar da cooperativa pesquisada mostrar os resultados que podem ser alcançados por meio desse formato. Alguns posicionamentos semelhantes revelam que existem vantagens do trabalho coletivo na Economia Solidária, uma vez que este formato possibilita para aqueles trabalhadores que estavam excluídos socialmente, uma

estratégia de organização socioeconômica que não era mais viabilizada de forma isolada. (GAIVIZZO, 2006). E possibilita também uma forma de conseguir sobreviver e gerar renda. (GOERCK, 2009).

A sobrevivência do grupo enquanto informal era de “viver com aquilo que tinha” (C3, L122), porque quando se estava no acampamento “não se tinha nem aquilo, e se vivia igual” (C3, L123-124). A situação como grupo informal no assentamento já estava bem melhor do que todos os anos em que se morou “embaixo da lona preta na beira da estrada” (C3, L125-126). Já a sobrevivência em razão da agricultura familiar se deu pelo fato de as pessoas que viviam da agricultura possuírem “quase um rancho” (C1, L102-103) que se fazia a partir da lavoura, ou seja, tinha aipim, leite, uma porção de carne, verdura. Se tinha quase tudo “em casa” (C1, L104), da própria produção, se comprava muito pouco. Então, em razão da agricultura familiar se conseguia o suficiente para sobreviver, pois havia garantia de parte da alimentação que era produzida, de modo “que dava para se virar” (C1, L110). Esta costumava ser também a **renda** mensal no início do grupo enquanto informal. Era a divisão da mercadoria, pois não havia ainda um valor, dinheiro. Se dividia por família alguns pães, algumas verduras. Quando carneava um animal, cada família recebia um pouco de carne. Essa era a forma de ganho.

Esta forma de renda é oriunda de um trabalho enquanto “work”, enquanto trabalho concreto para a produção de valores de uso, ou seja, de subsistência. Expressa uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. (ANTUNES, 2005). Trata-se de um trabalho para o próprio consumo, para um meio de existência. A mercadoria, neste caso, possui um valor de uso particular, que se constitui numa utilidade, em um objeto de uma necessidade determinada para quem o produz. (MARX, 2008).

A vantagem de uma cooperativa de agricultura familiar está justamente nisso: ela consegue, no seu início, ao menos garantir o alimento, porque ela própria o produz. Mas quando nos deparamos com cooperativas de resíduos sólidos, por exemplo, elas necessitam da renda monetária para adquirir seu alimento. Sua forma de subsistência mínima, pensando a partir da alimentação, só será possível com a arrecadação de uma renda monetária mínima. Neste caso, o trabalho terá que ser necessariamente abstrato, para haver troca de mercadoria (resíduos sólidos), para ser vendida no mercado e gerar lucro. Somente a partir daí, será possível garantir o alimento.

A partir de 1997, 1998 o grupo informal começou a ter um ganho mensal, considerado um valor simbólico, pois era uma retirada de mais ou menos R\$100,00¹⁵. Estava longe de ser um salário. Já a renda mensal no início da cooperativa, em 2001, girava em torno de um salário mínimo¹⁶ por pessoa. Ainda considerado um baixo valor. Este início evoluiu de forma muito devagar, pois tudo é considerado uma engrenagem, precisava de planejamento e organização. Já a renda mensal quando entrou na cooperativa, em 2010, era em torno de R\$2.000,00¹⁷. E quando entrou em 2014, era de R\$ 1.500,00¹⁸. A renda mensal atual na cooperativa, no ano de 2016, está em torno de R\$4.000,00¹⁹. O valor mínimo tem sido em torno de R\$2.000,00 a R\$ 2.500,00²⁰. Este valor mínimo é dado para quem trabalha meio turno.

Em levantamento realizado em 2009 pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) foi realizado um mapeamento de Economia Solidária no Brasil, que ocorreu entre os anos de 2005 a 2007, sendo abordados 21.859 empreendimentos de 2.934 municípios brasileiros. Neste levantamento, foi verificado que 60% dos empreendimentos possuíam um faturamento médio mensal inferior a R\$ 5.000,00. (SILVA e CARNEIRO, 2014, p.74).

A renda mensal no início da cooperativa, em 2001, era insuficiente para suprir as necessidades básicas, se “trabalhava muito por amor mesmo” (C3, L118), por acreditar que ao trabalhar em grupo haveria a conquista daquilo que se queria. Já outro sujeito, quando entrou na cooperativa em 2007, mencionou que a renda mensal supria o básico, porque eles tinham justamente a garantia da alimentação. Ou ainda que era suficiente para suprir as necessidades pessoais, tanto no ano de 2010 como no ano de 2014, “pois dava para o gasto” (C2, L35). Contudo, não havia renda suficiente para investimentos em infraestrutura no início da cooperativa, por se tratar de um período difícil.

Fica clara que a percepção de renda suficiente para suprir as necessidades básicas está diretamente relacionada com a fase da cooperativa. A pessoa que se encontrava desde o início da cooperativa se distingue das demais, justamente

¹⁵ Equivalente a \$29,79 (TCM, 2016)

¹⁶ Equivalente a R\$ 880,00 em 2016 (MTE, 2016) e \$262,05 (TCM, 2016)

¹⁷ Equivalente a \$595,42. (TCM, 2016)

¹⁸ Equivalente a \$446,57 (TCM, 2016)

¹⁹ Equivalente a \$ 1.190,67 (TCM, 2016)

²⁰ Equivalente a \$744,17. (TCM, 2016)

porque teve a vivência desse período mais difícil, de privação de necessidades básicas, que vão além da renda e do alimento. Com o passar do tempo, é possível perceber uma melhora neste sentido para os cooperados. Mas apesar de ter havido um crescimento da renda ao longo dos anos, esse período mais inicial, de 2001 a 2007, não permitiu investimentos na cooperativa, pois a atenção ainda estava voltada em suprir as necessidades dos cooperados.

A principal fonte de renda é da cooperativa. Para 50% dos entrevistados é a maior parte da renda, para o restante é a única e principal. Para um deles, a renda complementar vem de uma parceria em outra área, onde há produção de arroz. Essa renda é uma vez ao ano. Para outro, a renda complementar vem de um trabalho como funcionário público, como educador para jovens. Nos dois casos, essas rendas complementares são um leve acréscimo, mas o ganho substantivo é proveniente da cooperativa. Isso demonstra que a cooperativa é capaz de viabilizar a autonomia econômica desses cooperados.

A renda é variável, ou seja, existe diferenciações nas retiradas. Mas isto nunca causou conflito com ninguém. Se a diferença não é muita, não há importância. Quem trabalha meio turno, por exemplo, recebe diferente de quem trabalha integralmente. Essa diferença no valor da retirada, não é feita nem pelo período de cada sócio na cooperativa ou pela atividade, ocorre pela função que a pessoa desenvolve. Não existe retirada definida, “[...] não é tu vai mais cedo, tu ganha mais, não é isso. Nem é pela estrutura, a estrutura é da cooperativa, não é tenho mais cota, vou receber mais, não é isso, isso também não, não é um critério” (C1, L481-484). A diferenciação, que é mínima, é pela função. Foi proposto isso, e as pessoas aceitaram. A diferença é pequena, pela função, e não existe reclamação a respeito. Foi uma decisão do grupo para haver diferenciação no valor das retiradas.

Além disso, a renda é variável de acordo com a produção, isto é, não é fixa, pois varia conforme o mês, de acordo com a produção e venda. No início da cooperativa, a renda era de acordo com o período trabalhado, onde se contabilizavam as horas trabalhadas, quanto mais horas a pessoa fazia, mais ela recebia. Parte deste raciocínio ainda permanece quando a renda na cooperativa atualmente é de acordo com o período trabalhado, quando há a percepção de que existem pessoas que trabalham mais e outras trabalham menos. Quem trabalha meio turno, vai receber apenas por estas horas trabalhadas. Ou quando alguém

participa de várias feiras de comercialização, trabalha mais, por consequência, também recebe mais. Neste último caso, a renda é maior para quem trabalha mais. Se alguém trabalha muito mais, no fim de semana, nas feiras, tem extra, ganha por consequência “um pouquinho mais” (C2, L255), pois isto é considerado justo. O combinado é que os jovens, por estarem estudando e trabalhando estão na faixa dos R\$ 2.000,00. E quem trabalha em tempo integral é em torno de R\$ 4.000,00.

Em empresas solidárias assim como em cooperativas, os sócios não recebem salário, mas retiradas que variam de acordo com a receita obtida. A diferenciação ou não das retiradas são decididas pelos sócios, coletivamente em assembleia. Existem empresas solidárias ou cooperativas que optam pela igualdade de retiradas, tanto por uma questão de princípio, como pelo fato de, geralmente, os trabalhos serem executados de forma quase idêntica. Contudo, a maioria das empresas solidárias ou cooperativas adotam certa desigualdade das retiradas. Apesar de mostrar uma lógica similar à de empresas capitalistas, essa diferenciação costuma ser bem menor. Muitas empresas solidárias ou cooperativas fixam limites entre a menor e a maior retirada. Os motivos pelos quais a maioria dos cooperados aceita essa desigualdade de retiradas varia de um empreendimento para outro. Em algumas, se considera natural que certos trabalhos tenham um valor maior do que outros, havendo assim, uma defesa de uma hierarquia profissional a que já foram acostumados pelo sistema capitalista. (SINGER, 2002).

A hierarquia é considerada uma característica da vida cotidiana, que pode se modificar de acordo com os valores de uma determinada época. (CARVALHO, 2000). Ela não é eterna e definitiva, pode ser alterada pela influência de diferentes estruturas econômicas-sociais, ou seja, pela época em que se vive, pela forma de produção, e pelo lugar ocupado pelo indivíduo na sociedade. (HELLER, 2008).

Todavia, existe a menção de que a divisão das sobras é feita por igual, onde todo mundo recebe o mesmo valor, pois se entende que sobra é sobra. Porque “a gente quer crescer junto” (C3, L590), ninguém tem que ser mais ou menos favorecido. Todos trabalham com o mesmo objetivo, e se dedicam. Assim tem que ser, tem que ser certo. Esta é a justificativa para as sobras serem divididas de forma igualitária. E além disso, se tem a compreensão que a renda no coletivo é maior, ou seja, aquilo que se ganha no coletivo é muito maior daquilo que se ganha no individual. Então, “se não funcionar o coletivo, o rendimento como um todo não vai andar bem” (C2, L258). Uma reflexão sobre a renda que foi feita é de que as

peças que trabalham meio período, deveriam receber o mesmo valor de quem trabalha integralmente, pois estas pessoas que estão estudando no outro período, futuramente estarão trabalhando na cooperativa. Mas isto não foi discutido internamente ainda.

Esta reflexão sobre a renda questiona diretamente uma escolha assumida pela cooperativa. A vida cotidiana está carregada de escolhas que podem ser completamente indiferentes do ponto de vista moral ou podem ser moralmente motivadas. Quanto

maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana. Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevará (através da moral) à esfera da genericidade. (HELLER, 2008, p.39-40).

Desta forma, a coexistência da particularidade e da genericidade se modifica. No entanto, a elevação do humano-genérico (genericidade) não envolve de nenhuma maneira a abolição da particularidade. A grande maioria das escolhas e ações possuem motivação heterogênea, ou seja, compreendem a esfera da particularidade. Assim, as motivações particulares e as genérico-morais se unem, fazendo com que a elevação do particular-individual jamais se desenvolva de maneira completa e tampouco deixe de existir inteiramente. (HELLER, 2008).

A percepção da mudança da renda quando entrou na cooperativa pesquisada está relacionada aos benefícios sentidos na vida de alguns cooperados. Primeiro a renda financeira mudou, assim como, a qualidade de vida. É possível disponibilizar “bem mais coisas” (C2, L29), pôde fazer casa nova, sair mais para viajar. Também houve relato de que esse aumento de renda ajuda na sua própria sustentação, como também, é suficiente para auxiliar os pais que se encontram numa “condição baixa”²¹ (C4, L60). Assim, a renda passou a possibilitar tanto a ampliação da qualidade de vida, como o cuidado com os familiares que estão distantes.

²¹ Não é possível dimensionar ao certo quão inferior seria a situação desses familiares. No entanto, sabendo que esse sujeito cooperado recebe em torno de R\$ 2.000,00 mensais, é possível pressupor que a renda desses familiares seja inferior a isto.

As mudanças percebidas na vida dos cooperados desde que começaram a trabalhar na cooperativa foram bem variadas. Numa das experiências, houve mudanças significativas. Porque primeiro não se tinha a terra, os pais eram apenas arrendatários. Uma vez conquistada a terra, vieram para o assentamento. Havia um trabalho no qual não se respondia mais a um patrão, os trabalhadores respondiam entre si, contribuindo para o desenvolvimento da autogestão. Isso revela uma outra classe trabalhadora que possui meios de produção próprios, que não explora o trabalho de outros. Essa classe representa o que pode ser denominado de produção simples de mercadorias. (SINGER, 2000).

A partir dali as coisas começaram a se alinhar, dava para viver com aquilo que se produzia. Foi muito significativo olhar para toda a história, tudo aquilo pelo qual as pessoas tiveram que passar que nem se compara com a qualidade de vida que se tem atualmente. Hoje se tem amigos, liberdade para estar em seu espaço, se conhece e se visita todo mundo. Às vezes existem divergências, mas isso faz parte de quem trabalha em coletivo, pois se “discute muito até resolver as questões” (C3, L154-155).

Essa mudança implicou numa vida melhor, não apenas no sentido de poder consumir mais com menor esforço produtivo, mas também de possuir um melhor relacionamento com familiares, amigos, vizinhos. Existe liberdade para escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação, para não ter que seguir ordem de alguém, para participar integralmente das decisões que o afetam. E existe a segurança de cada um saber que seus familiares, sua comunidade e seus colegas de trabalho jamais o deixarão desamparado. (SINGER, 2002).

Outra experiência também demonstra que a melhora foi significativa. Pois na medida em que houve melhor planejamento do trabalho, mesmo com o aumento das tarefas, havia a reflexão de que a vida das pessoas não se resumia somente a isso. Então a meta estava direcionada em alcançar um período de férias. Todavia, não se alcançou ainda as férias, mas algumas folgas. É possível hoje sair uma semana com a família, fazer uma programação. Há condições de fazer uma pausa por uma semana ou duas para sair, viajar, visitar a família. Já existe o período propício para folga do trabalho, onde se consegue ficar longe da cooperativa e ter tempo para si. Existe essa possibilidade de se programar no tempo e também ter condições de pagar uma viagem. Assim, houve uma melhora significativa nas condições pessoais da família.

Já outra experiência concentra suas mudanças relacionadas a uma possibilidade de adquirir um conhecimento que ainda não tinha, de poder estudar mais, inclusive, naquilo que gosta de fazer – na agricultura. E também de possuir mais acessibilidade, porque o poder aquisitivo melhorou e isso se torna importante para a família, possibilitando viagens, inclusive, pelo próprio país, pelo menos uma vez ao ano. Existe uma apreciação em conhecer o próprio país, pessoas de outras regiões. Isso tudo possibilitou uma transformação.

Essas duas experiências compartilham com o conceito de reprodução ampliada de vida, onde não se busca unicamente a acumulação do capital (GAIGER, 2000), mas também a qualidade de vida e tudo que está implicado nela. A vida cotidiana é heterogênea, tanto no que se refere ao conteúdo e ao significado como na importância dos tipos de atividades que as pessoas possuem. A organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso são consideradas partes orgânicas da vida cotidiana. (HELLER, 2008). Mas há quem diga que o lazer é, para uma grande maioria, uma ruptura momentânea com o cotidiano. (LEFEBVRE, 1991).

Por fim, existe a experiência de que a mudança na sua vida a partir do trabalho na cooperativa foi ótima, pois mesmo que não estivesse recebendo o atual salário, já estaria valendo à pena só pelo fato de estar neste lugar, tendo uma vida melhor, inclusive, de estar se alimentando de forma mais saudável. Houve apenas uma vez que teve resfriado desde que veio para o assentamento, ao contrário do que acontecia quando estava com os pais, que ficava resfriado no verão e no inverno. Acredita que seja pela mudança do hábito e pela alimentação, por não estar consumindo tantas “porcarias” (C4, L74). Sua vida mudou 100% em relação à alimentação, paladar e aos costumes. Levou cerca de um mês para se adaptar. Percebe ter gostado desta mudança, que não pretende mais sair deste lugar. Faz a tentativa de mudar seus pais, que estão longe, para que assumam esta nova forma de vida com a qual se adaptou. Foi uma mudança radical, porque seu mundo anterior era totalmente diferente deste atual. Veio de um assentamento onde seus pais também são agricultores, mas não trabalham com orgânicos. Tinha o costume de consumir todo tipo de produto, os quais geralmente não eram orgânicos nem integrais. Antes acreditava que não conseguiria viver deste jeito, e hoje vive e não quer mais mudar, quer continuar desse modo e fazer uma formação futura voltada para isso.

Esta também é outra mudança percebida em sua vida com o trabalho na cooperativa: a possibilidade de ter incentivo para dar continuidade aos seus estudos. Algo que os seus pais não teriam condições de proporcionar. Existe dúvidas ainda sobre qual faculdade pretende fazer, mas acredita que será gastronomia, nutrição ou agronomia. Pois pretende ficar trabalhando junto com a cooperativa e são áreas com as quais se identifica. Neste caso em especial, as mudanças foram voltadas para um aprimoramento pessoal, tanto no cuidado com seu corpo, sua saúde e sua alimentação; quanto na possibilidade de crescimento profissional.

6.2 Cooperativa

A categoria final Cooperativa está relacionada com o objetivo específico dois (2) desta pesquisa, ou seja, com o tempo que a cooperativa precisa para se tornar viável economicamente para seus cooperados. Para analisar esta categoria, foi necessário compreender a cooperativa como um todo. A partir da **caracterização da cooperativa** houve a compreensão da sua história, de que forma está estruturada, bem como, os eixos que a movimentam. Com a **viabilidade**, mostrou-se o processo que a cooperativa teve que percorrer para alcançar autonomia financeira e espaço no mercado. Ainda existem **desafios** enfrentados pela cooperativa para que ela possa alcançar o funcionamento em sua plenitude. E existem **sonhos** que cultivam desejos para um outro modo de produção na sociedade e para o crescimento da cooperativa.

A **caracterização da cooperativa** revela, primeiramente, que o número de trabalhadores envolvidos diretamente na produção do empreendimento são doze (12) pessoas. Mas existem mais associados que estão liberados para participar do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), do qual a cooperativa é oriunda. Quanto ao número de homens e mulheres na cooperativa, foi dito tanto que está meio a meio, como que existem mais mulheres que homens. Quanto aos jovens na cooperativa, existem filhos de assentados e filhos dos próprios cooperados. Eles trabalham e estudam. Se pensa que os jovens são o futuro. Para não deixar as pessoas saírem da parte agrícola, se dá mais incentivo. É uma “gurizada nova” (C1, L244) que está vindo, até de outros lugares, estudam meio período e trabalham outro meio período. Alguns mudaram com a experiência. Recebem uma cota, um

incentivo, como se fossem trabalhar integralmente. Existe, por parte dos jovens, uma manifestação de contentamento com isso.

Esta é uma cooperativa formada por agricultores familiares. Esse ramo é representado pela produção agrícola ou pecuária numa pequena extensão de terra, tendo geralmente como mão de obra da própria família proprietária. A agricultura familiar, tem se tornado, nos últimos anos, um movimento afirmativo de desenvolvimento sustentável, considerando a esfera econômica, ecológica e social. (BARBOSA, 2007).

De acordo com a legislação vigente, as cooperativas devem ser formadas por no mínimo vinte (20) participantes. (ALBUQUERQUE, 2003; CRÚZIO, 2001). No entanto, a maioria dos empreendimentos solidários, de acordo com uma pesquisa nacional, são compostos por menos de vinte sócios. (SILVA e CARNEIRO, 2014). No caso da cooperativa pesquisada, possuem o número mínimo de integrantes, todavia nem todos estão participando efetivamente do cotidiano da cooperativa e seu processo de produção.

Existem cooperados liberados para fazer outro trabalho, um trabalho externo. No caso de um deles, não está trabalhando, mas quer retornar. Está desenvolvendo outros projetos, inclusive mora perto da sede da cooperativa. Nesse momento, não está em condições de trabalhar com a cooperativa, mas quer voltar um dia. Já outros cooperados são liberados para trabalhar no MST. Dentro deste movimento se conquistou a terra, mas não dá para se acomodar, porque tem muitas pessoas que precisam conquistar a terra ainda. Por esta razão, existem pessoas trabalhando no movimento. Estas pessoas continuam trabalhando na cooperativa, mas são liberadas para dar continuidade à luta de todos. Não é porque os trabalhadores da cooperativa conquistaram a terra que a luta termina. Até o dia que tiver sobrando terra no Brasil e ainda pessoas sem terra, a luta continua, e para isso tem que se ter solidariedade. Estas pessoas também são agricultoras, não moram na sede da cooperativa, moram em outro assentamento. Existe assim, uma luta dos assentados. Foi bem complicado o início da cooperativa, muito sofrido para se “ter um pedaço de terra” (C4, L124). Seus familiares também sofreram muito com isso. Depois que o grupo adquiriu um terreno, começaram a crescer os sonhos, começaram a ter um pouco mais de esperança, pois já tinham o seu lugar. Havia uma exclusão social antes dessa conquista. As pessoas eram excluídas por serem pobres, quando saiu para ir para o acampamento, houve a exclusão da sociedade. “[...] me senti um lixo,

em outras palavras, um ninguém. Então é uma coisa muito séria, a gente passar por isso” (C2, L142-143).

O MST tem contribuído para a formação de cooperativas de produção em assentamentos da reforma agrária. (PINHO, 2004). O movimento possibilitou o assentamento de milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos. Traz como princípio promover a agricultura em forma de cooperativas autogestionárias, fortalecendo a Economia Solidária no Brasil. (SINGER, 2002). De acordo com uma pesquisa nacional, existe em torno de 40% de empreendimentos econômicos solidários envolvidos com outras articulações e movimento sociais, demonstrando um forte comprometimento político desses trabalhadores. (SILVA e CARNEIRO, 2014).

A vivência da exclusão antes de adquirir um terreno onde pudesse reconstruir sua vida, reforça a ideia de que existe um acúmulo dos mais diversos tipos de exclusão de amplos segmentos da população, tanto rurais como urbanos. A exclusão aparece na falta de acesso à uma habitação, aos serviços de saúde e à educação. Mas também na falta de trabalho, que se caracteriza como uma questão social produzida pela reestruturação capitalista. (CORAGGIO, 2000).

A história do grupo informal começa com o histórico do grupo ter morado muitos anos “debaixo da lona” (C3, L181), de não ter terra, de ter aquele sonho de melhorar a condição de vida, de ficar trabalhando, de ver familiares trabalharem e se trabalhar em conjunto e a situação não modificar. De haver muita dificuldade, muita fome, “muita coisa ruim” (C2, L138). Todos eram muito pobres quando foram para o acampamento. Aí houve a decisão de se juntar com o MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), “com um grupo de companheiros” (C3, L184-185). E depois de passar quatro anos debaixo da barraca na beira de estrada, fazendo ocupações, se chegou à sede da cooperativa, no assentamento.

A história da vida cotidiana das sociedades, pode ser, em alguma medida, uma história de luta por sobrevivência, por um espaço melhor no interior de uma integração dada, por um lugar no seio do conjunto da sociedade. Essa luta procura atender as necessidades e possibilidades de cada particularidade do ser humano. (HELLER, 1991).

Houve a conquista da terra e junto com isso muitas dificuldades ainda para serem enfrentadas. Pois não havia o que trazer do acampamento, porque não se tinha nada. Então se precisou de uma estrutura para começar a ter uma geração de

renda, porque quando não se tem nada, não se consegue gerar nada. Por isso a construção foi devagar. No início, o grupo estava morando num barraco, não tinha água, não tinha energia elétrica, não conseguia produzir nada, as condições eram muito precárias, tanto que uma saída para um deles foi fazer faxina para obter alguma renda. A situação se tornou ainda mais difícil. Antes o sonho era conquistar a terra. Se conquistou e se chegou até o assentamento. Mas daí tem que começar a produzir, mas o problema era de que forma. Se colocou um grupo, num assentamento com setenta e duas pessoas, numa área onde ninguém sabia trabalhar com aquele solo. Essa riqueza que a natureza oferecia, ninguém sabia trabalhar com aquela área, porque todos vinham de uma região onde o solo era diferente, um solo argiloso e seco. Neste assentamento, era um lugar de banhado, solo raso e arenoso. Ninguém tinha experiência nenhuma de trabalhar no banhado. Então o grupo sofreu muito, porque se queria a terra, se tinha sonhado com isso, se conquistou a terra para viver e produzir, mas não se conseguia produzir nesta terra que foi dada. Chegou-se neste lugar, e foi plantado o que se plantava no interior: feijão, milho, soja. Se plantou no banhado. Quando se plantou estava seco, mas na primeira chuva que veio, ficou tudo embaixo da água, e se perdeu tudo. A lavoura foi muito frustrante. Então, o grupo ficou numa condição pior do que antes, porque para fazer este plantio foi necessário fazer financiamento do banco. A condição se tornou bem mais difícil, porque se tinha uma dívida para pagar e não se tinha nada para oferecer, produção nenhuma. Então se voltou ao banco para pedir mais financiamento. No começo foi assim. O grupo se aventurou com a criação de porco, em ter aviário, foram feitas várias tentativas, mas não deu certo. Para criação de porco é preciso ter milho, produzir uma ração para eles. Sem matéria-prima, o custo ficava muito alto, de modo que inviabilizou. Até se construiu um prédio para agroindústria, para abatedouro, mas isso nunca funcionou também. Se plantou muitas frutíferas, se tinha arborizado tudo, se comprou todas essas mudas, se teve todo esse trabalho, mas se perdeu tudo, porque o local é muito úmido. Então, esses anos foram bem difíceis, logo após de ter conquistado a terra. Até o grupo aprender, passou muita necessidade. Acredita-se que os primeiros cinco anos logo após o assentamento foram piores do que quando se estava no barraco na beira da estrada. Teve um momento que era bem difícil mesmo, que não se tinha o que comer. Tinha o feijão, que se chamava feijão bala, que tinha que cozinhar três dias para ficar macio. Era um feijão que vinha de instituições que faziam doação. Na

realidade, se comia grama, se arrancava aquela parte macia da grama para comer, porque não tinha o que comer. As condições eram mínimas, até para alimentação se tinha dificuldade.

Essa história mostra o quão árduo foi o início dessa caminhada, muitas privações, dificuldades e sofrimento. Mostra que adquirir um terreno é uma conquista importante, mas só isso não é garantia de subsistência. Outros elementos precisavam vir junto com isso, como o conhecimento sobre o solo e o clima daquela região, o que pode ser produzido ou não. Esse grupo estava abandonado num terreno adquirido. Essa luta inicial foi solitária e muito desgastante para o grupo.

Os empreendimentos costumam nascer e se organizar a partir de uma necessidade imperiosa de encontrar uma solução. O caminho construído para isso é por meio de associação de pessoas e de união de esforços. Logo, a solidariedade traz consigo algo de imposto: uma necessidade. (GAIGER, 2000). O reino da particularidade, do ser-em-si, é da necessidade. (HELLER, 1991).

O histórico da cooperativa nada mais é que uma extensão e uma continuidade da história do grupo informal. Em torno de 1996, 1997, uma entidade de assessoramento começou um trabalho com o grupo informal. Esta ficou sabendo por outro grupo de agricultores que tinha um grupo de assentados que estavam passando por dificuldades. Então essa entidade veio para o assentamento fazer um trabalho de educação ambiental, onde se começou com plantio de árvores, trabalhando a questão do meio ambiente. Só que este assessoramento percebeu que a questão era um pouco mais grave, pois não adiantava trabalhar a questão do meio ambiente, se as pessoas que ali se encontravam estavam com fome. Então, essa entidade financiou um projeto de uma horta junto com uma igreja para o grupo informal ter uma horta, porque até então não se tinha produção alguma.

Na década de 1980, os empreendimentos tinham pouca visibilidade, eram considerados de pequena importância. Não tinham o teor de mobilização e de luta como atualmente. Naquela época eram provenientes de obras de entidades assistenciais ou filantrópicas. A iniciativa vinha de setores da igreja que acessava os lugares mais isolados e abandonados, orientado para os mais empobrecidos do Brasil. (GAIGER, 2000). Esta não é bem a realidade da cooperativa pesquisada, pois ela não se origina da ação da Igreja, pois já fazia parte de um movimento social bem forte. Todavia, assim como esses empreendimentos da década de 1980, ela também recebe um grande auxílio da Igreja, num período de extrema fragilidade.

O grupo recomeçou com trabalho na horta, e a horta permanece até hoje no mesmo lugar, na área mais alta do assentamento. Se começou a construir o solo, porque até então era muito arenoso, era um solo onde estava gado de campo, muito capim. A educação ambiental estava voltada para plantação de árvores, cuidado com o lixo, onde se destinaria o lixo seco. Depois se começou o trabalho, de como melhorar a alimentação, fazer o reaproveitamento dos produtos que sobravam da horta. Havia muitas pessoas jovens no grupo, todos começaram com o trabalho na horta, depois se começou um trabalho de venda na cidade, de porta em porta, vendendo as verduras. Foi comprada uma charrete, um cavalo, e todo dia no final da tarde e pela manhã, os homens iam fazer a entrega das verduras.

A horta foi a primeira forma de produção do grupo que possibilitou algum retorno financeiro. Mas neste início, enquanto o grupo ainda era informal, houve uma busca ativa pelo mercado, ou seja, o grupo teve buscar um nicho de mercado para vender seus produtos dentro das condições que possuía na época.

Neste trabalho da horta, começou a ter muita verdura, porque era a única produção até então. A entidade de assessoramento, então, apresentou o grupo para uma feira ecológica, foi feito uma carta de solicitação para poder vender na feira, e o grupo foi aceito. A partir dali se começou a vender na feira e a ter outra fonte de retorno do trabalho. Depois disso, teve épocas que começou a sobrar, sobrava uns molhos de couve, entre outros alimentos. Então, começou a se fazer um aproveitamento dessas hortaliças que sobravam, com orientação da entidade de assessoramento, que tinha técnico, agrônomo, uma boa equipe de trabalho. Assim, iniciou o trabalho com as mulheres para melhorar o alimento das famílias, se começou esse trabalho de fazer pão com ervas, com legumes. O que sobrava da horta era transformado em outro tipo de alimento. Cada dia, o pão era feito numa casa, porque não se tinha estrutura nenhuma. Alguns tinham fogão, “aquele fogãozinho lá fora” (C3, L264), outros ainda não tinham. Se fazia o aproveitamento dos alimentos, e fazia os pães nas casas. Se fazia os pães em “latinha de óleo de milho” (C3, L782) que se juntava no lixo da cidade, que se pedia para as pessoas guardarem para o grupo, pois não se tinha nem uma forma e nem um forno.

Empreendimentos de Economia Solidária costuma enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas, consideradas habitualmente como necessidades econômicas, como: alimentação, moradia, saúde, trabalho. E tendem a se apresentar como urgentes, contudo, os recursos para satisfazê-las costumam

ser escassos. (RAZETO, 1993). No caso da história da cooperativa, havia uma limitação de recursos de ferramentas de trabalho, o que exigia do grupo criatividade e improvisação.

O grupo foi convidado por esta mesma entidade de assessoramento, a se apresentar também para a feira com os pães. Teve uma primeira feira que o grupo levou seus pães com beterraba, com cenoura, com verduras. E foi um sucesso. Não tinha rótulo, não tinha nada, “era só um pão dentro de um saquinho” (C3, L276-277). Foi levado o pão, foi realizada a venda de tudo e o grupo ficou contente. Mas daí se precisava de um forno, então o grupo construiu seu primeiro forno de barro, onde reciclou material, porque não se tinha nada ainda. Este forno permanece bem na frente da casa de um dos cooperados atualmente. Ali se faziam os pães. Nem toda casa tinha mesa, um dia fazia numa casa, outro dia fazia noutra e levava para assar no forno. Nesta época não havia exigências do pão ter um rótulo. Se fazia o pão, “colocava num saquinho” (C3, L287), levava para a feira e vendia. Começou a se vender, fazendo o pão integral. Pessoas do interior forneciam a farinha que era buscada pela entidade de assessoramento, mas quem comprava e pagava era o grupo. Com o tempo, se conseguiu outro fornecedor de farinha.

É possível perceber dessa trajetória inicial da história da cooperativa, que a entidade de assessoramento envolvida não apenas acolheu as dificuldades do grupo, como também, contribuiu imensamente para atender as necessidades básicas desse grupo e para criar condições deles se tornarem um empreendimento viável e com autonomia. Existe a percepção de que provavelmente, a cooperativa não teria condições de êxito sem a qualidade desse assessoramento.

Geralmente as entidades de assessoramento contribuem, mais inicialmente, para um caráter emergencial, no sentido de prover condições mínimas de subsistência para os empreendimentos. Uma vez alcançado isso, seu foco fica direcionado para a viabilidade e sustentabilidade do empreendimento. Há construção de alternativas mais duradouras e um incentivo para apropriação de tecnologias. (GAIGER, 2000).

No início não se conseguia dividir nada de sobras. Havia um incentivo muito grande para as mulheres e os jovens que eram o foco da cooperativa. As mulheres estavam iniciando o trabalho. Começou assim o trabalho, com bastante dificuldade na alimentação quando o grupo era informal. E aí se começou a fazer uns produtos integrais, com aproveitamento, os panifícios que eram feitos em casa. Mas “quem

puxava” (C1, L202) mais o trabalho, primeiro, eram as mulheres da comunidade e também os jovens. A cooperativa nasceu de um sonho de ter terra e produzir alimento. Quando se via alguém comendo um pão, havia o sonho de fazer o melhor pão do mundo. Começou com um grupo de mulheres do assentamento que se transformou na cooperativa que se encontra atualmente. Ainda é “assimilado” (C2, L157) pelas mulheres a maior parte.

Em pesquisa realizada no Estado de São Paulo com empreendimentos econômicos solidários se verificou que as mulheres ocupam um papel de destaque nas ações e projetos de apoio à Economia Solidária. Assim como, também ocupam um lugar fundamental nos quadros das cooperativas, associações e grupos informais. (ALVES, 2006).

Embora exista essa realidade do protagonismo de mulheres em empreendimentos e uma fala de que isso faz parte do cotidiano da cooperativa, houve a sensação de que isso não se concretiza inteiramente de fato. Nas visitas de campo, tanto nas feiras como na sede da cooperativa, parecia haver uma cumplicidade entre homens e mulheres, mas não uma preponderância da força das mulheres.

Existe a lembrança que a história da cooperativa começou há vinte (20) anos mais ou menos. Onde se tinha uma peça bem pequena, onde se produziam os salgados, os pães. Era transportado caixas de um lugar para outro. Saíam cedo e voltavam bem tarde, se trabalhava muito. Havia pouco tempo para ficar junto. Iam sempre cedo para as feiras, quase todos os dias. Depois de muita luta, do trabalho conjunto entre os próprios associados e com outras pessoas, se conseguiu construir o prédio. Foi uma conquista muito grande. Existe uma admiração muito grande pelos fundadores, tanto dos próprios cooperados como das pessoas de fora que consomem os produtos. Havia pessoas que entraram na cooperativa e depois saíram. Entraram para dar apoio, força para a cooperativa nascer, porque se precisava de pessoas. E a partir do momento que a cooperativa começou, se estruturou e se desenvolveu, essas pessoas assumiram outras funções. Uma delas, estudou e queria ser contador. E atualmente é contador da cooperativa.

A história dessa cooperativa comprova que ela está dentre as diversas formas de resistência a um modelo econômico que concentra renda e gera exclusão. A cooperativa se multiplica com diversas iniciativas de organizações populares que

estão empenhadas na construção de atividades econômicas como forma de luta pela vida. (KRAYCHETE, 2000).

São práticas que se vinculam ao mercado e enfrentam temas como trabalho, renda e políticas públicas. Diferentemente do que ocorria até há pouco tempo, estas iniciativas não se encontram mais à margem, mas na confluência de fatos e análises que perpassam movimentos sociais. (KRAYCHETE, 2000, p.25).

Foram realizados alguns empréstimos financeiros. No começo, quando o grupo era informal, se plantou “aqueles feijões e aquela coisarada toda” (C3, L822-823), foi realizado empréstimos, na verdade, custeios para a lavoura, onde se faz num ano em determinado período e no ano seguinte no mesmo período ocorria o pagamento. Mas para a cooperativa não foi necessário. Atualmente existe um projeto em andamento para arrecadar financiamento de um banco, que é outra história. Até o momento a cooperativa não realizou financiamento direto, o que precisou foi por meio do nome de um dos cooperados para a questão do frete. Atualmente a cooperativa aluga um caminhão. Mas isto está para ser modificado, pois está se financiando um frete em nome de um dos cooperados. “Daí vai ficar pra cooperativa, a ideia é de ter esta estruturação né. No final vai ficar pro agrotransporte, exclusivo para a cooperativa” (C1, L666-667). A cooperativa que vai pagar os custos, pois será de uso dela. Assim, no caso do transporte foi utilizado o nome da pessoa física para possibilitar o financiamento. Mas para a cooperativa, direto no nome, não teve financiamento ainda.

Houve um longo caminho percorrido entre esses dois cenários: do financiamento de uma lavoura que só trouxe prejuízos para o grupo até o financiamento de um transporte para a cooperativa, que certamente vai auxiliar muito na logística do processo de venda dos produtos. Foi um caminho árduo que resultou no alcance da cooperativa em gerar recursos suficientes para estar investindo na sua infraestrutura.

Em relação à quantidade de vezes que foi feito empréstimo financeiro, não soube dizer exatamente quanto, assim como, outro informou de ter sido feito apenas uma vez, contrariando a afirmação anterior de que não havia sido feito empréstimo algum no nome da cooperativa. Este único empréstimo já se encontra quitado, pois foi bem planejado. É referente ao auxílio que foi dado para a construção da sede da

cooperativa, por meio de um convênio com um banco. A cooperativa fez a contrapartida: manutenção e ampliação do prédio com seus próprios recursos. Foi muito interessante e alavancador esse projeto do banco para a construção da sede. Houve uma ampliação da estrutura. Fortaleceu a área de produção da padaria que estava muito precária, e possibilitou espaço adequado para as reuniões, para o escritório, para a área de produção. Foi considerado um investimento muito importante para a cooperativa.

Assim, foi construído para a sede da cooperativa um prédio com maior espaço. Essa construção foi financiada e foi inaugurada em junho de 2014. Antes era um espaço cedido, uma pequena sala, de quatro (4) metros por cinco (5) metros e que tinha os fornos, e todas as ferramentas de trabalho, numa só sala. “Imagina no verão cinquenta graus era pouco” (C2, L450). Agora, o espaço é próprio, tem sala para o forno, sala para a produção, sala para o estoque, escritório para as notas, hoje se tem tudo. A sede permanece no mesmo lugar do assentamento, num município da região metropolitana de Porto Alegre. Os equipamentos da cooperativa são próprios e todos foram adquiridos com as vendas da cooperativa. O que não se tem na cooperativa é o que costumam chamar de tratorito, um equipamento bem pequeno.

Este foi um marco importante para a história da cooperativa: possibilitar maior qualidade no ambiente de trabalho para seus cooperados. Primeiro foi necessário aprender a lidar com o solo adquirido, depois a eleger os produtos que seriam apropriados para aquela região, em seguida foi a conquista de espaços de comercialização, onde foi possível ter um primeiro retorno financeiro mais concreto direcionado inteiramente para a sobrevivência dos cooperados. Somente após estas etapas e conquistas foi possível ter condições para qualificar e ampliar o espaço físico. Foi um grande dia para a cooperativa e para os cooperados que dela fazem parte.

A escolha de ser uma cooperativa de Economia Solidária está baseada numa série de aspectos. Que está na origem da cooperativa, onde começou do básico para sobrevivência e também por essa questão ambiental. Se busca sempre aprender e ensinar, fazer trocas. É uma cooperativa bem ampla, tendo o foco na produção de panifício e prestação de serviço. A cooperativa é uma ferramenta que fortalece este trabalho e pode ser educacional para as pessoas. Que o trabalho deve ser solidário, de não trabalhar por trabalhar, ter respeito, e ser solidário entre as

peças que compõem a cooperativa com as peças que consomem os produtos. Ser um exemplo. Se optou por um trabalho, porque se acredita nele, porque se não fosse essa solidariedade, como por exemplo, a entidade de assessoramento ter auxiliado a cooperativa no seu início, fazer um trabalho e não cobrar nada do grupo, foi encarado como um ato de se doar, de se entregar. É a mesma situação que a cooperativa faz quando está na feira – claro que há rendimento e comercialização – mas não é só o dinheiro que importa, é muito mais do que isso, é a filosofia de vida, de poder repartir isso que está se construindo, também de acolher as peças na cooperativa, pois se recebe muitas peças, e nunca se cobrou hospedagem, as peças vem e ficam, é disponibilizado formação para os grupos, se chegou a trabalhar nos vinte e quatro (24) assentamentos da região. Existe o trabalho de ensinar a fazer o pão, onde sempre foi levado os ingredientes, nunca se cobrou para fazer isso, porque isto faz parte da filosofia da cooperativa: ser solidário. Que existe também a questão da alimentação, onde se tentou englobar, explicar, dizer e viver, ou seja, não somente se diz, mas se vive isso. Pode acontecer de plantar e colher, comercializar as hortaliças, toda a produção orgânica, e as peças, talvez, não consumirem, não saberem saborear. Parte primeiro de fazer essa prática. As peças que compõem a cooperativa já vivem isso, não é só uma questão de comércio, está na vida de cada um. Além disso, os objetivos, os critérios, o foco da cooperativa não é voltado só para o dinheiro. A parte econômica, as peças, a cooperativa, precisa girar, tendo esse foco social. Na comercialização o foco também é esse. Se houvesse outra intenção, fechava contrato com uma grande empresa, onde se produziria só para eles, mas o objetivo não é esse. Se quer entregar para as peças, uma satisfação mais social. Então, ter este foco mais social e ser uma atividade que as peças propiciam, aprendam com isso. Nesse processo todo, o conhecimento produzido, o produto também serve para educação, para as peças valorizarem o produto, de onde vem, o que vem da terra. E se produz com respeito, é possível respeitando a natureza, as peças, enfim, economia solidária, uma economia mais social. Que o projeto que a cooperativa tinha era diferenciado do projeto do Brasil, se pensa diferente, não se acredita neste poder econômico que existe no mundo. Sendo de economia solidária fica mais próximo daquilo que se sonha. Que os cooperados tinham em mente de fazer o bem, produzir algo bom e natural.

A cooperativa pesquisada se vincula tanto com o MST como se configura como sendo de agricultura familiar. A união desses dois elementos potencializa práticas de Economia Solidária, seja pela sustentabilidade ecológica, pela organização coletiva da produção da terra, e pela repartição do produto. (BARBOSA, 2012). Mas além disso, ela também é uma cooperativa de produção, considerada protótipo da Economia Solidária. (SINGER, 2002). Nesse tipo de cooperativa, os trabalhadores são capazes de afirmar sua identidade, tendo consciência e orgulho do seu papel e do que mobiliza suas lutas. Geralmente se constituem como movimento de reivindicação por um trabalho com dignidade. A construção dessa identidade envolve o comprometimento dos trabalhadores com o empreendimento, novas formas de regulação das relações sociais no interior da cooperativa, e o rompimento com a autoimagem de trabalhador assalariado, inaugurando a representação de si como cooperado. (MAYER, 2011).

A construção da identidade também é proveniente de experiências de mobilizações que antecederam a criação da cooperativa. É uma memória afetiva dessa história de lutas. Essa identidade de trabalhador associado a uma cooperativa de produção permite que cada um se sinta responsável pelos processos de trabalho e de produção da cooperativa. (MAYER, 2011).

Os objetivos da cooperativa estão relacionados ao que se quer alcançar por meio da cooperativa e para a cooperativa. O principal é ter clareza, objetivo, foco para o que se quer, para o que os sócios querem. E que esta cooperativa, esse grupo seja uma ferramenta. Está se trabalhando nesse foco, mas também no objetivo da produção, agroecologia, melhorando, buscando relações e conhecimento. Buscando, viabilizando para ampliar. Se quer uma cooperativa que seja um lugar para o trabalho, que seja uma ferramenta para trabalhar mesmo e não atrapalhar. Costuma se cobrar do contador. Já se tem custo. Gera imposto, um custo de honorários mensais que tem que pagar para o contador. Mas não é só pagar por pagar, a cooperativa quer esta ferramenta, é isso que está se buscando em estrutura, criar uma ferramenta para as pessoas, para os associados, ou seja, uma estruturação da cooperativa, abrir o comércio. Por exemplo, merenda escolar se consegue entrar através da cooperativa, então é uma ferramenta utilizada a favor do grupo, que traz contribuição. Se quer produzir, fazer venda direta, se quer produzir para merenda escolar. Que este é um dos objetivos: poder fornecer alimentos saudáveis para as crianças, para essa geração que está crescendo tão intoxicada.

Também se quer proporcionar mais lazer, se quer melhorar e trabalhar para isso. Que as pessoas não trabalhem só por obrigação, mas tenham a satisfação de ser bem remuneradas por isso e que tenham uma qualidade de vida. Os cooperados já se alimentam bem, se tenta criar um grupo bom, de vivência e de trabalho.

Um dos objetivos da cooperativa está em produzir por meio da agroecologia. Dessa forma, a sua meta é maior que a auto-sustentação do empreendimento, ou seja, expande para uma ideia de eco-sustentabilidade, onde o empreendimento vai ser compreendido também pela forma como estabelece relações com o ambiente social e natural. (GAIGER, 2000).

A potência da cooperativa revela os pontos fortes que ela possui. Existe capacidade de produção. O foco é principalmente a venda. Uma ferramenta que ajudou muito é a organização tanto da produção como da comercialização. Isso foi o foco: comercializar, canalizar, organizar melhor. Existe também a percepção de que se vê a necessidade, se põe no planejamento e se consegue realizar muitas atividades. Além disso, a cooperativa está tendo êxito porque as pessoas gostam de trabalhar nela, gostam do que fazem. Se gosta de trabalhar na roça, por isso há uma preferência pela horta, mas também se gosta de trabalhar com os pães. No setor da horta, a procura é muito maior que a oferta. No momento não há problemas na horta, é o setor que mais cresce na cooperativa. Se conseguiu amenizar um pouco as dificuldades da horta em relação às intempéries do tempo, criando uma estufa. A cobertura de proteção proporcionou um bom resultado. Se fez um investimento com recurso próprio. Está se cogitando ampliar essa estratégia e para isso está se buscando recurso, mas se não surgir, a ideia é voltar a usar investimento próprio. Até porque esta produção que veio hoje, boa parte era dessa cobertura. Outro aspecto considerado uma potência na cooperativa é a participação dos jovens que tem auxiliado no trabalho que envolve instrumentos da informática, pois eles estão crescendo no meio destas tecnologias e possuem mais facilidade para lidar com elas. Já possuem três jovens trabalhando na cooperativa.

Uma potência considerada importante dentro de um empreendimento é a habilidade de fortalecer os recursos já existentes, como: recursos humanos, materiais e culturais. Estes recursos já costumam estar à disposição do grupo e contribuem para seu processo de metamorfose. (GAIGER, 2000).

Além disso, essas potências da cooperativa se tornam congruentes com aspectos positivos da autogestão, como: os trabalhadores possuem um cuidado

maior com sua qualidade de produção, uma percepção mais positiva do seu trabalho, um maior senso de responsabilidade, e uma vontade de aumentar seus rendimentos. (ALBUQUERQUE, 2003a).

As vantagens de ser cooperativa mostram os benefícios desse formato. Ser uma cooperativa ajuda em vários sentidos, por exemplo, se planeja a produção e a execução também, há mais pessoas para produzir, para vir no comércio e nas feiras livres. Então se deixa a parte da produção e vem para a feira. São os próprios agricultores que fazem todo esse processo, desde a produção, a colheita, a comercialização. Uma vez que tem essa estrutura, a cooperativa pode buscar recurso, onde mais pessoas podem acessar o recurso e se beneficiar. Assim, diretamente existe um auxílio na compra e na manutenção. Não é um investimento individual, foi o grupo, toda a organização que fez o investimento. Isso possibilita melhores condições. E ajuda muito na parte estrutural. Existem projetos futuros de estruturação do grupo e da cooperativa. Existe ainda a possibilidade de acessar crédito, que por estar numa cooperativa isso se torna mais fácil. As conquistas vêm mais rápido, porque se somam as forças.

Essas vantagens se assemelham à autogestão, pois as mesmas pessoas que participam da produção também são aquelas que decidem sobre o destino e a finalidade dos recursos, de modo que todos os processos de trabalho e suas respectivas funções são assumidas pelos próprios trabalhadores. Há um controle coletivo da gestão. (ESTEVES, 2013; GAIGER, 2006a). Além disso, a cooperativa permite que seus associados consigam prover bens e serviços que não teriam condições de obter individualmente. (RECH, 2000).

Outras vantagens que não foram mencionadas estão relacionadas: à extinção da relação patrão-empregado, uma vez que o próprio associado é trabalhador e dono da cooperativa; à eliminação da figura do atravessador, pois o próprio associado produz e vende diretamente ao consumidor; e aos direitos iguais a todos os sócios. (CRÚZIO, 2001).

O tempo para a cooperativa se tornar **viável** economicamente para seus cooperados levou cerca de oito (8) anos após a formalização da cooperativa, ou seja, em 2009, “para dar um resultado maior” (C1, L597-598). No entanto, se contabiliza também o tempo em que o grupo ainda era informal, e isso daria em torno de dezoito (18) anos para se tornar viável, porque vai desde 1991. É revelado ainda que o começo no anonimato era difícil, tinha que criar um espaço na

sociedade para mostrar os produtos, mas não soube informar quanto tempo demorou para a cooperativa se tornar viável, pois afirma que foi antes de estar participando dela, pois entrou apenas em 2010. Também houve o desconhecimento sobre o tempo de viabilidade da cooperativa, pois conhece um pouco da história, mas é muito pouco, não sabe muito sobre esse processo.

O tempo para cooperativa se tornar viável para seus cooperados está diretamente relacionada à história do grupo informal e a história inicial da cooperativa, onde foi relatado como ocorreu este processo, o que foi necessário fazer, que batalhas foram vencidas. Este dado, contudo, apenas dimensiona o período em que a cooperativa conseguiu de fato gerar recursos suficientes para a subsistência de seus trabalhadores. E isso ocorreu apenas em 2009, demonstrando mais concretamente o longo período para alcançar essa viabilidade.

A viabilidade da cooperativa possibilitou que todos tivessem qualidade de vida. É visível, todos estão bem estruturados, vivem disso, ninguém precisa fazer trabalho extra. Essa viabilidade também se reflete na escolha dos produtos. As pessoas que consomem produtos sabem que os produtos integrais, orgânicos também não são muito baratos. Então as pessoas que consomem, tem essa conscientização. Nunca se fez um preço absurdo que as pessoas não pudessem comprar. Algumas pessoas dizem que é caro, mas acabam levando. Se tenta não fazer um preço muito alto para que todas as pessoas possam consumir os produtos.

A viabilidade não é mais pensada unicamente na esfera econômica, ela também possui outro caráter, no sentido de trazer resultados para todos que estão inseridos no empreendimento. (GAIGER, 2000). Isso pode ser diretamente relacionado à qualidade de vida dos trabalhadores. Mas a viabilidade também pode ser compreendida a partir do consumo, onde a perspectiva de um consumo ético de produtos orgânicos e agroecológicos parece ser restrita ainda no mercado. (PINTO, 2006).

São muitos os fatores que contribuíram para a viabilidade da cooperativa. A opção de trabalhar com agroecologia, de estar num grupo. Porque já aconteceu, mais de uma vez, de pessoas cooperadas adoecerem, de ficarem muito doentes, de ficar um ano afastado ou mais do trabalho, e o grupo restante continuar trabalhando. A cooperativa continuou dando apoio que a família precisava para a pessoa não desistir. O fato de estar no grupo fortalece, e é bem mais difícil as pessoas “caírem” (C3, L733). Às vezes alguém fica desanimado, mas daí conversa com as pessoas e

elas começam a ter consciência de tudo o que foi construído nesse grupo, “[...] nem passa pela cabeça das pessoas de desistir. Às vezes até passa, mas a pessoa não fala, né” (C3, L735-736). Outro fator importante é a união dos cooperados. O grupo sempre veio tentando fazer “as coisas direito” (C4, L387), sempre tentando melhorar. Isso tende a tornar mais forte, “sempre todo mundo unido, tentando fazer que as coisas aconteçam” (C4, L389-390). Se tenta fazer tudo melhor, se fica feliz quando consegue fazer um bolo que fica bonito, que as pessoas olham e gostam. Outro fator levantado é de que quando se consolidou tanto a parte de produção como a de comercialização, houve resultado. Se pensa que a consolidação foi o caminho, e o resultado está aparente. O sonho principal de fazer o “melhor pão do mundo” (C2, L354) também foi considerado outro fator relevante. Que se tem certeza que esse sonho que se tinha, se batalhou de uma maneira ou de outra para alcançar os objetivos. O sonho ainda está vivo. Outro fator importante também foi que a cooperativa começou criando produtos que as pessoas iriam consumir. Se teve sempre a tentativa de fazer algo que fosse acessível a todos. E se manteve um preço favorável, que não fosse um absurdo para as pessoas poderem consumir os produtos. O fato de criar produtos saudáveis tornou a cooperativa ainda mais forte. Porque hoje nem são mais tão poucas as pessoas que produzem esse tipo de alimento.

Estes fatores se assemelham muito com determinadas características de iniciativas de economia popular solidária, pois as relações e os valores são baseados na solidariedade. A cooperação e ajuda mútua não são aspectos secundários, mas inerentes à forma como se enfrentam os problemas e como ocorre a satisfação das necessidades dentro da organização. (RAZETO, 1993).

Os elementos necessários para dar início a cooperativa foram distintos, mas complementares. O maior elemento foi a coragem, e acreditar que este era o caminho. Estavam convencidos de ter que buscar uma alternativa. Sempre se falou em alimentos alternativos, se falava mas não se tinha consciência do que era quando se chegou no assentamento. Se falava em alimento alternativo, aquilo que a natureza tinha para oferecer. Então, foi assim, a decisão, a coragem e também se queria mostrar, produzir um alimento diferenciado, porque se fosse produzir pão, “[...] um pão que tem em tudo que boteco, daí a gente ia cair, na vala comum, como diz assim, tudo igual [...]” (C3, L794-796). Mas não, o que se queria estava relacionado um pouco com a promessa que foi feita: de se fazer o melhor pão.

Então, foi a tomada de decisão, a busca por esses produtos diferenciados. O grupo começou sem investimento nenhum, “com a cara e a coragem, e foi com uma garra que a gente construiu” (C2, L408-409). Não foi com um investimento que se começou, pois o investimento veio depois por necessidade, porque aumentou o negócio. Se começou muito pequeno, com persistência e foi ampliando, porque o negócio cresceu. Estava relacionado a ter um bom grupo, pessoas dispostas a isso, os recursos humanos. Depois houve a construção de um prédio para ampliar o negócio. Esse investimento fortaleceu muito, ter a sede própria, inaugurada há dois (2) anos. Outros elementos necessários para dar início à cooperativa foram os primeiros investimentos, que foram as máquinas e as pessoas para trabalhar, porque se continuasse somente com o grupo de mulheres como era no início, não se teria conseguido chegar até onde chegaram. Porque se começou com nada, fazendo pão na mão, “conforme as coisas iam dando” (C4, L430-431), foram se conseguindo máquinas e mais mão de obra.

Os elementos que contribuíram para dar início à cooperativa parecem também retratar a história do grupo, enquanto informal e depois formalizado em cooperativa. Certamente, o movimento do grupo ter se associado ao MST foi uma fonte de combustível para enfrentar as dificuldades com bravura e para persistir na busca dos seus sonhos.

Um dos fatores mais importantes para o aparecimento, a sobrevivência e expansão das alternativas é a existência de um movimento social mais amplo que as produza e mantenha a sua integridade. (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p.66).

As condições necessárias para inserção da cooperativa no mercado estão relacionadas a alguns aspectos. Se tinha um sonho, e quando se tinha esse sonho se conseguiu a inserção no mercado, porque havia um produto bom. Um produto que gera vida. Não se produz pão, se produz alimento. Se tem uma proposta de gerar vida. Todo ser humano que chegou na cooperativa trazia esse objetivo de uma maneira ou de outra. E o alimento gera vida, sendo esta a proposta da cooperativa. Por isso, colocou-se o produto no mercado e está se mantendo muito bem. “A concorrência não nos derruba por isso: quem comer uma fatia de pão está alimentado durante o dia todo” (C2, L402-403). As pessoas não vão sentir fome. Então, isso que mantém a cooperativa no mercado: uma opção feita por trabalhar

com produtos diferenciados. Não se encontra em qualquer mercado, na verdade não encontra no mercado a qualidade do produto da cooperativa, é meio raro. Por ser um produto diferenciado, um produto agroecológico. Se acredita que este é um critério. “Produção limpa” (C1, L648), se pensa que faz a diferença. Então, se tem os fornecedores, o grupo, convencido de que era isso mesmo, um trabalho permanente para que as pessoas não fossem para o outro lado, de não ser isso que se quer. Aquele trabalho, onde se começou a fazer as feiras, se tinha o retorno das pessoas que consumiam o produto, as pessoas adoravam o produto, gostam até hoje. Tem pessoas que são consumidores desde o primeiro dia que se foi na feira, e dizem que o produto está cada vez melhor. Foi muito trabalho, muito esforço, porque no começo as pessoas olham, não sabem se o produto é bom, mas com o tempo foi se ganhando espaço, mostrando que a produção tinha qualidade.

Os empreendimentos econômicos solidários costumam utilizar diferentes estratégias para qualificar os produtos que estão comercializando, dentre elas: processo de controle de qualidade, preocupação com o meio ambiente – sustentabilidade, produtos livres de agrotóxicos. (SILVA e CARNEIRO, 2014).

Como os empreendimentos solidários fazem uma tentativa de desenvolver o processo de trabalho baseado em princípios – democracia, coletividade, solidariedade – que contestam a simples acumulação do capital, podem ser encarados como uma forma de enfrentamento ao sistema capitalista. (GOERCK, 2009).

A quantidade de tempo para conquistar os espaços de comercialização foi longa. Porque desde antes de ser um grupo formal, já se estava num determinado ponto de venda há dezesseis anos. Mas a partir dali foi se abrindo para outros locais, inclusive, este em que se encontram no dia de hoje. Do primeiro ponto, se veio para este em que se está hoje, e depois abriu outras feiras, outros comércios. Foi aos poucos, desde o início da experiência. As regiões de comercialização são basicamente a capital e a região metropolitana de Porto Alegre: Esteio, Guaíba. Em Porto Alegre tem feira no sábado. São feiras livres, onde se vende direto nas feiras e direto ao consumidor. São basicamente cinco espaços que a cooperativa trabalha com feira agroecológica. A grande maioria fica em Porto Alegre. Se tem uma proposta para fazer feira em outro lugar, está sendo programada para o mês que vem. Com os panifícios está tudo certo, o que tem demanda maior são as verduras que estão “meio sem perna” (C1, L618). Mas estão “peleando” (C1, L619) para ver

no que vai dar. Ainda tem a merenda escolar, tanto com hortaliças e também biscoitos, cuca, pão também, mas não é tanto. Agora enviaram uns produtos para uma feira que vai ter no Rio de Janeiro. Mas não é sempre que isso acontece. E tem também pessoas de Santa Maria que vem comprar para pôr nos mercados de sua região, produtos naturais. Também se envia para a Bahia. Há muito mercado.

Geralmente a atividade comercial dos empreendimentos econômicos solidários se restringe ao âmbito local, onde os produtos são comercializados em mercados locais e municipais. As vendas costumam ocorrer: pela entrega direta aos clientes; pelas feiras livres; por espaços públicos de comercialização; e por espaços próprios mantidos pelos empreendimentos. (SILVA e CARNEIRO, 2014).

O **desafio** da cooperativa envolve o transporte, que está sendo encaminhado junto a outra cooperativa que vai transferir um caminhão, oferecendo um prazo e condições de pagamento. Assim se terá um transporte adquirido para a cooperativa. Este desafio está diretamente às necessidades da cooperativa. Pois viabilizando o transporte haverá como levar os pães, os produtos em razão das entregas. É tanta demanda que se tem por causa do aumento das feiras, que a cooperativa estava locando um caminhão para fazer isso. Também existe a necessidade de comprar equipamentos pela demanda, melhorar um pouco a estrutura das máquinas, na produção da padaria. Mas está se melhorando isso, é para a estrutura, como ferramenta de trabalho. Se precisa de equipamentos, porque o trabalho é muito artesanal, possuem três (3) mesas e uma (1) máquina. Também é necessário pessoas que entendam de administração. Poderiam contratar uma pessoa, se deveria contratar uma pessoa para cuidar somente da administração. Está se pensando sobre isso, se discutindo com o contador. Pois como não se tem uma pessoa para fazer só isso, três pessoas da cooperativa fazem cada um, uma parte. Apesar de ser um trabalho pequeno, demanda muito. Se precisa também de mais pessoas. E por fim, se precisa sempre de formação para melhorar o que está se fazendo. Estão sempre aprendendo e se quer buscar também.

Desta forma, os desafios da cooperativa envolvem tanto uma expansão da infraestrutura quanto a uma qualificação dos recursos humanos. Referente a este último ponto, o desafio enfrentado por iniciativas de economia solidária concerne à necessidade de profissionalização de modo a permitir um aumento de qualificação das pessoas que estão envolvidas em projetos solidários. (FRANÇA FILHO, 2006).

Algumas dificuldades da cooperativa se assemelham às necessidades da cooperativa, como por exemplo, o fato da cooperativa não ter um transporte próprio ainda, mas que está sendo solucionado. Há muita falta com as máquinas, não se tem muitas. Houve um dia que havia uma demanda de mil salgados, e se tem apenas uma fritadeira pequena. Demorou muito para fazer tudo, se tivesse uma maior, seria mais fácil. Mas existem outras dificuldades enfrentadas pela cooperativa. Hoje se tem uma deficiência de mão de obra, há muita demanda e poucas pessoas para trabalhar. É muito trabalho para poucas pessoas, essa é a dificuldade, pois limita muito. Se poderia desempenhar bem mais funções, mas não é possível. Os trabalhadores da cooperativa não param. A cooperativa fazia parte do grupo de economia solidária, mas em função de ter pouca mão de obra, acaba absorvendo todo o tempo e o grupo não para. Se entende que esse espaço da economia solidária é bem importante, teve um tempo que se participava bem seguido das reuniões numa universidade com pessoas ligadas ao movimento de economia solidária, mas, agora, ultimamente, não se tem participado de nada. Se faz feira na terça, quarta, quinta e no sábado. E isso só com esse grupo que está na cooperativa, por isso não se consegue fazer tudo. Se participa de uma secretaria do governo, de um sindicato, de uma associação. Já existe um envolvimento com muitas atividades, não se consegue participar de tudo, “[...]a gente não dá conta” (C3, L680). Tudo é uma programação, existe a falta de pessoas para trabalhar, então se tem muito trabalho, muita demanda. “As coisas não são assim de um dia pro outro” (C1, L126-127), tem que ir programando, abrindo canais de comercialização, canal de produção. Hoje isso absorve toda mão de obra da cooperativa. Eventualmente está se chamando mais pessoas na redondeza, para serem diaristas. Mas está sempre faltando pessoas. Dá para emendar vários dias da semana que tem muito trabalho mesmo. Se tem um problema de mão de obra, e nem todos os cooperados estão trabalhando interno, por opção. Mas a mão de obra é uma questão complicada, porque o trabalho é puxado. Tem épocas que se trabalha, no mínimo, dez horas por dia. “Tem que tocar, tem épocas que não” (C1, L118-119). Só que para se inserir no processo da cooperativa, as pessoas têm dificuldade. Trabalhar com orgânico já é um problema sério, panifício de orgânicos então, as pessoas acham que por ser orgânico, ser integral, não é bom o pão. Para uma pessoa trabalhar, tem que fazer o que gosta, senão não funciona. Para se inserir, tem que se inserir no processo. Então é difícil isso, as pessoas assumirem

isso, que é isso que vão fazer. Essa é a dificuldade que se tem. Além disso, se tem muita dificuldade na parte contábil. Está se patinando, pois não se tem pessoas qualificadas para isso. Qualificar alguém que possa ficar mais setorizado, que seria essa parte administrativa. Não se tem essa habilidade hoje na cooperativa e acaba não desenvolvendo, é um desgaste que acaba se tendo. Porque se produziria muito mais naquilo que já se sabe fazer, do que ter que “tomar pé e conhecimento” (C1, L330-331). Existe também outra dificuldade, mas daí na área de produção agrícola. Referente às intempéries da produção na horta. Isso é uma dificuldade da horta: “plantar no tempo” (C1, L716-717). Hoje o tempo está bom, com sol, mas se dá muita chuva, dificulta, se dá muito sol, precisa ter açude com irrigação. Então sempre tem essas dificuldades, as intempéries do tempo. Outras duas dificuldades que se tem: uma em relação à acessibilidade, à logística, pois não se é muito bom nisso, tem que aprender muito, tem que fazer feira. Mas se tiver que mudar das feiras para um mercado, uma logística melhor, o grupo “apanha um pouco” (C2, L468). Outra questão é que se tem muito problema com a queda de luz, às vezes, acaba faltando energia elétrica, atrasando um pouco mais a produção.

Houve uma ampliação da cooperativa há dois anos possibilitando melhor estrutura de trabalho para os cooperados. No entanto, a demanda de trabalho aumentou muito durante este período. E esse aumento não se estendeu para o maquinário e para a mão-de-obra da cooperativa. Ambos estão insuficientes para atender esta nova realidade. A falta de mão de obra, acarreta não apenas a sobrecarga de trabalho, mas também a impossibilidade de participar de algumas atividades consideradas importantes pelo grupo. Todavia, a solução disso não é tão fácil, pois o grupo possui alto rigor de critérios para que uma pessoa possa fazer parte da cooperativa.

Outro ponto que merece ser sinalizado é que o grupo cogita a possibilidade de contratar uma pessoa qualificada para assumir funções diretamente relacionadas ao administrativo da cooperativa. Pois, atualmente, os cooperados que tem assumido esta função, encontram muita dificuldade. O curioso, no entanto, é que eles não priorizam um processo de formação colaborativa interna para que eles próprios sejam qualificados para assumir essa função. Afinal de contas, a autogestão implica neste processo: do cooperado conseguir assumir todas as atividades e se apropriar de todos os processos que compreendem ao funcionamento de uma cooperativa.

Existe o **sonho** de que o mercado funcionasse na lógica da economia solidária. Sonho de não precisar vender nada, pois não se gosta de vender. Acredita que deveria ter trocas, que isso faz parte da Economia Solidária. Também existe expectativas da cooperativa, de querer que “a coisa ande” (C4, L470), que a cooperativa cresça mais, que consiga alcançar todos os sonhos que “passam na nossa cabeça” (C4, L471-472), de ampliar a padaria, de conseguir novos equipamentos, que a “coisa ande mais” (C4, L473).

Algumas trocas solidárias já ocorrem com a cooperativa em relação a outros empreendimentos econômicos solidários, por isso o sonho está em parte atendido. Essa prática foi fortalecida por Robert Owen – um socialista utópico – em 1829 na Inglaterra. (SINGER, 2002). Mas os sonhos não se restringem à forma de funcionamento do mercado. Também revelam um desejo que a cooperativa continue tendo fôlego para viabilizar seu crescimento.

6.3 Economia Solidária

A categoria final Economia Solidária está relacionada com o objetivo específico três (3) desta pesquisa, isto é, com o tempo de incorporação dos princípios da Economia Solidária numa sociedade capitalista. Para analisar esta categoria, foi preciso percorrer sobre os aspectos que embasam a forma de funcionamento de uma cooperativa de Economia Solidária. Perceber de que forma a **formação** é encarada por este grupo; qual a extensão da sua **rede** solidária; os **assessoramentos** que foram e que são necessários para o desenvolvimento e fortalecimento da cooperativa; que tipo de **gestão** é adotada e seu modo de organização; e por fim, como ocorre a **produção** e a história que permeia a escolha dos produtos.

A **formação** colaborativa interna está relacionada com formações que são realizadas apenas com os cooperados no interior da cooperativa ou cursos que são oferecidos apenas para a cooperativa. Existe um estudo em conjunto em todas as reuniões mensais, como forma de dar mais sentido aos encontros. E também existe a procura por novas receitas, porque se tem poucas receitas de produtos sem glúten. Então se procura aprender, buscar mais conhecimento para compartilhar no grupo, e desenvolver mais receitas. A ideia é sempre “aprender novas coisas” (C4, L320). É realizado também todo mês um curso de biodinâmica que é uma atividade

agrícola. É um aperfeiçoamento para usar recursos da natureza que estão disponíveis, tem um custo baixo e pode enriquecer mais a produção. E é essa ideia: ser um diferencial. Hoje está muito forte essa “onda do orgânico” (C1, L565), e é necessário mostrar o compromisso com o aperfeiçoamento.

A formação nos empreendimentos costuma combinar atividades sociais e educativas com desenvolvimento pessoal e grupal para atender uma ampla necessidade e aspirações humanas. (RAZETO, 1993). A intenção é a busca crescente de qualidade, obtidas por meio de treinamento e capacitação, como forma de acompanhar a rápida evolução tecnológica. (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Todavia, não são todos os cooperados que se sentem confortáveis em proporcionar formação para a cooperativa. Houve quem trabalha com a formação de jovens numa escola, mas não sabe se conseguiria fazer o mesmo dentro da cooperativa. Pois todo mundo se conhece, convive todo dia, fica difícil se impor, ou é preciso ter uma dinâmica muito boa, habilidade que acredita não possuir. Esse conhecimento em outro espaço se torna mais fácil, pois com jovem é diferente, se conversa, eles não te conhecem, se torna melhor de fazer isso.

Para algumas pessoas a intimidade é essencial para assumir mais facilmente o papel de coordenação de uma formação. Para outras pessoas, como no exemplo demonstrado a pouco, essa intimidade pode atrapalhar. Isso pode revelar que dentro de uma cooperativa não são todas as pessoas que se sentem aptas para assumir esse papel, de modo que pode acabar se concentrando sempre em determinadas pessoas. Assim, o rodízio deste tipo de função, pode ficar mais limitado.

Já a formação colaborativa externa se refere às formações que são realizadas pela cooperativa ou para a cooperativa, mas que são expandidas para pessoas ou grupos externos. Existem cursos promovidos pela cooperativa que contemplam todo seu grupo, e se estendem também para todas as pessoas que possuem interesse em participar. São realizados ainda cursos de pão pela cooperativa para “panelinhas do assentamento” (C3, L658) que se formam a partir do exemplo do grupo da cooperativa que também é proveniente do assentamento. Estas panelinhas solicitavam a presença da cooperativa, no seu local de residência, para trabalhar e ensinar todo processo de produção. Esse deslocamento era realizado sempre que necessário. Mas atualmente, estas panelinhas já estão vindo para a sede da cooperativa.

Existem pessoas que vem à cooperativa, de todas as regiões do estado, em função da cooperativa estar fazendo feira para aprender. Essa é a ideia dos associados: possibilitar que as pessoas participem do trabalho, sem “cobrar nada” (C3, L665), para aprender e dar sua contribuição com a mão de obra. Todo ano se define algumas linhas, se estabelecem prioridades. Neste ano de 2016 optou-se pelo melhoramento, mesmo sendo uma produção agrícola, porque também é uma produção orgânica, e se quer buscar o aperfeiçoamento, ser mais orgânico. Então foram realizados cursos sobre a biomineralização²², distribuídos no ano em três etapas, com um planejamento a cada três meses. Esse curso, no caso, não foi direcionado apenas para os associados, é aberto para a comunidade, para outros agricultores, inclusive da feira também, para outros colaboradores. Até pessoas do meio urbano participaram, pois queriam aplicar os ensinamentos no seu jardim. Isso ajuda a cooperativa, porque essas pessoas consomem seus produtos. As pessoas que participaram, gostaram muito. Então se faz um planejamento de formação, meio que permanente, mas não um processo acelerado. Além disso, a cooperativa está sempre recebendo escolas para dar palestras.

Este é um diferencial da cooperativa: a formação compartilhada. Compreender que o processo de aprendizagem se torna mais rico quando houver a troca entre diferentes pessoas ou segmentos. E não encarar outros grupos como rivais, e sim como parceiros. Existe a prática da solidariedade, no sentido de auxiliar no processo de aprendizagem e crescimento de outros grupos que não são percebidos como rivais. Esta cooperativa consegue escapar da tão rotineira competitividade do sistema capitalista.

Além disso, existe uma formação voltada para inovações da agroecologia, onde é aprendido sobre o manejo de recursos da natureza disponíveis para assegurar maior produtividade e qualidade dos produtos de forma sustentável. É uma busca por ferramentas criativas, inovadoras e adequadas para o crescimento

²² “A biomineralização parte de três princípios básicos. O primeiro é a mineralização do solo através da composição de rochas moídas em diferentes granulometrias objetivando a presença de todos os elementos minerais existentes na natureza. O segundo princípio é do uso dos biofertilizantes, enriquecidos com compostos de rochas moídas, que aceleram a comunicação das raízes das plantas com os novos minerais introduzidos no solo. E, por último o manejo ecológico do solo, da água, da fauna e flora buscando o equilíbrio dinâmico do sistema onde o agricultor está inserido.” (IDEIA, 2016).

do empreendimento. (PINTO, 2006). Desta forma, a eficiência econômica não se restringe apenas a valores econômicos, mas envolve também, valores culturais com práticas solidárias. (GADOTTI, 2008).

Uma compreensão de Economia Solidária revela pouco conhecimento sobre o assunto, suspeita que é gerada mais para a população se conscientizar sobre suas próprias economias. Nunca assistiu um curso voltado para isto, mas acredita que “deve ser bem legal” (C4, L329), pois só pelo nome tem uma visão boa. Isso revela que o empreendimento está distante de atividades que envolvam mais diretamente a Economia Solidária, pois este entrevistado pressupõe ideias sem de fato conhecer o conceito, pois sua aprendizagem ou vivência não faz parte do cotidiano na cooperativa. A comprovação disso ocorre quando a cooperativa não consegue participar de alguns espaços da rede, como as reuniões de economia solidária, pois não pode assumir outras atividades além das que já possui por causa do ritmo do trabalho. Essa falta de priorização para a formação em Economia Solidária pode contribuir para o índice de empreendimentos que funcionam de forma autogestionária, mas que não se reconhecem dessa forma, por não compreender tudo que envolve o termo de Economia Solidária.

Em relação à percepção sobre a formação continuada em Economia Solidária informa sua importância sob diferentes justificativas. Que é importante, uma vez que não se tem o costume “de sentar” (C3, L670) para discutir algo específico sobre isso. Também é importante, porque fortalece, como uma “injeção de ânimo” (C3, L682) cada vez que participava de uma reunião. Que deveria ser fortalecida cada vez mais, pois é um compromisso social para quem está com uma produção orgânica, ecológica, “saber para quem está indo” (C1, L557-558). Que é indispensável a cooperativa discutir mais sobre isso, mas é tudo uma construção, é preciso sonhar, se não sonhar não se realiza. Que todos precisam dessa formação, pois do jeito que está o mundo, a economia solidária seria importante. Até porque nem todo mundo tem esse conhecimento, e só por isso, já seria um grande avanço.

Todos trazem uma percepção de que a formação continuada em Economia Solidária é importante e necessária. A prática de solidariedade, cooperação e o cuidado com o meio ambiente – princípios que embasam a Economia Solidária – estão presentes na cooperativa. Todavia, este é um tema que não tem sido priorizado nos espaços de formação colaborativa interna e externa da cooperativa. E tampouco tem sido priorizado na participação em reuniões com a rede.

A aprendizagem na cooperativa demonstra que não há um encerramento no seu processo, cada dia é um aprendizado novo. Assim como, tudo que está se aprendendo, é transmitido para outras pessoas. Se tenta aprender com todos que estão desde o começo, considerados mais experientes. Se tenta aprender para transmitir esse conhecimento até mesmo para a própria família nuclear.

Novamente o processo de aprendizagem é percebido como algo que deva ser compartilhado com outras pessoas. Também existe o reconhecimento de um acúmulo de experiência de quem está por um período mais longo na cooperativa. E que estas pessoas que estão na cooperativa desde o início adquiriram uma sabedoria que contribuem para um processo de aprendizagem mais enriquecedor.

Também existe a aprendizagem em outras funções na cooperativa, onde aquilo que se gosta de fazer na cooperativa e que está precisando é bom, mas é necessário aprender outras tarefas também, “[...] porque amanhã, pode não ter aquele quem faça a administração. Eu vou ter que aprender a fazer uma nota também, então, todo mundo aprende um pouco”. (C2, L236-238). Isso revela que a aprendizagem das funções não deve ser rígida, estática, estanque. Requer flexibilidade e abertura para o novo. Elementos fundamentais para concretizar o rodízio de funções.

A **rede** revela que existem outros associados que não trabalham na cooperativa, mas fazem troca solidária. Ou seja, há alguns associados que trabalham em outro local. A cooperativa se associou a alguns agricultores de economia solidária, pequenos agricultores de outras regiões, onde é feito a troca de produto. Onde o produtor de trigo e a parte contábil é feita de forma associada. A cooperativa consome o produto deles e eles também consomem os produtos da cooperativa, tornando-se assim uma moeda de troca. Por exemplo, a cooperativa tem o transporte, então leva arroz orgânico e troca por farinha e feijão. A cooperativa também troca arroz por açúcar mascavo. Esse é o ponto legal, da troca que é feita, da moeda que acaba se tornando aquilo que é produzido por cada empreendimento. Ocorre desta forma desde que começou a cooperativa, onde há uma troca solidária.

Uma cooperativa de Economia Solidária tende a se relacionar com outros empreendimentos, formando redes horizontais de troca de informações e de ações conjuntas. A cooperação passa a ser um elemento que influencia na construção das relações com outros grupos, e não a competição. (RAZETO, 1993). Um mapeamento realizado no Brasil pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia

Solidária) em parceria com o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), revelou que apenas 13% dos empreendimentos econômicos solidários vendem ou trocam parte de seus produtos com outros empreendimentos, facilitando assim, a criação de cadeias produtivas solidárias. (SILVA e CARNEIRO, 2014).

O motivo pelo qual a cooperativa possui relações com outros empreendimentos solidários está relacionado ao fato de todos estarem no mesmo caminho. Se tem ótimas relações com outras cooperativas. Inclusive, a cooperativa possui muitas parcerias. Uma instituição que apoia a agricultura familiar, outra que apoia os trabalhadores rurais. Até ocorreu da cooperativa ter sido premiada dentre os empreendimentos do município. Existe parceria com uma cooperativa de projetos com alguns convênios, com trabalho que é da economia solidária. Também a parceria com uma incubadora que organiza uma feira agroecológica, que tem boa representação e reconhecimento. Por ser cooperativa e ser agroecológica possui uma relação interessante com todos. Há ainda parceria com a equipe técnica de uma central de cooperativas. São várias entidades com quem se tem uma boa relação. Estas pessoas que trabalham numa cooperativa de projetos, já estão no segundo projeto com a cooperativa, para captação de recurso e tem sido de grande vantagem para a mesma, pois houve uma melhora significativa de 2012 em diante. Mas não se sabe dizer o número exato de parceiros. São relações onde se conversa, se troca experiência, onde há solidariedade.

Esta cooperativa possui em sua natureza uma forte tendência de se relacionar com outros empreendimentos ou parceiros, em razão de ser oriunda do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que estimula a associação. Isso se comprova quando empreendimentos originados de movimentos associativos anteriores apresentam disposição para criar redes de negócios com outros empreendimentos associados. (PINTO, 2006).

Existem agricultores que fornecem a matéria-prima para a cooperativa, e são uma família de economia solidária que produzem muito. Ainda não é um empreendimento regularizado com registro, mas está melhor que a cooperativa, com venda bem estruturada. Existe uma boa relação de parceria também com algumas prefeituras, outras cooperativas, e algumas escolas. As compras costumam ser coletivas, onde a cooperativa faz a compra e repassa para as outras cooperativas, sem margem de lucro, é na parceria mesmo. Assim, o êxito de um empreendimento

depende muito de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002).

O **assessoramento** inicia quando o grupo ainda era informal, onde houve falta de orientação técnica, ou seja, havia uma falta de experiência do grupo e uma falta de orientação. Muitas decisões e ações poderiam ter sido diferentes se tivesse orientação técnica adequada, como por exemplo: orientar o grupo sobre o lugar em que se encontravam, onde seria propício para plantar arroz, hortaliça, até porque ninguém produzia hortaliça na região. O assessoramento que o grupo teve, neste período, foi com uma entidade que dava assistência técnica, mas a assistência deles era voltada para projetos de plantação de feijão e arroz, “para botar suíno” (C3, L247). Tudo feito de forma financiada, mas faltando o que era básico: uma orientação para que o grupo tivesse um retorno financeiro, pois não tinham experiência. Nesta época, se o grupo quisesse financiar, fazer um prédio de abatedouro, se fazia o projeto para o banco, todavia, sem análise nenhuma. A assistência técnica não era voltada para a realidade do grupo. “Mas também não era culpa das pessoas que trabalhavam, mas era, só que depois a gente ficou sabendo assim, era um jeito de boicotar, porque o governo era contra a reforma agrária né, e eles que pagavam assistência técnica” (C3, L618-621).

Essa experiência comprova que não são todas as entidades de assessoramento que contribuem para o crescimento de um empreendimento. Dependendo da lógica adotada, pode haver mais prejuízos que benefícios. Os empreendimentos se tornam ainda mais vulneráveis quando são acompanhados por uma assessoria despreparada.

Felizmente, o grupo teve assessoramento de outra entidade com uma lógica mais cuidadosa. Foi um grupo de técnicos e estudantes, onde se levou técnicos agrônomos para dar assistência na horta, onde houve orientação de se fazer na parte mais alta, assim como, trabalhar a questão ambiental. Mas esta entidade de assessoramento percebeu que não adiantava dar seguimentos às atividades se o grupo não supria sua parte básica, que era a alimentação. Então começou um trabalho conjunto, sem esquecer essa educação ambiental, mas considerar também essa questão da sobrevivência buscando um melhoramento da alimentação. Houve um reaproveitamento da horta, retomou-se o que as pessoas já faziam, mas há muito tempo tinham perdido que era essa questão de fazer o pão em casa, porque muitos já faziam, mas tinha se perdido no decorrer do tempo. Então, neste período

se faziam muitas reuniões, era muito estudo sobre o alimento, desde a propriedade do caruru (uma planta nativa), até a cenoura e todas as propriedades dos produtos da horta. Se estudou as plantas nativas, as propriedades do trigo integral, o que tem na farinha branca, no arroz integral, nos cereais. Se tinha tempo para fazer estudos, porque não se tinha muito trabalho. Nesse período se aprendeu muito com esta entidade de assessoramento.

No mapeamento realizado pelo SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) em parceria com a FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) no Brasil, revelou que um elemento importante para avaliar a capacidade de organização dos empreendimentos é seu acesso à assessoria. Esta pesquisa revelou que 62,9% dos empreendimentos afirmaram ter acesso a algum tipo de assessoria ou qualificação técnica. (SILVA e CARNEIRO, 2014). O que corrobora com a afirmação de que os empreendimentos coletivos necessitam da assessoria de instituições de apoio para viabilizar sua permanência no mercado. (GOERCK, 2009).

Após essa entidade de assessoramento, o grupo “conseguiu caminhar sozinho” (C3, L611-612). Atualmente, se tem o assessoramento de uma cooperativa que dá assistência técnica para elaboração de projetos com orientação. Eles acompanham a lavoura de arroz, por exemplo, eles visitam a cooperativa para ver se há necessidade de assistência, de alguma orientação. No setor da horta, existe um técnico que se reúne todo mês com o grupo para capacitação e assistência técnica da área de produção da horta. Essa cooperativa de assessoramento que promove isso, fornece o certificado. Ela também acompanha e oferece assistência técnica para a lavoura de arroz. Existe ainda outro grupo de agricultores familiares da região metropolitana de Porto Alegre que oferece assessoria para horta, promovendo encontros, no que diz respeito à biomineralização, de trabalhar com os minerais, com o suporte da rocha, com a biodinâmica. Além disso, se tem a assessoria contábil, onde o contador tem especialidade em cooperativa. Ele ajudou e ajuda até hoje, “senão não tem como, a burocracia é muito grande, se exige demais, muda todo ano nota, tanta coisa, e a gente não tem essa habilidade toda” (C2, L323-324). Este contador ajuda nesse processo da cooperativa, toda parte mais burocrática, e ajudou, inclusive, na fundação da cooperativa.

Em pesquisa realizada no Brasil com empreendimentos solidários, foi verificado não apenas que a maioria (60%) dos empreendimentos teve acesso a algum tipo de assessoria, como cerca de 25% teve assistência técnica e/ou

gerencial, 23% teve qualificação profissional. Também houve citação de assessoria para elaboração de projetos e formalização do empreendimento. (SILVA e CARNEIRO, 2014).

Existe um reconhecimento sobre a importância do assessoramento, pois se fez algumas coisas indispensáveis para a cooperativa iniciar seu processo de desenvolvimento. Assim como, sair do anonimato e registrar uma cooperativa é diferente. Como a burocracia é muito grande, o assessoramento é realmente necessário. A percepção do assessoramento atual é de que houve uma mudança muito grande, não se compara com o início do grupo enquanto informal.

Desta forma, existe a constatação de que sem o apoio técnico de assessoria de instituições parceiras, os empreendimentos teriam diversas dificuldades para obter recursos, bem como, para demandá-los. Além disso, as assessorias podem auxiliar na elaboração de projetos, na qualificação, na formação social, nos pontos de comercialização, etc. (GOERCK, 2009).

Na **gestão**, os critérios para inserção na cooperativa se assemelham e são complementares. Que seja agricultor, se identifique e seja uma pessoa que queira trabalhar com agroecologia. E não aquelas pessoas que vão entrar e “fazer a cabeça de todos para trabalhar com agrotóxico” (C3, L91-92). Por isso, tem que ser pessoas que se identifiquem com o trabalho realizado na cooperativa. De preferência agricultores, jovens, mulheres, que tenham esse carinho por trabalhar com a natureza. Outros critérios bem ressaltados é de que tem que ser pequeno agricultor, ser também agroecológico e focado no orgânico. “Não tem nada por escrito, é assim de prosa” (C1, L303). Não há limite fechado, está aberto. O critério seria seguir os princípios da cooperativa e da pessoa ter abertura para este trabalho, saber que é solidário e entender o projeto, pois não se quer apenas números, e sim qualidade. Que a pessoa se encaixe com os princípios da cooperativa, esse é o critério mais cuidadoso. Que entenda o processo e qual o objetivo que tem a cooperativa. Também foi trazido como critérios que, em primeiro lugar, não sonhar em ser capitalista, pois não vai entrar, como forma de não perder a identidade da cooperativa. Isso é um critério indispensável. No mais, que esteja interessado em trabalhar, ser sócio, pois não tem como ser sócio e não trabalhar na cooperativa. Gostar mesmo do que faz, para fazer bem feito, para que as coisas fluam, para passar energia positiva naquilo que é feito. “Se tu não gosta do que faz, alguma coisa, não acontece bem. Agora, quando você faz o que gosta, faz com carinho”.

(C2, L199-200). Também querer participar deste projeto de vida, diferente, e consumir também aquilo. Tem que vivenciar, consumir o que produz. Os cooperados consomem integral e orgânico, no mínimo em 90% da alimentação, às vezes até mais do que isso. Não precisam comprar outras coisas, consomem orgânico.

A força da cooperativa são as pessoas que dela fazem parte. Suas necessidades e aspirações estimulam o crescimento da cooperativa. (RECH, 2000). Este grupo demonstrou que não é qualquer pessoa que pode se associar à cooperativa, é preciso reunir uma série de características e possuir uma visão de mundo e um posicionamento semelhantes. É preciso entender a lógica assumida pela cooperativa, concordar com ela, e vivenciá-la. É um critério rigoroso. Mas que permite certa solidez da identidade do grupo e certa harmonia ao funcionamento do empreendimento.

Contudo, também havia desconhecimento sobre os critérios para inserção na cooperativa. Quando foi demonstrado um não conhecimento a respeito disso, por ser uma informação que nunca lhe foi dita e também por não haver a iniciativa de questionar os trabalhadores que estão há mais tempo na cooperativa. Mas agora que foi levantado o assunto, vai ser feito o movimento de perguntar ao grupo. Isso demonstra que nem todos os assuntos são compartilhados para todos os sócios, principalmente para aqueles que não participaram de toda a trajetória da cooperativa, de modo que determinadas informações ficam concentradas em algumas pessoas, em geral, as que se encontram há mais tempo na cooperativa.

A participação ideal na cooperativa traz ideias bem diferentes. Para começar, se diz que todos realmente participem, “todos tenham voz, tenham vez. [...] Acho que a forma ideal é que todos se sintam cooperativa” (C3, L356-357). Também se diz que a participação ideal na cooperativa é cada um cumprir a sua parte, pois a cooperativa é como um instrumento onde se pode planejar a produção de suas atividades, onde se tem tudo organizado, mais ou menos setorizado, porque se tem demanda. Outra forma de compreender a participação ideal é que ao ser cooperado, é porque se gosta do que faz. Existem dificuldades, diferenças, mas isso é comum numa sociedade. Se não houver diferenças, não há crescimento. É importante gostar do que faz, participar, ser um cooperativado, experimentar, vivenciar bem esta ideia. E pode haver diferenças, mas também haverá discussão, de modo que todos sairão falando o mesmo discurso. Por fim, a participação ideal é percebida como algo que deve ser bem do jeito que é na cooperativa. Todo mundo tendo que

participar, tendo ideias novas para que a cooperativa amplie cada vez mais. Pois se conversa que os cooperados “não deixam nenhum ponto acabar saindo da linha” (C4, L178). Existe a percepção de que conseguem fazer com que a cooperativa se torne um ideal para o grupo.

A maior dificuldade que uma cooperativa pode apresentar é o desinteresse dos sócios pela prática da democracia, de se informar sobre o que ocorre dentro do empreendimento, de se disponibilizar para pensar uma solução, ou seja, o perigo da autogestão está em ser corroída pela lei do menor esforço. (SINGER, 2002). Contudo quando os cooperados trazem um ideal de participação ativa, no sentido de que todos podem contribuir para o crescimento da cooperativa, e de assumir o trabalho, porque gosta dele e não porque é uma obrigação, são pensamentos que cultivam uma premissa: que o desenvolvimento da autogestão requer a participação de todos os cooperados. Claro que é preciso respeitar a forma como cada pessoa consegue assumir essa participação, pois isso está relacionado a singularidade de cada um.

Já a participação na cooperativa envolve como os cooperados percebem sua atuação dentro da cooperativa. Os relatos também são variados. Existe a uma postura de real entrega, porque acredita no grupo e no trabalho. Há quem goste de participar, dar opinião, assim como, aceitar a opinião dos outros, porque cooperativa é cooperação. Por fim, uma atitude de tentar ajudar o grupo de todas as formas, assim como, de ter esse contato de “conversar olho no olho” (C4, L183), não deixar de esclarecer bem as coisas, de estar mais junto, de “pegar todo mundo junto” (C4, L184).

A participação fica num plano mais real, dentro daquilo que se consegue realmente fazer. Aparece novamente a questão da participação ativa, destacando junto a isso a atitude de cooperação. Surge também a entrega, ou seja, um envolvimento completo por acreditar na força do grupo. Aparece ainda o cuidado em tornar a comunicação clara. Porém, o exercício da comunicação é complexo, pois envolve uma série de elementos, como por exemplo: o comportamento da comunicação, ou seja, como as mensagens são produzidas e o que procuram comunicar; o estilo da comunicação, a forma como as pessoas tratam suas mensagens; o meio de comunicação, os canais utilizados para que as mensagens cheguem aos seus ouvintes. (BERLO, 1963). Mesmo sendo complexa, a comunicação é um ingrediente fundamental para o exercício da autogestão.

Quanto ao acompanhamento do cooperado sobre o funcionamento da cooperativa existe praticamente uma participação em todos os momentos. Existe quem acompanha tudo, tanto em relação à horta como em relação às reuniões. No que tange à parte administrativa, os cooperados se reúnem mensalmente para conversar sobre cada um dos setores (padaria, horta), para discutir possíveis dificuldades que estão sendo enfrentadas. Desde que começou a trabalhar, sempre participou de todos os momentos. Há um conhecimento sobre todo o funcionamento da cooperativa: organização, reuniões, assembleias, pois acredita que para ser um cooperativado é preciso assumir estes espaços. Todo conhecimento, desde a parte administrativa, até econômica, todo sócio possui, pois como a cooperativa é um grupo pequeno, todos têm total abertura, todos sabem o que tem, o que devem fazer, o que está no planejamento. Então, justamente por ser um grupo pequeno, fica mais fácil de trabalhar. E existe um acompanhamento de mais ou menos tudo, pois se sabe mais ou menos tudo o que é feito e o que deixam de fazer. Mas sabe que os produtos são integrais e orgânicos integral. Então, está tentando acompanhar o grupo.

Existe uma tentativa de participar e de se apropriar de todos os espaços da cooperativa. E o tamanho do empreendimento facilita esse processo. Cooperativas que possuem de vinte (20) a quarenta (40) pessoas tendem a resolver seus problemas com maior agilidade e tendem a praticar as funções de forma mais rotativa. (SINGER, 2000). Há um consenso de que o exercício da autogestão fica mais fácil em empreendimentos pequenos. (SGUAREZI, 2011).

Na divisão das funções na cooperativa ocorre tanto uma separação por função como um rodízio de tarefas. Em relação à primeira situação, quem trabalha na coordenação também trabalha na produção, assumindo duas funções. Essa pessoa sai de manhã cedo e volta para casa à noite de uma reunião, passa o dia inteiro assim e às vezes isso se estende. Então depende da função que assume. Existem as horas trabalhadas, aquelas horas que estão na horta e na padaria. Às vezes num dia, um cooperado está em Porto Alegre numa reunião, chega e vai para a produção ou chega e vai para a colheita. A separação de funções também aparece quando se diz que “as gurias vão pegar o pão e fazer, e os guris vão para horta” (C1, L325-326). Por outro lado, existe um entendimento de que não é uma coisa separada. Todos sabem fazer tudo, embora não seja a mesma coisa. O que um faz o outro também faz, ou seja, todos que estão dentro da cooperativa, sabem fazer um

pouco de tudo. Então, “tenta pegar todo mundo junto, mas cada vez um vai fazendo uma coisa” (C4, L216-217).

Um dos princípios que regem a Economia Solidária é que o empreendimento permita que os trabalhadores se apropriem de todos os aspectos do funcionamento da cooperativa, de modo que todos possam assumir as diferentes funções que existem. Isso viabiliza o rodízio de tarefas que compreende a um dos aspectos da autogestão. Isso soa um pouco semelhante a um modelo adotado pelo sistema capitalista nas formas de gestão das empresas. Trata-se do Toyotismo e o modo de produção polivalente, onde um mesmo trabalhador precisa ser capaz de assumir inúmeras tarefas ao mesmo tempo.

A semelhança nessas duas formas de gestão está no sentido de exigir que a pessoa assuma diferentes funções. Mas no caso da Economia Solidária, que envolve a autogestão, a pessoa tem a possibilidade de fazer um rodízio de funções como forma de tomar consciência do seu próprio negócio. Trabalha para si e para o crescimento do grupo do qual faz parte. Já no caso do Toyotismo, onde é adotado a polivalência, o trabalhador não possui escolha, ele obedece às exigências do seu patrão. Ele precisa assumir várias funções para aumentar o rendimento de produção e baixar os custos. É uma relação de exploração, onde o único objetivo é a busca do lucro.

Existe a percepção de que a divisão das funções é variável dentro da cooperativa. Pois uma pessoa permanece dois anos na coordenação, e depois já muda de função, ou seja, não é fixo. E mesmo quem esteja na coordenação, se a demanda maior é na horta, a prioridade maior será a horta. Se não existe nada urgente na parte administrativa, vai se encaminhar para a horta. Quando houve um pedido enorme de salgados de gergelim, de mil e quinhentos (1500) salgados, o foco da cooperativa foi na produção para entregar a encomenda a tempo do prazo solicitado. Todos passaram o final de semana trabalhando, “numa boa, sem se sentir obrigado a fazer aquilo” (C3, L387-388). Desta forma, existe um rodízio, se alguém tem que sair, o outro ajuda, pois é uma cooperação. Cada um faz um pouco de tudo. Uma hora ajuda na produção, outra na venda nas feiras, outra hora está fazendo biscoitos. Existe a tentativa de ajudar com um pouco de tudo.

Esse cotidiano dentro da cooperativa revela que é necessário um esforço adicional dos trabalhadores para adotar a autogestão, onde todos precisam se preocupar com as demandas gerais do empreendimento. A união de esforços para

cumprir um prazo ou atingir objetivos que desejam, faz com que todos se tornem conscientes do que está acontecendo, contribuindo assim para uma cooperação inteligente dos sócios. (SINGER, 2002). E a variação das funções possibilita que cada cooperado conheça a diversidade de atribuições e responsabilidades de cada setor. (PEDRINI, 2000).

Por outro lado, existe o entendimento que a divisão das funções se dá por setores, onde a divisão é mais ou menos setorizada, por função, mas as pessoas se envolvem no trabalho do outro também. Mas na horta, existem as pessoas mais focadas no plantio, no planejamento. “Não é todo mundo chegar lá, pegar semente, sair semeando” (C1, L370). Precisa haver o questionamento: do que foi plantado, do que precisa. Pode ajudar, mas deve consultar a pessoa que está fazendo, que cuida dessa parte. Isso é interessante e ensina. O mesmo ocorre quando se chega na padaria, na parte estrutural, de produção. Foi feito um mutirão, é necessário um reforço, mas é preciso ter alguém que “foca e coordena” (C1, L375), estabelecendo qual vai ser o serviço daquele momento: se tem encomenda, tem que empacotar os salgados, tem que entregar os biscoitos amanhã. Então, quem está naquele setor que coordena as ações. Os setores da cooperativa são: o administrativo, a parte de produção do panifício, a produção da horta, e toda logística de feira. Fazer feiras é uma grande atividade, que engloba tudo. Cada setor tem autonomia, as pessoas de cada setor levantam as possibilidades de melhorar, ampliar, as linhas de produção, tendo em vista essa possibilidade de produção, mas também focado no objetivo final que é a comercialização. Porém, o setor levanta as questões, mas quem define é o grande grupo.

Isso quer dizer que, apesar da gestão da cooperativa se caracterizar por uma ação coletiva, onde a decisão do que e de como fazer seja de todos, pode existir o respeito de uma hierarquia de comando na organização, referente a execução das tarefas. Mas ter consciência de que o trabalho é coletivo, costuma contribuir para maior segurança, estabilidade e rendimento do empreendimento. (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Acontece também de cooperado permanecer em determinado setor, onde fica mais em determinado lugar, geralmente mais na sede. Além disso, existe também uma preferência por determinadas funções na cooperativa. Onde o que mais se gosta de fazer é de lidar na horta, existe uma “assimilação” (C2, L233) maior na horta. Outras pessoas sentem isso com a administração, ou com os pães. Claro que

se for necessário, vai ir na feira ou para outros lugares, mas se pudesse trabalhar apenas na horta, haveria maior satisfação. Se houver alguém da família que vai faltar na feira, será certamente o seu caso, pois não gosta de vender.

A rotatividade de funções é uma das características da autogestão, mas isto não quer dizer que as pessoas não tenham preferências. Todos possuem uma tendência maior em assumir mais determinadas atividades e evitar outras. São aptidões que cada pessoa possui. E sempre vai existir maior prazer com aquelas atividades das quais se gosta, e algum desconforto com aquelas com as quais se tem dificuldade. Portanto, essa fala representa uma realidade muito cotidiana.

A vida cotidiana possui uma série de características que possibilitam a reprodução do sujeito e que estão relacionadas a particularidades humanas. Nesta situação, duas características se sobressaem: a heterogeneidade e a entonação. A primeira demonstra que todos os humanos são diferentes, possuem uma alteridade a partir de singular. A segunda indica que toda pessoa possui uma marca que retrata a sua identidade. (GUIMARÃES, 2002).

O horário de trabalho na cooperativa envolve um mínimo de oito (8) horas de trabalho, mas tem se feito doze (12) horas, e às vezes quinze (15) horas por dia. Quando alguém vai para feira, sai da sede às 4h da manhã e “vai terminar a função no sábado à tarde” (C3, L492), às 16h da tarde, ou mais tarde. E às vezes já tem demanda e vai direto dar sequência ao trabalho. Mas se é época de não muita função, se procura não ficar fazendo tudo, para não gerar tanto cansaço. Se pensava que iria diminuir as horas trabalhadas, mas como aumentou a demanda e o número de pessoas continua reduzido, então o grupo está trabalhando muitas horas por dia. Em geral se trabalha o dia, tentando manter um horário.

Segundo uma pesquisa com treze (13) empreendimentos do Rio Grande do Sul, 56% dos trabalhadores disseram que sua jornada de trabalho é mais de oito (8) horas por dia, 21% disseram que eram mais de doze (12) horas, revelando que alguns empreendimentos podem se dirigir para uma situação de autoexploração (PINTO, 2006). Por outro lado, uma cooperativa que exige que seus trabalhadores passem, no mínimo oito (8) horas por dia envolvidos no trabalho, tende a se tornar uma comunidade cooperativa. Onde o destino social e econômico de cada um depende da interação que existe entre este grupo. Há uma relação de confiança sendo reafirmada diariamente. (SINGER, 2000).

O horário de trabalho na cooperativa também varia de acordo com a função, onde cada setor possui um horário. Na padaria tem um horário para começar, quando terminar a atividade, encerra aquela função. Não é estabelecido o tempo, de ter que trabalhar oito (8) ou dez (10) horas. É basicamente mais programado pela função do que pelo horário. “Então é por função né, terminou vai pra outra ponta, terminou vai descansar” (C1, L407-408). Existe, por fim, também a percepção de que não há um horário estabelecido de trabalho. Na horta, o trabalho inicia na claridade do dia. Alguns vão mais cedo, mas não existe tanta cobrança. Às vezes, alguém trabalha o dia todo na horta, outros saem para outras atividades da cooperativa, para entrega. Então, não existe cobrança. Há um respeito entre os trabalhadores, e uma tentativa de aproximação de horas trabalhadas.

Existe uma atitude de compreensão: de entender que cada setor seja percebido dentro da sua singularidade, onde terá demandas e necessidades de funcionamento distintas. Por isso, existe um cuidado dentro do grupo, de não haver cobranças por cumprimento de horários. O norte está no que cada setor demanda. Estes cuidados envolvem uma luta constante para cultivar e fortalecer a democracia, e para não deixar que ocorra uma degeneração em razão da intensa rotina.

As tomadas de decisão na cooperativa são realizadas nas reuniões mensais, mas existem alguns nuances. Numa a coordenação se reúne primeiro e avalia os pontos que precisam ser discutidos, reunindo as pautas importantes para discussão. Existe a reunião mensal e também a dos setores. “Primeiro é ouvido pessoal, como eu falei antes, do setor, se for alguma coisa da produção né. O pessoal que trabalha, que tem o domínio mais no dia a dia, é ouvido, mas a decisão final é sempre do grupo” (C1, L411-413). Em alguns momentos “[...] dá uma parada rápida, tem alguma coisa pra definir assim, talvez isso, até semanal, uma parada, óh, precisamos definir isso. Então para ali, de meio dia mesmo e se encaminha, não vai esperar um mês pra se resolver. [...]” (C1, L419 a 421). Mas todo mês tem assunto para discutir, para conversar. Se precisar tomar alguma decisão, quando está direto na atividade, se faz uma reunião informal para conversar e encaminhar. Depois é repassado novamente para todos. Seria uma informação mais universal, para todos os associados, mais uniforme. Em outra ainda, se afirma que tem uma reunião mínima, básica para avaliar dificuldades, o que se tem pela frente, os próximos passos também. Outras reuniões fora desse período são muito difíceis de acontecer, até porque já se tem planejado o que se vai fazer. Mas às vezes, se chega com vinte

(20) pães e não foi suficiente ou tem que vender em outro lugar, situações desse tipo, mas que não interferem no andamento geral da cooperativa, no processo que já foi bem decidido. Por fim, a última nuance em que se afirma que nas reuniões mensais é onde se conversa, se tomam as decisões e se levantam os pontos que precisam melhorar. Mas também quando se está na produção, pode sinalizar que poderia ser de determinado modo, que aquela feira poderia ter sido melhor. Até no ambiente de trabalho há trocas desse tipo. Mas afirma que não há outras reuniões fora as mensais, que é dessa forma que costuma participar. Se conversa para tentar fazer com que as decisões aconteçam. Se algo não está dando certo, existe a discussão até sua resolução.

No levantamento realizado pelo SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) em parceria com a FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) em todo o Brasil, 60% dos empreendimentos econômicos solidários afirmam realizar ao menos uma reunião mensal, onde ocorre a participação da maioria dos sócios. (SILVA e CARNEIRO, 2014). Existe uma adesão maior dos trabalhadores aos objetivos específicos da cooperativa em razão de sua natureza, ocorrendo uma forte contribuição no trabalho e em todas as decisões importantes para o empreendimento. (GAIGER, 2000).

Contudo, parece que as reuniões improvisadas envolvem apenas pessoas que estão há um período mais longo dentro da cooperativa, e que sejam vistas como lideranças para indicar a solução mais adequada para determinada situação. De modo que decisões importantes do cotidiano da cooperativa acabem sendo concentradas sempre nas mesmas pessoas. Isso tende a se encaminhar para um enrijecimento de papéis, muito comum dentro de empresas capitalistas. Por esta razão, a autogestão, nas tomadas de decisão, é um processo em constante gestação, que requer muita prática e vigilância.

A importância da reunião está justamente na necessidade da sua realização “para não deixar que as coisas tomem outros caminhos” (C4, L265-266). As pautas das reuniões são variadas. Atualmente com essa conjuntura política estabelecida, estava havendo muitas reuniões, “porque as coisas do jeito que o Brasil né, o caos que estava a gente também tinha que pensar né, uma posição diante desse golpe que aconteceu no Brasil” (C3, L507-509). Então, houve participação permanente das lutas, se continua participando do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Não concorda com o atual governo, pois são contra esse tipo de governo que

tira uma presidente eleita. Se não estava bom antes, houve agora maior prejuízo para os trabalhadores. Ultimamente estava se discutindo a conjuntura política mesmo, porque não há como evitar, é um fato que atinge diretamente todos os trabalhadores.

Em agosto de 2016 houve votação para o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff (PT), após ter sido reeleita por 54,4 milhões de votos. Assumiu em seu lugar, o vice-presidente Michel Temer (PMDB). A acusação é que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal. Em sua defesa, ela sustentou que estava sendo alvo de golpe parlamentar. (CORREIO DO POVO, 2016). Assim como a cooperativa pesquisada, nove especialistas estrangeiros em Direitos Humanos, entenderam esse processo como um golpe contra o estado democrático do Brasil. Estes especialistas acreditam que existia um forte mal-estar das elites frente ao acesso ampliado das camadas mais pobres da população aos recursos da sociedade de consumo, bem como, ao crescimento dos gastos com programas sociais de integração para redução das desigualdades sociais. (SUL21, 2016).

A cooperativa pesquisada não só está consciente do que ocorre em seu país, como também assume um posicionamento ativo em relação a isso. Desde o surgimento do capitalismo, as mudanças no ritmo da história afetam de forma crescente a toda sociedade, mas é possível perceber a diferença entre aqueles que participam ativamente da história e quem apenas sofre sua influência. (HELLER, 1991).

Além disso, estava se discutindo sobre o trabalho na cooperativa. Se reuniram “mil vezes para pensar o projeto” (C3, L523) que estão encaminhando, nem sabem se está aprovado. Tiveram que pensar no projeto, porque há pouco equipamento dentro da cooperativa, o trabalho é muito artesanal, então foi elaborado um projeto junto a um banco que quer apoiar. Foi necessário contratar consultores, porque não se sabia como fazer isso. Pensar no projeto, nas atividades que quer se desenvolver. Outros possíveis pontos de discussão estão relacionados, às vezes, à dificuldade de falta de água na horta, ou ainda à falta de fornecimento de farinha. Toda cooperativa traz a necessidade de ampliação, melhoramento como forma de garantir seu processo de desenvolvimento e crescimento. Mas para que isso seja possível, é necessário a participação dos cooperados nesse processo de construção. Mais uma vez, fica evidente que a participação nas tomadas de decisão é algo assumido pelos cooperados.

Outra pauta de discussão no interior da cooperativa é que como se está nos trabalhos dos orgânicos, tem muitos eventos que acontecem e não se pode decidir individualmente. Quando um cooperado é chamado para fazer um evento, tem que falar com o grupo da cooperativa, verificar se todos concordam, porque há muito trabalho, não dá para um cooperado falar em nome da cooperativa que será assumido determinado compromisso, tem que discutir, avaliar se há condições para isso. Até mesmo, a cooperativa recebe muitos visitantes e até isso está na pauta. Semana passada a cooperativa recebeu um grupo de uma escola numa quinta pela manhã, e se tinha produção. Aí se organiza, discute, libera a pessoa para atender os estudantes que vem, que é contabilizado como trabalho, pois o importante é multiplicar. Neste mês, vem o grupo da vigilância estadual de saúde que é no mesmo dia de três (3) feiras, ou seja, vai coincidir quatro (4) atividades no mesmo dia. Bom, houve a discussão do que iria ser feito: quem iria receber as pessoas na sede, quem iria para qual feira e quem ficaria na produção. Ocorre uma reunião, onde é avaliado se há possibilidade de assumir os compromissos, se está no período do trabalho, e a partir daí ocorre a organização para concretizar as ações.

Dentro de uma cooperativa, onde existem diversas atividades acontecendo, a distribuição adequada do tempo também implica na sua organização. Para isso se viabilizar, é importante que as pessoas desenvolvam em si mesmas a habilidade de atuar simultaneamente. (HELLER, 1991).

Ocorre, por vezes, divergência de opinião. Um conflito de não concordar com a opinião do outro. Mas não chega a ser conflito, pois estão juntos há tanto tempo, “já é tudo família mesmo” (C3, L560-561). Às vezes, se pensa que existem poucas pessoas para o trabalho mais pesado, acredita que a cooperativa deveria fazer investimento para comprar uma máquina para ajudar a “puxar o adubo” (C3, L564), pois o composto é pesado. Mas “os homens acham que ainda não” (C3, L565). Acredita que devia ter uma máquina, ao invés de “puxar com o carrinho” (C3, L566). Então se levanta a questão, e o grupo diz que não precisa. Não chega a ser uma discussão forte. Se trabalha bastante na horta, pois se gosta de fazer isso, contudo, o trabalho fica pesado, ainda se tem força, porque se está jovem, mas o tempo passa. De tempos em tempos, se volta a discutir, mas se o grupo entende que não deve ser investido nisso agora, então não se vai ficar “teimando” (C3, L574) sobre isso também. Então, se deixa o tempo passar e com “o andar da carroça as abóboras se ajeitam” (C3, L575-576). Existe um posicionamento de que quando

ocorre divergência de opinião, se resgata no grupo maior para ver o foco, o princípio de todos.

Aparece uma clara influência da questão de gênero nessa divergência de opinião relacionada com o trabalho mais pesado na horta, onde os “homens” parecem ter supremacia na tomada de decisão. Contudo, há ênfase para que as divergências dentro do grupo sejam decididas no coletivo, onde a autoridade máxima é conferida pela assembleia geral dos sócios. (SINGER, 2002).

As negociações, a troca de ideias, o acordo de normas e limites, a flexibilidade de rever o que já foi combinado são condições essenciais para o bom funcionamento de uma cooperativa. As tomadas de decisões costumam se tornar momentos muito intensos, pois os trabalhadores criam suas próprias regras para o trabalho, remuneração, lazer. Precisam conciliar a distribuição de atribuições e horizontalidade com produtividade, esforço e dedicação. E exercitam relações de poder. (PEDRINI, 2000).

Existe um consenso de inexistência de conflito na cooperativa, pois não se lembra de não conseguir resolver ou que se desistiu porque ninguém se entendeu, não se lembra de ter vivenciado isso. Não se teve grandes problemas ou diferenças, que não foi ao consenso. Não existe conflito na cooperativa, o que pode existir é diferenças de pensamento. Se conversa para tomar uma decisão. Mas conflitos não existem, pois todos se respeitam. Do lugar de onde vieram, só conseguiram, porque tinham um coletivo forte. Não teriam alcançado as conquistas com conflito. Pode haver duas propostas e todo mundo vai sair defendendo só uma. Por fim, há a sustentação de que não vê nenhum conflito no interior da cooperativa, nada que gera conflito entre eles. Não há motivo para gerar estresse de um com os outros e vice-versa, pois todo mundo “pega junto, dá o seu melhor” (C4, L273). Todo mundo está fazendo algo para o “bem das outras pessoas” (C4, L274).

Isso pode ser considerado como um círculo virtuoso do trabalho cooperativo e autogestionário. Existe um círculo com um estímulo moral e material que resulta numa série de atitudes positivas. Por consequência, há uma diminuição dos conflitos de trabalho e um fortalecimento moral dos trabalhadores, beneficiando o empreendimento como um todo. (GAIGER, 2000).

A moral na vida cotidiana, na esfera da particularidade, é heterogênea. Ela surge de um mundo que apresenta inúmeras regras de comportamento que são concretas, pois delimitam com certa exatidão o que pode ou não ser feito. A moral,

neste contexto, envolve valores que estão baseados na consciência ética e social que definem todas as ações. A grande diferença é se esta ação está no cotidiano do particular ou no não-cotidiano da genericidade. Para alcançar essa última esfera, é necessário: a elevação das motivações particulares; a escolha por conteúdos voltados para genericidade; estabilidade na elevação a determinadas exigências, ou seja, deve ser uma busca consciente e constante; e por fim, a capacidade de praticar estas exigências em todas as situações concretas da vida. (HELLER, 1991).

Por outro lado, há uma fala que admite conflito na cooperativa: quando existe algum assunto que não foi discutido, quando foi tomada uma decisão que não foi conversada. Afirma que existe conflito, mas que não é tão significativo. Como, por exemplo, assumir um compromisso extra, porque às vezes surge, e isso pode dar conflito, pois não estava no planejamento, e acaba sobrecarregando outras pessoas. Isso pode gerar desgaste, conflito, desconforto. Uma coisa é planejar e cada um fazer sua atividade. Só que surge “um milhão de extra” (C1, L447-448), como uma visita ou um pedido para fazer estágio, uma vivência. Não tem problema, vai se encaixar na programação. Alguém quer ir na cooperativa amanhã, mas amanhã já tem atividade. E no mês, todos próximos, já tem dias com programação. Professor entrou em contato porque quer levar uma turma de estudantes, não tem problema, só que tem que encaixar na programação. Se alguém diz para ir na segunda-feira, pode haver outra programação naquele dia, aí gera conflito por causa disso. Quando se toma uma decisão de trazer uma atividade que não estava programada, às vezes alguma decisão que tem que se tomar, pode gerar conflito.

Assumir que na cooperativa podem existir conflitos significa trazê-la para um plano mais de acordo com a realidade. O conflito faz parte da natureza humana. As relações são construídas por pessoas diferentes, heterogêneas. E as diferenças nem sempre são complementares, podem entrar em choque também. A forma de contornar este problema, que é bem cotidiano, é por meio do diálogo.

Como forma de evitar o conflito, se consulta o grupo. Se tem esse objetivo de fazer a troca, para possibilitar o recebimento de visitas, alunos, que serão inseridos numa programação. Por isso, a comunicação com todos. Para resolver um conflito na cooperativa é acionado a maioria, ou seja, a maioria resolve e os outros vão assumir aquilo que a maioria decidir e trabalhar para que seja o melhor. A maioria decide sempre. Se houver duas propostas, a maioria decide o que é melhor.

Funciona dessa forma. Há uma história que é muito melhor perder no coletivo do que ganhar sozinho, ou seja, é melhor trabalhar em cooperação.

Novamente se resgata que a decisão no coletivo é soberana. Quando as pessoas são proprietárias do seu próprio negócio, todas as regras, por menores que sejam, são decididas coletivamente. Jornada de trabalho, salário, divisão das sobras, entre outros aspectos do funcionamento da cooperativa. Por isso, as relações sociais que se formam nesse processo material de trabalho são diferentes. Elas criam uma forma social de produção. (GAIGER, 2000). A natureza dessa prática social está sedimentada no poder compartilhado, na união de esforços e no agir coletivo por meio da cooperação. (ALBUQUERQUE, 2003a).

Referente a desistência da cooperativa, houve três pessoas que optaram por fazer outro trabalho, mas saíram de forma tranquila, sem conflito. Dentre elas, uma pessoa que se tornou contador e está trabalhando nessa função. Inclusive, faz a contabilidade para a cooperativa. Outra pessoa saiu da cooperativa pesquisada para ir para outra, onde todos são associados, por isso se diz que essa pessoa continuou o trabalho. Informou-se também que tiveram algumas saídas, alguns se mudaram, outros viram que o foco desta cooperativa não era o que eles queriam. Foram poucas pessoas, de duas a três. Mas as saídas se deram por esse critério: deslocamento e o objetivo, o foco da cooperativa. Houve a posição de não saber dizer, de acreditar que não foram muitos, assim como, teve a posição de achar que não houve desistência de ninguém, porque acredita que as pessoas que começam a participar da cooperativa não querem sair.

A baixa quantidade de pessoas que se retiraram da cooperativa demonstra o quão sólido é o empreendimento. E as saídas não resultaram num rompimento definitivo com o grupo da cooperativa, existe uma continuidade do trabalho, mas de outra maneira. Isso revela a permanência de um vínculo, de trabalho e também emocional.

Não houve desligamento da cooperativa, ou seja, da pessoa ser convidada a se retirar. Não chegou a acontecer isso. Como também, não se soube responder pelo tempo que se encontra na cooperativa. Mas informou que durante o tempo que está na cooperativa, não houve desligamento. Assim como não há rotatividade na cooperativa, porque as pessoas que estão ali acreditam na proposta, tem bem claro isso. Entraram e entenderam bem o objetivo, o que é a cooperativa.

Em pesquisa realizada com dezesseis (16) cooperativas de produção e de serviços no RS, foi percebida uma menor rotatividade e uma maior estabilidade no quadro de sócios. Em razão de maior comunicação entre os cooperados, facilitando a identificação de problemas no processo de trabalho. Havia também um grande envolvimento de todos na busca de soluções e certa vigilância com relação à negligência. (GAIGER, 2000).

Na **produção** existe uma percepção sobre a venda dos produtos que está relacionada a um posicionamento de não se sentir bem vendendo, mas de ter que fazer isso, porque “o capitalismo não deixa, selvagem do jeito que é, tem que vender” (C2, L169-170). Diz que costuma vender bem, porque acredita que deve conhecer um pouco sobre o produto que está vendendo, para saber responder caso alguém pedir quais os minerais que tem numa planta. Como faz a venda dos produtos provenientes da horta, com o qual gosta de trabalhar, se torna um pouco mais fácil o processo de venda. Pois, é preciso saber explicar para o consumidor, os benefícios de estar consumindo determinados produtos.

O sistema capitalista exige que toda produção deve resultar em lucro por meio da venda, configurando o trabalho abstrato. O incômodo deste cooperado com a venda é transformado numa forma diferenciada de fazer este processo. O mesmo cuidado que ele possui para produzir, também é adotado para realizar a venda. Há uma readaptação, ou seja, ele precisa se conformar que está inserido dentro de um sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, não precisa agir inteiramente por esta lógica, a do lucro, pode introduzir o cuidado com a qualidade de entrega deste produto. Assim também ocorre com uma cooperativa: ela também possui elementos de uma empresa capitalista. Seu diferencial está na parte da igualdade e da democracia. (SINGER, 2000).

Os produtos do início da cooperativa eram provenientes da horta e o pão. Inclusive, o trabalho começou com o pão em 1997, porque se fazia somente dois tipos de pão, um integral e um com linhaça. A escolha dos produtos da cooperativa possui uma história que está relacionada desde a criação do produto. Quando a cooperativa começou, não queriam qualquer produto. Uma entidade de assessoramento ajudou nesse sentido, porque eles tinham uma grande preocupação com a alimentação, até pela condição que o grupo informal se encontrava, de muita pobreza e desnutrição. Por isso, optou-se pelo pão cem por cento integral. Nunca usar farinha branca. Desde o primeiro pão feito no grupo, se

fez integral, junto com essa assessoria. Era diferente, era o melhor pão, porque o grupo enquanto informal ficava muito tempo sem ter pão. Então aquele pão conquistou a todos, por isso optou-se em trabalhar só com pão integral.

A escolha de adotar determinada forma de fazer o produto, no caso o pão, parece estar diretamente relacionada com uma necessidade que o grupo da cooperativa tinha enquanto era informal, de suprir uma necessidade básica de alimentação. A escolha, desta forma, estava baseada numa vivência de privação.

O simbolismo do pão para a cooperativa também conta um pouco sobre a história do grupo. Quando eles se encontravam no acampamento, passavam e sentiam fome. Quando já estavam neste local que se encontram atualmente, mas ainda como grupo informal, lá no seu início, também passavam fome. Não havia quem não quisesse o pão. Na casa da mãe, por mais humilde, por mais pobre que fosse, o pão nunca faltava. E se ficava muito tempo sem enxergar um pedaço de pão. Pão era sagrado para todos. Ter um pão para comer. O grupo então fez uma promessa: que quando conquistasse a terra e as condições, todos iriam ter o melhor pão. E se acredita que se alcançou esse objetivo. Para a cooperativa, este pão, não é qualquer pão. Porque eles além de ter todo o cuidado que a terra e o trigo merecem, se trabalha com a espiritualidade, se canaliza energia para este pão, para que quem se alimentar dele, tenha saúde, não somente física. Para a cooperativa é muito mais que um simples pão que é feito. Até hoje se tem o caderno de receita. Esse tempo que o grupo ficou no acampamento, se perdeu muita coisa. Mas ainda se tem “[...] caderninho de receita que tinha na casa da minha mãe, eu tenho ele aqui comigo, que era as receitas, que a comadre dava, que a outra vizinha dava [...]” (C3, L393-395).

A vida cotidiana possui uma história (HELLER, 1991), no caso desta cooperativa, existe uma história para a eleição de um dos produtos, o pão. Esta história envolve uma tradição baseada numa rotina intrinsecamente significativa, que insere qualquer experiência dentro de uma continuidade do passado, presente e futuro. A tradição, neste caso, não é estática, mas reinventada a cada geração, assumindo uma herança cultural dos precedentes. (GIDDENS, 1991).

Por esse histórico, as receitas dos produtos eram muito pensadas na questão nutritiva. Nunca se fez curso de padeiro. As receitas foram desenvolvidas a partir do estudo que tinham feito com a assessoria, da propriedade dos cereais e das frutas. A receita dos pães era do grupo, porque faziam receita de pão como se fazia na

casa de suas mães. Não se tinha uma padeira, da entidade de assessoramento, então se fazia junto com aquilo que se sabia fazer. Havia sugestões de fazer de um jeito, de outro, até se fazer o pão, como se costuma fazer o pão caseiro. A partir daí, se começou a fazer cucas e bolos, se começou a fazer assim: inventando. Enquanto grupo informal, se tinha muito problema de desnutrição, então se fazia pão com espinafre, bolo de cenoura, bolo com beterraba, porque era uma necessidade que o grupo tinha. Colocava o açúcar mascavo, a água, a farinha, o fermento e a cenoura. E foi assim que começou a se desenvolver a receita. Todas as receitas foram desenvolvidas pelo próprio grupo, a partir do estudo realizado com a assessoria. “Tipo assim, porque usar gergelin no biscoito? Ah vimos que gergelin é o cereal mais rico em cálcio, de todos os cereais, só tem uma alga chinesa que tem mais cálcio que gergelin, né então a gente tinha criança em fase de crescimento, então vai gergelin no biscoito né, vamos usar gergelin no pão, vamos usar linhaça por causa dos ômegas, vamos usar uva passa por causa do resegratol, então vamos usar a banana com a casca, porque a casca é riquíssima [...]” (C3, L465-471). Se gosta muito de cozinhar, todas as receitas foram desenvolvidas na padaria. Se testa para ver se vai ficar bom. E dava certo, tanto que as receitas foram escritas pelos próprios cooperados, não vieram prontas. São registradas “nos caderninhos” (C3, L476) para poder fazer a tabela nutricional. A nutricionista pesou cada ingrediente, mas o resto foi feito pelos cooperados. Foi uma construção do grupo.

O papel da assessoria foi primordial na construção dessas receitas, pois não bastava que os produtos fossem apetitosos. A cooperativa trazia na gênese da sua história uma experiência de alimentação insuficiente, logo seu objetivo era produzir um alimento saudável e nutritivo. Além disso, existe uma reafirmação constante da autoria das receitas dos produtos, que foram construídas pelo grupo da cooperativa. A assessoria auxiliou no processo formativo, de mostrar as propriedades de cada alimento. E a nutricionista auxiliou na elaboração das tabelas nutricionais que precisam constar nas embalagens. Mas a receita e a produção desta receita são de autoria do grupo.

As receitas dos produtos também eram pensadas pela questão de viabilidade de acesso a determinadas matérias-primas. Os primeiros bolos foram feitos em 2000, porque foi somente nessa época que se conseguiu comprar o açúcar mascavo, “os parentes tinham açúcar mascavo aí, ia lá no parente, comprava açúcar do parente” (C3, L425-426). A fruta demorou para começar a ser colocada nas

receitas. Porque não se usava outra fruta a não ser que fosse orgânica. E não havia muitas condições financeiras para isso no início, se comprava aos poucos.

Logo, o acesso a matéria-prima não foi fácil. Era muito pouca matéria-prima. Tinha um grupo de agricultores em duas cidades do interior do Rio Grande do Sul. Depois se conseguiu um no Paraná que trazia trigo orgânico e enviava para a cooperativa. No começo foi bem difícil para encontrar matéria-prima orgânica, ter fornecedor permanente para conseguir manter a produção. E se tornava difícil, justamente por se priorizar determinada matéria-prima. Porque o grupo não se deixava influenciar, de colocar qualquer ingrediente no seu produto, pois o argumento utilizado é que os consumidores não saberiam que não seria orgânico, mas a cooperativa sabia, e por isso não servia para ela.

O cuidado com os ingredientes que eram colocados nos produtos sempre existiu ao longo da trajetória da cooperativa. Tanto que a introdução de determinadas matérias-primas só foi possível a medida que o grupo conseguiu acumular renda suficiente para investir nisso. Este mesmo cuidado revela uma ética adotada por essa cooperativa: de respeitar integralmente os preceitos do alimento orgânico e agroecológico.

A escolha dos produtos da cooperativa também está relacionada ao que é possível produzir na região que se encontram. Por exemplo, não adianta a pessoa, no hortigranjeiro, querer tomates, se o clima, o sol, a região, a época não condiz para a produção de tomates. Cada setor levanta o que pretende produzir, qual seria a prioridade, e o grupo define. A partir daí, é focado nessa decisão, com o objetivo que se tem. Tem produtos que já estão há bastante tempo. Começou a se fazer em 2014 os biscoitos, foi testado “para ver se ia ficar legal” (C4, L225), se levou para as feiras e as pessoas gostaram, e por isso se continuou fazendo.

A cooperativa não compreende somente à produção de pães, bolos e biscoitos, existe também a produção na horta. E sobre esta última não se tem uma autonomia de escolha sobre o que vai ser plantado. É necessário haver uma avaliação do que é possível produzir dentro das condições de clima e de solo da região.

Existe um preconceito em relação aos produtos orgânicos e integrais. Até hoje se vê as pessoas com um pequeno preconceito em relação ao preço, quando se fala em produtos integrais, orgânicos, porque as pessoas pensam que é caro. Todavia, os empreendimentos solidários possuem uma preocupação com a

qualidade dos seus produtos e serviços, e atribuem um valor que consideram justo. (ANDRIOLA, 2010).

Por outro lado, grandes empresas têm se aproximado da cooperativa sob a lógica de mercado. Uma empresa queria que a cooperativa produzisse apenas para eles, ofereceram a possibilidade da cooperativa ter uma banca ou um estandarte. Mas foi negado essa proposta, porque não vai ser uma grande empresa que vai decidir o que o grupo quer fazer. Muitas pessoas fazem apenas como negócio, fazem para vender. As padarias convencionais produzem só o pão, um alimento que é só o pão. Outros grandes eventos anuais também fazem o convite para a cooperativa participar, mas estão relacionados ao agronegócio e este não é o objetivo da cooperativa. A proposta e o sonho da cooperativa se perdem nessa lógica de mercado, pois o consumidor vai chegar nessa empresa que vai colocar 50% do valor em cima do produto, e aí o consumidor vai elitizar um produto que a cooperativa queria para uma divisão social.

A lógica do mercado pressupõe a perseguição por objetivos monetários. Busca-se o lucro e outras formas de vantagem. A eficiência, neste sentido, é uma questão importante para todos os capitalistas. O tempo de recuperação do capital colocado em circulação deve resultar sempre na obtenção de maior margem de lucro. (HARVEY, 2003). Contudo, a lógica adotada pela cooperativa não está de acordo com isso. O lucro é importante e necessário, inclusive, para a viabilidade da cooperativa, mas não é o único objetivo. Não apenas se vende o produto, mas se compartilha algo produzido com cuidado, de forma sustentável para a população. Cada produto traz consigo uma riqueza de nutrientes e de energia, bem como, uma riqueza de histórias de luta e sobrevivência.

A produção é de acordo com a procura. O pão é prático, porque se não se produz, não se perde. Então a produção é conforme a venda e as demandas nas feiras. Tem dias que se faz salgados e biscoitos, outros que só se faz pão. Existe a tentativa de fazer os produtos para as feiras um dia antes. Depende onde é a feira, se é uma feira grande, se produz mais, aí se tende a ficar um pouco até mais tarde na padaria, porque às vezes demora um pouco mais para fazer. Mas vai se fazendo conforme a demanda das feiras. Também ocorre uma demanda natural, ou seja, a cooperativa já é buscada pelos seus clientes.

Existe uma organização nesta cooperativa, uma logística de produção para atender a demanda de compra e venda dos seus produtos. E como a cooperativa já

conquistou seu espaço no mercado, ela não precisa mais se preocupar em oferecer seus produtos a novos lugares, pois muitos consumidores já a procuram nos seus diversos espaços de comercialização.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como finalidade compreender como se articulam os diferentes tempos do cotidiano de uma cooperativa de Economia Solidária – tempo de satisfação das necessidades básicas como forma de garantir a sobrevivência; tempo para a cooperativa se tornar viável para seus cooperados; e tempo de incorporação dos princípios da Economia Solidária num contexto de sociedade capitalista. Em resumo, esta investigação girou em torno do cotidiano de uma cooperativa de Economia Solidária trazendo o tempo como elemento central da análise. Como forma de contribuir para o aprimoramento de políticas públicas para esse setor, algumas considerações serão apresentadas a seguir.

O tempo, nesta dissertação, não foi compreendido como uma medição cronológica, mas como estando em relação com o cotidiano dos sujeitos, e dos seus processos vivenciados numa cooperativa de Economia Solidária. Assim, o conceito de tempo se amplia para uma representação geral que as pessoas possuem do seu universo e das suas respectivas circunstâncias. Além disso, o tempo na sua amplitude não possui uma estrutura, flui de forma contínua e não linear, misturando lembranças de lugares vividos, com demandas presentes e expectativas futuras. Logo, há uma interação simultânea entre passado, presente e futuro.

Por isso, por mais que tenha sido feito uma tentativa de separar o conteúdo das categorias finais, a compreensão ocorre de forma mesclada. O tempo se movimenta em espiral, dando a sensação de estar indo e voltando durante todo processo de análise. Além dessa interação entre os conteúdos, existe uma interligação das categorias finais entre si e uma complementariedade. Não se consegue responder a um objetivo específico sem adentrar no outro. Existe uma constante correspondência. Com isso, os três tempos – do sujeito, da cooperativa e dos princípios da economia solidária – revelam de forma integrada a evolução de uma história de luta, de sobrevivência e de fortalecimento.

O tempo para satisfação das necessidades básicas do sujeito foi longo, pois dependia diretamente do tempo de estruturação, amadurecimento e viabilidade da cooperativa, que também foi igualmente longo. Esses tempos estão ligados a uma história que inicia com a inserção do grupo no MST, para haver a conquista da terra. Este movimento foi de extrema importância porque possibilitou um olhar para este grupo que estava no lugar dos não-vistos, não-lembrados, dos invisíveis. Que

pertenciam aos “sem”: sem-terra, sem-trabalho, sem-vida digna. E que deixaram de ser “sem” quando encontraram o MST. O movimento impulsionou e contribuiu para a união e persistência do grupo.

São poucos os empreendimentos econômicos solidários que alcançam o êxito, que conseguem sobreviver e enfrentar o sistema capitalista ao se organizar de forma autogestionária. Por isso, a força dessa cooperativa adveio de sua gênese construída a partir da experiência com a agricultura familiar, por se filiar a um movimento que prioriza espaços de formação e que possui engajamento político (militância).

Outro elemento também teve grande importância para o êxito da cooperativa pesquisada: a qualidade do segundo assessoramento que possibilitou que o grupo saísse da situação de precariedade e fragilidade para se transformar numa cooperativa potente, pois deu condições para que a mesma conquistasse sua autonomia. Essa transformação iniciou com o resgate de conhecimentos e tradições que o grupo já possuía, pela experiência de vida adquirida pela agricultura familiar, auxiliando na sua subsistência inicial. Para em seguida dar continuidade a um processo formativo que resulta numa produção sustentável e na escolha de produtos diferenciados. Mas para que isso se tornasse viável, foi necessário gerar renda por meio da abertura de espaços de comercialização e a construção de uma rede solidária com outros empreendimentos para a troca de produtos. Houve um tempo considerável tanto para o aumento de renda dos cooperados quanto para o acúmulo de renda necessário que permitisse a compra de determinadas matérias-primas para a produção e, inclusive, para inserção de novos produtos, como o bolo com frutas orgânicas.

No momento que a cooperativa se tornou viável para os cooperados, ela possibilitou que eles não precisassem de trabalho extra para se sustentar. Assumir outro trabalho concomitante seria uma escolha individual, mas não uma necessidade de sobrevivência. A cooperativa passa não apenas a sustentar seus cooperados como também possibilita a conquista de qualidade de vida e do lazer; o cuidado com alimentação; o crescimento profissional.

Mas é somente em 2014 que a cooperativa alcança as condições financeiras necessárias para investir na sua infraestrutura. Com o auxílio de um financiamento de banco, ocorre a construção da sede. E a cooperativa, por sua vez, possui rendimento suficiente para realizar a compra de equipamentos. Foi um

acontecimento que demarca a evolução da cooperativa. Primeiramente, teve que construir seu espaço no mercado, atender as necessidades dos cooperados, para, somente depois disso, cultivar o projeto de ampliar e fortalecer sua estrutura.

Quando se pensa em políticas públicas voltadas para o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários, duas medidas parecem ser imprescindíveis: possibilitar acesso a um assessoramento de qualidade, onde os empreendimentos serão ouvidos naquilo que necessitam e almejam, tendo sua história e identidade respeitadas, e sendo acompanhados pelo tempo que for necessário. E possibilitar acesso a linhas de crédito para que os empreendimentos possam financiar a compra de equipamentos e construção de estrutura adequada para auxiliar na sua viabilidade e consolidação.

Atualmente, a cooperativa se encontra em condições de poder selecionar os espaços de comercialização. A escolha recai sobre mercados que adotem como princípios: o cuidado com o meio ambiente, alimentos livres de agrotóxicos, e a solidariedade. Essa estabilidade também permitiu que a cooperativa pudesse recusar ofertas de grandes mercados que funcionam apenas sob a lógica do sistema capitalista.

A grande dificuldade enfrentada pela cooperativa, neste momento, é a falta de mão-de-obra. Houve um crescimento da demanda de trabalho, mas o número de cooperados permanece, praticamente, o mesmo, desde o seu início. A dificuldade reside em encontrar pessoas que assumam integralmente o posicionamento da cooperativa, de modo que a identidade e a harmonia do grupo sejam preservadas.

Os princípios adotados pela cooperativa também possuem uma história. A preocupação e a formação voltadas para a sustentabilidade, assim como, a busca por redes solidárias inicia com o assessoramento. Logo, o tempo de incorporação destes princípios foi longo, pois estava associado ao tempo de construção e desenvolvimento da cooperativa. Por outro lado, a cooperativa nasceu de um movimento social que traz em seu âmago a prática da solidariedade, da cooperação e da autogestão, tornando-se natural para o grupo se organizar desta maneira, de modo que, neste caso, o tempo de incorporação dos princípios da economia solidária foi mais curto, pois acompanha sua constituição.

Contudo, o exercício dos princípios da Economia Solidária é complexo e não necessariamente ocorre de forma plena. Existe uma idealização e uma tentativa de participação ativa de todos os sócios, tanto nas tomadas de decisão como no

acompanhamento dos diferentes tipos de atividades e funções que se apresentam no cotidiano da cooperativa. Mas existe também algumas regras e posturas que se assemelham ao funcionamento de empresas capitalistas, como: a diferenciação no valor das retiradas e a crença de que é necessário contratar um profissional para assumir determinada função ao invés de investir em formação interna voltada para isso.

Também ocorre uma certa contradição, onde uma mesma situação dentro da cooperativa possa ser encarada como sendo regida pelos princípios da economia solidária, mas também como tendo elementos que fazem alusão aos valores capitalistas. Existem três situações que retratam isso. A primeira revela que uma das forças motrizes da cooperativa está em possibilitar para seus cooperados e para sua rede solidária formações continuadas nos mais diversos temas. Contudo, o tema da Economia Solidária não tem sido priorizado, assim como, tampouco tem sido priorizado a participação em atividades relacionadas a isso. O que pode contribuir para a falta de compreensão dos cooperados sobre o significado do conceito, que rege o funcionamento da cooperativa. A segunda situação mostra que existe uma tentativa de todos assumirem diferentes funções na cooperativa, de haver um rodízio de tarefas. No entanto, algumas funções ficam mais concentradas em alguns cooperados, como é o caso da parte administrativa da cooperativa. A terceira situação evidencia que apesar de haver uma tentativa de reuniões mensais para decisões coletivas, algumas ocorrências cotidianas que demandam decisões mais imediatas são concentradas em cooperados mais experientes dentro da cooperativa.

Para além da análise do tempo no objetivo dessa dissertação, existe um olhar sobre o cotidiano da cooperativa, através da Teoria do Cotidiano de Agnes Heller, que mostra que existe a esfera do cotidiano e do não-cotidiano. A primeira transita numa dimensão mais conhecida e rotineira, do dia-a-dia, onde os movimentos são mais automatizados. A segunda, no entanto, exige uma ampliação da consciência que gera uma transformação na forma de apreender a realidade. Analisando a experiência dos trabalhadores entrevistados da cooperativa, foi possível perceber que eles transitam nas duas esferas.

Os trabalhadores da cooperativa encontram-se na esfera do cotidiano quando são capturados pela lógica do sistema capitalista: de produção e comercialização dos produtos. Também quando são pressionados pelas demandas corriqueiras da cooperativa: atender a todas encomendas, lidar com as horas extensas de trabalho

e conseqüente sobrecarga por causa da falta de mão de obra, preocupação em organizar as feiras. São situações que exigem atenção e geram desgaste.

Mas os trabalhadores entrevistados da cooperativa também conseguem alcançar a esfera do não-cotidiano quando exercitam o trabalho criativo: de criar receitas e de fazer pães, bolos e biscoitos; de trabalhar na horta em interação harmônica com a natureza. Também parece haver evidência desse processo quando se organizam os espaços de formação colaborativa interna e externa, pois os temas preconizam o cuidado com o meio ambiente e o cuidado entre as pessoas, criando uma energia transformadora capaz de suspender o cotidiano.

Enfim, as pessoas que compõem esta cooperativa não conseguem permanecer o tempo todo na esfera do não-cotidiano, mas tampouco ficam limitadas somente a esfera do cotidiano. A história de vida desses sujeitos, dessa cooperativa e dos princípios que a regem, atravessados pela linha condutora de um tempo cíclico mostrou que um se torna inteiramente necessário para a compreensão do cotidiano do outro.

REFERÊNCIAS

ADUFOP. Associação dos Docentes da UFOP – Seção Sindical. *Saiba mais sobre a PEC 241/2016*. Disponível em: <<http://adufop.org.br/courses/saiba-mais-sobre-a-pec-2412016/>>. Acesso em 01/12/16.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.15-20.

_____. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a, p.20-26.

ALVES, Francisco. Políticas públicas de apoio à economia solidária no Brasil: algumas reflexões à luz da experiência do ABC Paulista. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.269-279.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. *RAIMED - Revista de Administração IMED*, v.3, n.3, 2013, p.194-208.

ANDRIOLA, Ítalo Roberto Fernandes. *Economia social e cooperativismo*. João Pessoa: Ideia, 2010.

ANTUNES, Ricardo. Debate com o público. In: HADDAD, Fernando et al. (Orgs.) *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003a, p.85-88.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2012, p.121-167.

_____. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. *o&s*, Salvador, v.17, n.55, p. 605-619, out/dez. 2010.

BERLO, David K. *O processo da comunicação*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1963.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudo de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver: caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.371-400.

CARTILHA. *Saiba mais sobre Economia Solidária*, CAMP, Centro de Educação Popular. 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.13-63.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 3 ed. São Paulo: EDUC, 2011. p.277-306.

CEFURIA. Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. *Com ameaça de extinção da Senaes, organizações lançam carta em defesa da Política Nacional de Economia Solidária*. Jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/2016/01/27/com-ameaca-de-extincao-da-senaes-organizacoes-lancam-carta-em-defesa-da-politica-nacional-de-economia-solidaria/>>. Acesso em 23/06/16.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE, UCSAL, 2000, p.91-141.

CORREIO DO POVO. *Senado aprova impeachment de Dilma com 61 votos favoráveis*. 31/08/16. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/Senado/2016/08/596530/Aprovado-impeachment-de-Dilma-que-nao-e-mais-presidente->>. Acesso em: 01/12/16.

_____. *Por 61 a 14, Senado aprova PEC do Teto em primeiro turno*. 29/11/16a. Disponível em:

<<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/Senado/2016/11/604233/Por-61-a-14,-Senado-aprova-PEC-do-Teto-em-primeiro-turno>>. Acesso em: 01/12/16.

COUTINHO, Maria Chalfin et al. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. *Psicologia & Sociedade*, v.17, n.1, p.17-28, jan/abr.2005.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. *Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ESTEVES, Egeu Gómez. "Todos são iguais", "todos são responsáveis" e "todos estão no mesmo barco": os (des)entendimentos da autogestão cooperativa. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.16, n.1, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172013000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 out. 2014.

FERNANDES, Idília. A dialética dos grupos e das relações cotidianas. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro (Org.). *Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.37-59.

FLACH, Leonardo. A autogestão ensinando e encenando: um estudo etnográfico em uma organização cultural de Porto Alegre. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 4, n. 3, p. 378-389, set./dez. 2011.

FRAISSE, Laurent. Os desafios de uma ação pública em favor da economia social e solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.237-243.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.57-71.

_____. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006a, p.259-267.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre o papel dos agentes mediadores. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.223-235.

_____. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006a.

_____. Sentido e possibilidade da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE, UCSAL, 2000, p.167-198.

_____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a, p.267-286.

GAIVIZZO, Soledad Bech. *Limites e possibilidades da economia solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho: a experiência da incubadora de cooperativas populares da Universidade Católica de Pelotas*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOERCK, Caroline. *Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul*. 2009. 405 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 4, dez. 2005.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Cleverton; EIDELWEIN, Karen. Transformações no mundo do trabalho, economia solidária e sua relação com incubadoras sociais. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 19-33. jan./jun. 2007.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. O não-cotidiano do cotidiano. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro (Org.). *Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.11-25.

_____. Cotidiano e cotidianidade: limite tênue entre os reflexos da teoria e senso comum. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro (Org.). *Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a, p.27-35.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo possível. *Rev. Adm. Empr.* Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.7-19, abr./jun. 1988.

HADDAD, Fernando. Sindicalismo, cooperativismo e socialismo. In: HADDAD, Fernando et al. (Orgs.). *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.7-45.

_____. Debate com o público. In: HADDAD, Fernando et al. (Orgs.) *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003a, p.73-77.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, Coleção Historia, Ciencia, Sociedad, nº 144, 1991.

HERSENT, Madeleine. A construção de um movimento de economia solidária na França. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.89-95.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Políticas públicas e economia solidária no Rio Grande do Sul. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.171-180.

IDEIA. Instituto de Defesa, Estudo e Integração Ambiental. *Princípios da biomineralização*. Disponível em: <<http://ideiaweb.org/?p=2786>>. Acesso em: 13/12/16.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE, UCSAL, 2000, p.15-37.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. (Orgs.) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009, p.162-168.

LAVILLE, Jean-Louis et al. Introdução. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.11-17.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. *Rev. Katál.*, v. 11, n. 1, p. 96-104. jan./jun. 2008.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas de trabalho. In: CATTANI, Antonio David et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009, p.91-95.

_____. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.56, outubro/2004, p.45-62.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p.135-158.

MAURO, Gilmar. Comentários. In: HADDAD, Fernando et al. (Orgs.) *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.55-62.

MAYER, Ricardo. A gramática da ação de trabalhadores em cooperativas de produção no sul do Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n.63, p. 627-646, 2011.

MARX, Karl. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *A ideologia alemã*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *A guerra civil na França*. Versão eBook, 1999.

MAZZEI, Bianca Burdini. *Autogestão em empreendimentos econômicos solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá-PR*. 2006. 104 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios) – Faculdade de Administração, Universidade Estadual de Maringá, Londrina, 2006.

MEDEIROS, Alzira; GERVAIS, Ana Maria Dubeux. O apoio ao desenvolvimento da economia solidária: a política pública em construção em Recife. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.155-168.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINAYO, Maria C. de S. O desafio da pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a. Disponível em:
<<http://mariogaudencio.wordpress.com/2013/01/02/maria-cecilia-de-souza-minayo/>>.
Acesso em: 31/10/2013.

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b. Disponível em:
<<http://mariogaudencio.wordpress.com/2013/01/02/maria-cecilia-de-souza-minayo/>>.
Acesso em: 31/10/2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Educação*, v.22, n.37, p.7-31, 1999.

MTE. Ministério do Trabalho. *Salário Mínimo*. Disponível em:
<<http://trabalho.gov.br/salario-minimo>>. Acesso em: 16/12/16.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo. In: CATTANI, Antonio David et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009, p.96-102.

NASCIMENTO, Cláudio. *Experiências históricas no Brasil*. Tomo IV
Autogestão comunal e romantismo utópico-revolucionário no Brasil. Experiências de
poder comunal no Brasil. Disponível em:
<http://claudioautogestao.com.br/?page_id=23>. Acesso em 06/11/14.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, Maria do
Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5 ed. São
Paulo: Cortez, 2000, p.64-93.

NICOLLETTI, Mariana Xavier. *Economia solidária e identidade: a autogestão no
trabalho como experiência emancipatória*. 2011. 523 f. Dissertação (Mestrado em
Psicologia) - Instituto de Psicologia na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ODA, Nilson Tadashi. Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a
Unisol Cooperativas. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia
solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo:
Contexto, 2000, p.93-107.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. *Cooperativismo: guia prático*. 2 ed. Porto Alegre:
Organização de Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, 1984.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian
Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas
da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro,
v.10, n.1, p.65-81, mar. 2012.

PAULANI, Leda. Debate com o público. In: HADDAD, Fernando et al. (Orgs.).
Sindicatos, cooperativas e socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,
2003, p.90-91.

PEDRINI, Dalila Maria. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: SINGER,
Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como
resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p.31-48.

PINHO, Diva Benevides. *O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente
solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINTO, João Roberto. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto
Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RAZETO, Luiz. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI,
Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*.
São Paulo: Cortez, 1993, p.34-58.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RÊGO, Eduardo Ernesto do; MOREIRA, Emilia. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. *OKARA: Geografia em debate*, v.7, n.1, p. 63-80, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver: caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.23-77.

SCHIOCHET, Valmor. Prefácio. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.7-8.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.63-72.

SCHNEIDER, J. O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2 ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SCHWENGBER, Angela Maria; PRAXEDES, Sandra Faé; PARRA, Henrique Zoqui. Programa Oportunidade Solidária: construindo uma política pública de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.125-145.

SCHWENGBER, Ângela. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.293-296.

SEFBES. Secretaria executiva do FBES. A trajetória do movimento da economia solidária no Brasil: do Fórum Mundial Social (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES). In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.75-87.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. *Aprendendo a ser e a conviver*. 2 ed. São Paulo, FTD, 1999.

SQUAREZI, Sandro Benedito. *Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades*. 2011. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. *IPEA. Mercado de trabalho*. 57, ago. 2014.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. *Rev. Katál*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2012, p.9-36.

SINGER, Paul. Senaes – uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.201-206.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver: caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, p.83-129.

_____. Economia dos setores populares. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE, UCSAL, 2000, p.143-165.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a, p.11-28.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000b, p.123-133.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Para se discutir uma economia dos setores populares: perguntas que ficam. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE, UCSAL, 2000, p.225-243.

SOUZA, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a, p.7-10.

_____. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000b, p.245-266.

SUL21. *Impeachment de Dilma é golpe de Estado, decide Tribunal Internacional*. 20/07/16. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/impeachment-de-dilma-e-golpe-de-estado-decide-tribunal-internacional/>>. Acesso em 01/12/16.

TCM. TAXAS DE CÂMBIO MUNDIAIS. *Conversão de reais brasileiros (BRL) para dólares americanos (USD)*. Disponível em: < <http://pt.exchange-rates.org>>. Acesso em: 16/12/16.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p.221-243.

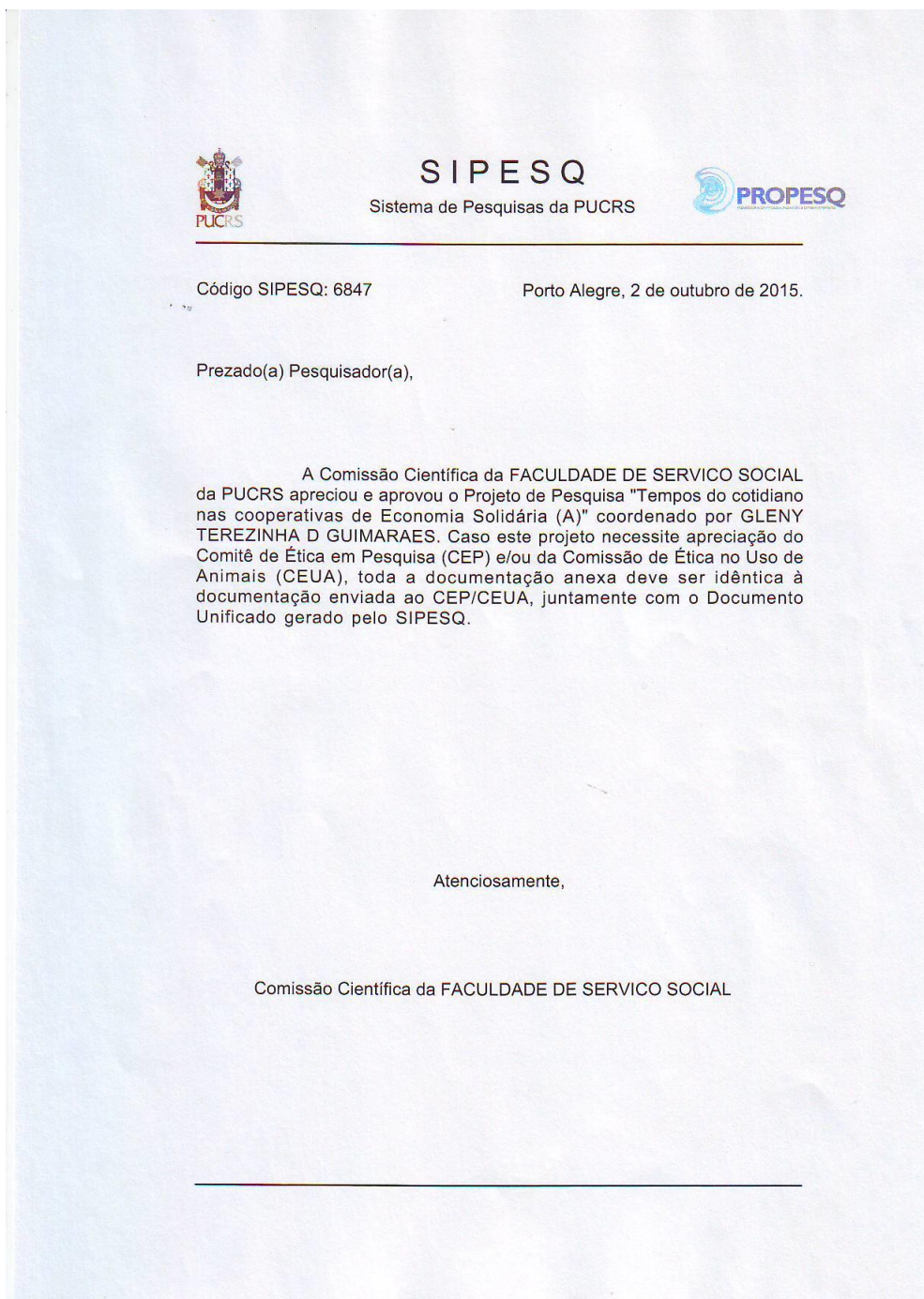
VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S. L. *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol-USP, ITCP-USP, PW, 2005, p.119-128.

WÜNCH, Paulo Roberto. *Sindicalismo e reestruturação produtiva no Brasil: desafios da ação sindical dos metalúrgicos de Caxias do Sul/RS*. Bauru: Canal 6, 2013.

ZARPELON, Ana Paula Granella. *Contribuições da incubadora tecnológica de cooperativas populares da Unochapecó para a proposta de geração de trabalho e renda em empreendimentos de economia popular solidária*. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ZWICK, Elisa; PEREIRA, José Roberto. Gestão de cooperativas: derivações teóricas do pensamento utópico. *Acta Scientiarum*. Maringá, v.35, n.1, p.13-23, jan./jun.2013.

Apêndice A – Carta de Aprovação do Comitê de Ética da PUCRS



Apêndice B – Carta de Aprovação da Plataforma Brasil

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Tempos do cotidiano nas cooperativas de Economia Solidária

Pesquisador: Gleny Terezinha Duro Guimarães

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 54417516.2.0000.5336

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.587.845

Apresentação do Projeto:

Projeto de mestrado vinculado ao PPG do Serviço Social. N=6

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como se articulam os tempos do cotidiano de uma cooperativa de Economia Solidária para – satisfação das necessidades básicas, imediatas de sobrevivência; incorporação dos princípios da Economia Solidária; viabilidade econômica da cooperativa, visando contribuir para o aprimoramento de políticas públicas para esse setor.

Objetivo Secundário:

- Compreender de que forma os sujeitos conseguem permanecer na cooperativa de Economia Solidária quando possuem necessidade de renda imediata que garanta a sua sobrevivência.
- Compreender como se incorpora os princípios da Economia Solidária num contexto de sociedade capitalista.
- Avaliar como a cooperativa de Economia Solidária consegue se tornar viável economicamente para seus cooperados.

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@puers.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 1.587.845

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Mínimos: *ny*

Benefícios:

Socializar dados da pesquisa com Incubadoras que fazem assessorias a empreendimentos solidários.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa visa analisar como se articulam os tempos do cotidiano de cooperativas de Economia Solidária para satisfação das necessidades básicas, imediatas de sobrevivência; incorporação dos princípios da Economia Solidária; viabilidade econômica da cooperativa, visando contribuir para o aprimoramento de políticas públicas para esse setor.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há recomendações a fazer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012 e da Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_663694.pdf	31/05/2016 17:30:03		Aceito
Outros	CartaderespostaCEP31mai16.doc	31/05/2016 17:26:59	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	CartaRepostaCEPcomass31mai16.pdf	31/05/2016 17:26:14	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	CartarespostaCEP.pdf	12/05/2016 17:09:29	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projetodepesquisaplataforma.pdf	12/05/2016 17:08:43	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 1.587.845

Investigador	projetodepesquisaplataforma.pdf	12/05/2016 17:08:43	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	CartajustificativaCEP.pdf	27/04/2016 18:37:31	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Linklattes.pdf	26/04/2016 17:50:37	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimento.pdf	26/04/2016 17:49:55	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Orçamento	orcamentodepesquisa.pdf	16/03/2016 15:06:08	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoplataformabrasil.pdf	29/02/2016 15:09:55	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	docunificadosipesq.pdf	29/02/2016 15:04:25	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	cartaaprovacaosipesq.pdf	29/02/2016 15:02:12	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Cartadeaceitejustificada.pdf	29/02/2016 14:59:49	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	cartadeaceitepaodaterracomopendice.pdf	29/02/2016 14:57:01	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 07 de Junho de 2016

Assinado por:
Denise Cantarelli Machado
(Coordenador)

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@puccrs.br

Apêndice C – Carta de aceite da pesquisa

Carta de aceite da pesquisa

Porto Alegre, 29 de setembro de 2015.

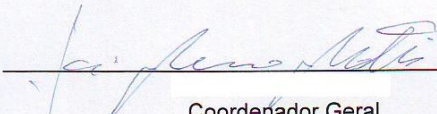
Ao Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS

Prezados Senhores

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do Projeto de Pesquisa intitulado “**Tempos do cotidiano nas cooperativas de Economia Solidária**” proposto pela pesquisadora Daniela Arns.

O referido Projeto será realizado Cooperativa [REDACTED], e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,



Coordenador Geral
Cooperativa [REDACTED]

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “*Tempos do cotidiano nas cooperativas de Economia Solidária*”, que tem como objetivo analisar como se articulam os tempos do cotidiano de uma cooperativa de Economia Solidária para – satisfação das necessidades básicas, imediatas de sobrevivência; incorporação dos princípios da Economia Solidária; viabilidade econômica da cooperativa. Esta pesquisa está sendo realizada pela pesquisadora mestranda Daniela Arns, orientada pela Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães.

Se optares em participar, será realizada uma entrevista semi-estruturada que visa compreender o cotidiano de uma cooperativa de Economia Solidária. A entrevista será gravada e depois de analisada destruída a gravação. Não há riscos neste estudo. A sua colaboração é muito importante.

Você terá a garantia de privacidade, não sendo mencionada, em hipótese alguma, sua identidade, seja em apresentações oral ou escrita, que venham a ser publicadas sobre a pesquisa. A entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, e você pode optar por não responder qualquer pergunta que julgar inconveniente, sem que isto lhe cause qualquer prejuízo. Salientamos que esta pesquisa não apresentará nenhum custo para o participante.

Para maiores informações entrar em contato a pesquisadora Daniela Arns, pelo telefone (51) 9999-0274, ou no caso de dúvidas, ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS endereçado na Av. Ipiranga, n. 6681, Prédio 40, sala 505, Porto Alegre/RS, pelo telefone (51) 3320-3345, com funcionamento de segundas a sextas-feiras, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h.

Eu, _____,
abaixo assinado, declaro que aceito participar do estudo acima proposto, tendo sido informado(a) sobre os seus objetivos, do meu direito de participar ou não e da garantia de anonimato e confidencialidade dos meus dados. Declaro que recebi uma via do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

Apêndice E - Roteiro das questões da entrevista semiestruturada

Sujeito: satisfação de necessidades básicas

- Caracterização do sujeito
- Condição sócio-econômica
- Renda/necessidades
- Desafios enfrentados
- Relação com a cooperativa de Economia Solidária.

Economia Solidária: incorporação dos princípios

- Caracterização da Economia Solidária
- Organização/gestão
- Conflitos/soluções
- Desafios enfrentados
- Assessoramento

Cooperativa: viabilidade econômica

- Caracterização da cooperativa
- Organização/gestão
- Desafios enfrentados
- Assessoramento
- Redes/parcerias

Apêndice F – Entrevista semi-estruturada para os cooperados

Cooperativa:	
Nome:	
Código do sujeito:	Sexo: F / M
Pesquisadora:	Data:

Satisfação de necessidades básicas

1. Qual seu ano de nascimento? _____
2. Qual a sua escolaridade?
3. Onde reside atualmente?
4. Há quanto tempo trabalha na cooperativa?
5. Seus familiares também trabalham na cooperativa? Quem?
6. Atualmente, qual a sua renda mensal?
7. Qual era a sua renda mensal no início da cooperativa?
8. O que você percebe desta mudança?
9. A renda que você recebia no início da cooperativa era suficiente para suprir suas necessidades pessoais? E atualmente, como é?
10. Com o que você trabalhava antes de entrar na cooperativa?
11. Trabalha atualmente somente nesta cooperativa? Se sim, por que permanece trabalhando somente nela? Se não, em que outro lugar trabalha e por qual motivo?
12. Este trabalho na cooperativa é sua única fonte de renda, a principal fonte de renda ou uma fonte de renda complementar?
13. Você percebe mudanças na sua vida desde que começou a trabalhar na cooperativa? Quais?
14. Quais são as dificuldades que você encontra ao trabalhar nesta cooperativa?

Incorporação dos princípios de Economia Solidária

15. Conte como foi o início da história da cooperativa (quando começou, de quem foi a ideia, o que motivou a sua constituição, qual foi o critério de escolha para as pessoas iriam compor a cooperativa, por que ser uma cooperativa de Economia Solidária e não uma normal);

16. Quantos trabalhadores integram a cooperativa, atualmente? Dentre eles, quantos homens e mulheres, e famílias.
17. Das pessoas que estão atualmente na cooperativa, quantas ajudaram na fundação da mesma?
18. Existe algum critério/pré-requisito para poder fazer parte da cooperativa?
19. Existe algum cuidado com a entrada de novos integrantes na cooperativa? Quais, por exemplo?
20. Como você acredita ser uma participação ideal dentro da cooperativa?
21. O que você conhece e acompanha do funcionamento geral da cooperativa? (administrativo, operacional, produção, comercialização, jurídico, financeiro, etc.)
22. Como foi organizado a divisão de tarefas/funções na cooperativa? Os trabalhadores tem funções fixas ou existe rodízio de tarefas?
23. Como foi a decisão sobre os produtos a serem desenvolvidos pela cooperativa?
24. Como é organizado o tempo de trabalho referente a horários e atividades da cooperativa?
25. Como são tomadas as decisões na cooperativa?
26. Com que frequência são feitas reuniões e assembléias? Quais costumam ser as pautas?
27. O que costuma gerar conflito dentro da cooperativa?
28. Quando não há consenso sobre determinado assunto, como vocês resolvem?
29. Existe diferenciação na divisão da sobras? Por qual motivo?
30. Vocês já fizeram algum tipo de assessoramento? Se sim, com quem, por quanto tempo e por quais motivos? Se não, por qual motivo?
31. São desenvolvidas atividades de formação, visando o crescimento profissional dos trabalhadores? Como quais?
32. Você considera necessário um espaço de formação continuada para exercitar os princípios da Economia Solidária? Por quê?
33. Quantas pessoas já desistiram da cooperativa desde o seu início? E por quais motivos?
34. Já houve desligamento (de pessoas serem convidadas a se retirar da cooperativa)? Por quais motivos?

35.Caso houver rotatividade na cooperativa, de que forma você acredita que isso se reflete na consolidação da cooperativa? Quais os impactos?

Viabilidade econômica da cooperativa de Economia Solidária

36.Quanto tempo levou para que a cooperativa se tornasse viável economicamente?

37.Quais foram os principais fatores que contribuíram para viabilidade econômica da cooperativa? E quais são atualmente?

38.A cooperativa possui relações com outros empreendimentos solidários ou cooperativas? Por quê?

39.A cooperativa mantém relações com outros setores da sociedade? Quais e por quais motivos?

40.Quais são as regiões e espaços onde os produtos são comercializados?

41.Quais foram as condições necessárias para se inserir no mercado?

42.Quais os investimentos que foram necessários para dar início às atividades da cooperativa?

43.Em algum momento foi necessário fazer empréstimo financeiro? Com que bancos? Por quantas vezes? Por quanto tempo?

44.Vocês recebem algum tipo de apoio de algum órgão ou instituição?

45.A cooperativa possui sede própria, alugada ou cedida?

46.As máquinas e equipamentos utilizados na cooperativa são próprios, alugados ou cedidos?

47.Quando alguma coisa não está acontecendo conforme o planejado, de que forma isso é encaminhado?

48.Quais as dificuldades/desafios enfrentadas pela cooperativa?